

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

RAYANNE SUIM FRANCISCO

**“ABRIR A SEDE AO MEIO” NO DESERTO DAS PRÁTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL A JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO**

**VITÓRIA
2015**

RAYANNE SUIM FRANCISCO

**“ABRIR A SEDE AO MEIO” NO DESERTO DAS PRÁTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL A JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares

**VITÓRIA
2015**

RAYANNE SUIM FRANCISCO

**“ABRIR A SEDE AO MEIO” NO DESERTO DAS PRÁTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL A JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Luciana Vieira Caliman
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Simone Maria Hüning
Universidade Federal de Alagoas

Dr.^a Marcia Roxana Cruces Cuevas
Membro Convidada – Pós-Doutoranda da
Universidade Federal do Espírito Santo

**A Talesson e Taivesson, por me ensinarem
a inventar flores-oásis nos tantos desertos que
encontramos pelo caminho.**

“Abrir a sede ao meio”:

Poemografia de Heduardo Kiese; Expressão retirada da página “Paradoxos”, disponível em <<https://www.facebook.com/ParadoXos?fref=ts>>. De acordo com descrição de Kiese, a poemografia deve ser compartilhada após o seu consumo. Apropriei-me da expressão artística “abrir a sede ao meio” para construir um modo outro de pensar o corpo-pesquisador na produção do seu trabalho acadêmico, corpo que nos força a habitar o desconforto, a confrontar-nos com nossos costumes e conjuntos de crenças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos jovens que me atravessaram e constituíram, e que comigo embarcaram em uma jornada transgressora que deu corpo a este trabalho. Gratidão pelos deslocamentos, pelo acolhimento, pela confiança, disponibilidade, parceira e pelas resistências a todo e qualquer imposição arbitrária. O encontro com vocês me permitiu ter fé nas múltiplas experiências que podemos forjar para o alcance de uma vida feliz!

Aos meus pais, Alcilene e Adejair, minha máxima gratidão por me ensinarem sobre a importância da liberdade e do respeito ao outro que nos é diferente, por me incentivarem a fazer as minhas próprias escolhas, por apoiarem as minhas maiores loucuras, por acreditarem, infinitamente, em mim e nos meus sonhos, mesmo os mais impossíveis. Mãe e Pai, eu agradeço por me mostrarem que é preciso confiar para existir.

A Gilead, minha orientadora, gratidão pela parceria. Com você, transitar pelo deserto foi um acontecimento: acontecer-flores, acontecer-lágrimas, acontecer-sorrisos, acontecer-potências, acontecer-alegrias, acontecer-afetos, acontecer-estranhos, acontecer-fissuras. Dizem que quando acontece, o deserto floresce, em algum lugar escondido. Pois bem, você aconteceu em mim, em minha pesquisa, em meu trabalho, em meu modo de ver e viver a vida, gratidão!

Às AnaS, com S maiúsculo porque são duas, gratidão por acreditarem em meu potencial, por jamais duvidarem de quem eu sou, por abrirem as portas, janelas, fechaduras para o meu trabalho, pelo aprendizado, pelas tantas experiências, obrigada!

A Livia Marins, minha enorme gratidão pelo dia em que me disse, incrédula: “MAS COMO ASSIM VOCÊ NÃO SABE O QUE É PSICOLOGIA INSTITUCIONAL??” Nosso encontro foi catártico, em amplos sentidos! Gratidão imensurável por me

mostrar a potência do estranhamento, da contestação, da ética e desconstrução do que nos amordaça, e mata aos poucos.

A Mariana Duarte, gratidão pelo companheirismo e pela amizade nos momentos em que a turbulência do campo de pesquisa parecia cachoalhar todos os meus sentidos. Gratidão por me territorializar, quando o deserto parecia engolir todas as chances. Gratidão por me ensinar a organizar as coisas. Espero ter te ensinado a desorganizar também!

Ao grupo RAIJ pelas valiosas trocas!

Ao meu amado companheiro, Murilo, por compreender as ausências, por questioná-las também e por me mostrar que o amor nasce da diferença.

Aos meus queridos amigos, que sempre torceram por mim e que não deixaram de me amar, mesmo nesses dois anos de sumiço, gratidão!

A Luciana Caliman, gratidão pela delicadeza em nos mostrar nas aulas de metodologia, a possibilidade de forjarmos uma ciência, acima de tudo, respeitosa com os nossos parceiros de pesquisa. Gratidão pelas orientações na qualificação e por fiar comigo, um caminho de transformações.

A Simone Hüning, agradeço pelas orientações e pistas, que com carinho e zelo me foram direcionadas na qualificação e me auxiliaram na produção deste trabalho.

A Marcia Cruces, agradeço a disponibilidade para participar de um momento tão importante e enriquecedor em minha vida e por se colocar ao nosso lado para torná-lo mais potente.

***O que torna belo o deserto, disse o principezinho,
é que ele guarda um poço nalgum lugar.***

(O Pequeno Príncipe de Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

Atentos às nossas práticas como psicólogos em um serviço de proteção básica direcionado pela Política Nacional de Assistência Social e que atende crianças e adolescentes ditos em risco e vulnerabilidade social, nosso objetivo com este trabalho foi conhecer movimentos de diferenciação, irrompidos por acontecimentos no presente das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado em uma OSCIP do município de Serra/ES. Como dispositivo metodológico, compusemos, dentro do que propõe a pesquisa-intervenção, um percurso cartográfico que se desenhou de acordo com as experiências do campo. A trajetória da pesquisa foi narrada e registrada em diários de bordo, que nos permitiram forjar análises, bem como forjar outros modos de se construir conhecimento, exercitando uma escrita política que pensa e questiona a realidade que produz. Junto à proposta dos diários, produzimos como dispositivo de intervenção um jornal coletivo em que foram pensados, junto aos jovens, todos os elementos constituintes de um jornal. Nossa aposta se deu na juventude como devir e multiplicidade, e nos campos problemáticos que ela nos coloca cotidianamente. Construimos o risco como virtualidade, imprevisibilidade que produz modos de vida inusitados e que afirma a vida como obra de arte, autêntica, ética, afetiva e inventiva, capaz de deslocar a psicologia de um lugar que conscientiza o outro, que sabe sobre ele, para uma política que produz fissuras aos modelos vigentes e que produz dispositivos de intervenção que provocam confrontos, atritos, estranhos. As temáticas da confiança e da amizade emergiram como invenções de múltiplos mundos com os jovens na produção de uma política de pesquisa que afirma a diferença como potência, fluxo, e não como elemento que deve ser excluído ou adequado às normas sociais. Desse modo, habitamos os desvios ao enveredarmos pela potência dos acontecimentos emergidos no caminho da pesquisa, onde pesquisador e pesquisado se afetam e se constroem conjuntamente.

Palavras-Chave: Juventude, Política Nacional de Assistência Social, Risco, Pesquisa-intervenção, Psicologia.

ABSTRACT

Attentive to our practice as psychologists in a basic protection service directed by the National Policy of Social Welfare and serving children and said adolescents at risk and social vulnerability, our goal with this study was to differentiate movements erupted by events in the present activities Coexistence of Services and Strengthening Linkages run on a OSCIP the city of Serra / ES. As a methodological device, we wrote within the proposing research-intervention, a cartographic journey that was designed according to the experiences of the field. The trajectory of the research was narrated and recorded in logbooks, which have enabled us to forge analysis, and forge other ways to build knowledge, exercising a political thinking and writing questions the reality it produces. With the proposal of the daily, produced as an intervention device a collective journal in which they were designed, among young people, all the elements of a newspaper. Our bet took place in youth as becoming and multiplicity, and the problematic fields that it puts us daily. Build risk as virtuality, unpredictability that produces unusual ways of life and that affirms life as a work of art, authentic, ethical, emotional and inventive, able to move the psychology of a place that educates the other, I know about him, a policy that produces cracks to existing models and produces intervention devices that cause clashes, friction, strangers. The themes of trust and friendship emerged as multiple worlds inventions with young people in the production of a research policy that states the difference as power, flow, and not as an element that should be deleted or adapted to social norms. Thus we inhabit the deviations enveredarmo us by the power of events emerged in the way of research, where researcher and researched are affected and build together.

Keywords: Youth, National Social Assistance Policy, Risk, Search-intervention Psychology.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

ES – Estado do Espírito Santo

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

ONG – Organização Não Governamental

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

LISTAS DE IMAGENS

Mapa I: Acontecimento no Lixão – o Nascimento da flor.....	27
Mapa II: A menina e seus despropósitos.....	51
Mapa III: A feitura de um rizoma.....	52
Mapa IV: Brincanças e linhas de errância.....	98
Mapa V: Devir-Pipa.....	103
Mapa VI: O acontecimento de um mapa.....	115
Mapa VII: A Barca que aprisiona as bolinhas de gude.....	116
Mapa VIII: Pilotando máquinas de guerra.....	119
Mapa IX: Devir-criança.....	125
Mapa X: Ordem e Progresso por algemas e grilhões.....	149

SUMÁRIO

AVISO AOS LEITORES	14
PRÓLOGO	17
1 HABITAR DESERTOS, FABRICAR OÁSIS	20
2 “ABRIR A SEDE AO MEIO”: INVENTANDO PERCURSOS RIZOMÁTICOS	35
2.1 O TERRITÓRIO DO CARTÓGRAFO: A CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA QUE TROPEÇA	41
2.2 A PESQUISA INTERVENÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO INVESTIGATIVO: PESQUISAR É CONSTITUIR-SE NO PROCESSO	44
2.3 DIÁRIOS DE BORDO EM VIAGENS-METAMORFOSE: A CRIANÇA CARTÓGRAFA	48
2.4 ESCRITA-OUTRA, ESCRITA INTEMPESTIVA: ENDEREÇANDO CARTAS	54
3 POBREZA, VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL: QUESTIONAMENTOS EM TERRENOS ÁRIDOS	61
3.1 O ARRISCAR EM DETRIMENTO DO RISCO: O QUE TEMEMOS?	71
4 O DEVIR-CRIANÇA E AS SUAS “BRINCANÇAS”: APRENDENDO A INVENTAR MÁQUINAS MUTANTES E A TRAÇAR LINHAS DE FUGA	97
4.1 ALMAS DE PIPA AVOADA: DEVIR-CRIANÇA EM CÉUS DE HISTÓRIAS	103
4.2 AINDA É TEMPO DE BOLINHAS DE GUDE: ENTRE COMPLICADORES E MAL ENTENDIDOS PROMISSORES, O QUE PODE A PSICOLOGIA?	114
5 PRÁTICAS-DE-RISCO: (RE)CONSTRUIR DISPOSITIVOS PARA UMA PSICOLOGIA DO ACONTECIMENTO	126
5.1 O DISPOSITIVO-JORNAL E OS ACONTECIMENTOS-OÁSIS: OS JOVENS E AS VIRTUALIZAÇÕES	128
5.2 “SÓ DORME” SE CONFIA! TECENDO POLÍTICAS DE AMIZADE NO COTIDIANO DA PESQUISA	135
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
7 REFERÊNCIAS	150

AVISO AOS LEITORES...

Queridos leitores, esta sessão nos serve para tomar alguns esclarecimentos importantes sobre a dissertação aqui apresentada. Primeiro, precisamos situá-los, mesmo que de modo não convencional, sobre as territorialidades compostas pelos pesquisadores, que compreendem o campo interventivo da pesquisa como um deserto. Um deserto é uma multiplicidade de experiências e afetações que serão analisadas ao longo do trabalho, mas que, nesse momento presente, precisamos saber que se desenham por meio de cenas do cotidiano narradas pelos pesquisadores em diários de bordo e que dizem respeito às experiências vivenciadas no estabelecimento pesquisado. Assim, as cenas serão o corpus de análise de nossas práticas em um serviço direcionado pela política de assistência social e vão comparecer durante todo o processo de constituição da escrita.

Em segunda ordem, mesmo que os ordenamentos sejam desviados com este trabalho, precisamos também explicar a nomenclatura escolhida para os sujeitos que compõem a pesquisa. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad)¹, aprendemos a considerar crianças, aquelas com idade até os 11 anos incompletos, e adolescentes, os sujeitos com faixa etária dos 12 aos 18 anos incompletos. Porém, o deserto é um embaralhador de códigos, e como esta dissertação é um convite à exploração desértica de nossas práticas, decidimos chamar de jovens, tanto as crianças como os adolescentes duramente desertificados na aridez das formas, contornos, estratos, segmentos - como fazemos ao cronometrarmos/colonizarmos o tempo em que vivem, a linearidade da idade, a progressão do crescimento etc.

Em nossas andanças e explorações, nos foi possível conhecer as diferentes invenções forjadas pelos jovens em seus devires-mutantes, o que inviabilizou a possibilidade de fazê-los caber em delineamentos endurecidos. A juventude devém em processos de “vir a ser imprevisibilidade”, é via que faz nascer ininterruptamente,

¹ Como a sigla ECA é usada comumente de forma pejorativa, então, o primeiro desvio: em vez de ECA, chamamos Ecriad, porque entendemos ser importante construirmos novas práticas em relação às crianças e jovens consideradas pobres.

é linha de fuga, abertura a diversos campos problemáticos, singularidade que fissura identidades, portanto, é o próprio movimento, a tal multiplicidade Deleuziana.

É importante a compreensão de que essa juventude a que nos referimos ao longo da dissertação trata-se de um devir-jovem que produz virtualização nas respostas prontas e provoca suas desterritorializações. A juventude é, assim, o abandono de um território enrijecido, para a criação de multidões de oásis, livres, revigorantes.

Chamamos a atenção para essa problemática, para deslocarmos posicionamentos binários entre o “favorável” e o “desfavorável”, pois não intentamos qualificar a juventude ou fixá-la em determinado lado. Este trabalho não é em defesa de certa juventude, mas um inventor de devires-jovens que se processam nas transgressões, nos desvios, nas incertezas, povoando o mundo de singularidades, imprevisibilidades e potencialidades criadoras de novos sentidos e experiências.

Precisamos também alertar, tomados pela construção de uma postura ética, que os nomes escolhidos para os jovens que compõem este trabalho são nomes *inventados* e não fictícios, pois os consideramos agenciamentos coletivos de enunciação, agenciamentos que conectam Cristian, Eduardo, Herinaldo, Gilson e Patrick, garotos assassinados por policiais em favelas, no ano de 2015, e muitos outros sujeitos da nossa pesquisa e também a nós, os pesquisadores.

Com isso, não desejamos igualar as histórias, torná-las semelhantes, mas afirmar que cada uma delas se aproxima em singularidades e alteridade, e podem indicar novos poços no deserto árido que atualiza modos de ser e estar no mundo que evidenciam práticas policiaiscas, de extermínio da população pobre e negra, de criminalização da pobreza, de fascismos encarnados em nossos fazeres.

Cristian tinha 13 anos quando foi assassinado em Manguinhos, no dia 08 de setembro de 2015, enquanto brincava em um campinho de futebol. Gilson, também tinha 13 anos quando foi assassinado no morro do Dendê. Herinaldo, com apenas 11 anos, foi executado no dia 23 de setembro de 2015, no Parque da Alegria, no

Caju, indo comprar bolinhas de gude. Eduardo, com seus 17 anos, morreu assassinado no morro da Providência, em um confronto forjado pela polícia no dia 29 de setembro de 2015. Patrick, com apenas 11 anos, foi executado dois dias antes do seu aniversário, no dia 15 de janeiro no Camarista Méier.

Importante dizer, que ao longo das andanças pelo deserto, encontraremos, também, Zezinho, uma personagem conceitual, cujos agenciamentos de enunciação dialogam por e com coletividades, que “nada tem a ver com uma personificação abstrata, um símbolo ou alegoria, pois ele vive, ele insiste [...] o personagem conceitual é o devir ou o sujeito de uma filosofia [...] uma terceira pessoa subjacente” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 86). Zezinho é o acoplamento de muitas narrativas, que interligadas, foram vivenciadas no campo de intervenção da nossa pesquisa. Portanto, Zezinho não é irreal, ele existe como corpo atravessado por muitos outros corpos pelos quais fomos afetados e que também afetamos ao longo do nosso trabalho.

Por fim, nos sentimos na obrigação de alertá-los sobre alguns desvios, miragens fabricadas pelas andanças no deserto: a) os leitores irão se deparar com algumas cartas que, apesar de apresentarem certa inconveniência para a ciência racionalista hegemônica, possuem efeitos que desestabilizam a aridez do deserto; b) também podem estranhar a escrita inventada para narrar as vivências do campo, mas os incômodos são parte constitutiva dos tropeços da cartografia que apresentamos; c) nada do que foi escrito neste trabalho é fictício, tudo é inventado; d) o deserto e também os oásis são compostos por cenas narradas nos diários de bordo, e que são escritas pelos pesquisadores em meio às intervenções propostas com a pesquisa; e) tudo o que é inventado faz parte de uma realidade presente, de um mundo concreto e dos seus contínuos processos de virtualização; f) apenas poderão se embrenhar na exploração deste deserto, aqueles que tiverem confiança para arrancarem todos os próprios contornos, se despirem das imagens prontas, repudiarem as regras mortificadoras e abandonarem as identidades imutáveis; e g) conhecer o deserto é arriscar apaixonar-se pelos oásis no trajeto.

PRÓLOGO

No caminho para o trabalho, em uma periferia no município Serra/ES, o cenário parece mudar de forma rapidamente, e em poucos instantes, quase num piscar de olhos, parecemos habitar outro país, outros espaços, outras casas, outras pessoas.

Os prédios altos e blindados dão lugar a casas simples, muros baixos, pichações. Os porteiros e as câmeras, responsáveis por nos fazer sentir protegidos, agora estão vestidos de uniforme cinza escuro e portam armas. Mas aqui eles não parecem proteger os moradores, não parecem se incumbir desta missão. Aqui eles nos protegem **dos** moradores, protegem a nós, os estrangeiros.

Já pela manhã é possível ver a grande movimentação de carros da polícia, suas sirenes barulhentas ligadas e misturadas ao vermelho ávido que portam. Vermelho sangue. No trajeto, jovens vendem balas no sinal, vendem também no transporte público. O discurso começa sempre assim “eu podia estar matando, eu podia estar roubando...”. Tenho vontade de perguntar “mas só poderiam estar fazendo isso, nada mais?”.

Penso na naturalização de uma vida mortificada, de uma vida endurecida. Penso também que o discurso da mídia se faz presente ali, produzindo subjetividades marginais, produzindo olhares que não conseguem descolar a pobreza da criminalidade.

“Eu podia estar matando, eu podia estar roubando, mas eu estou aqui, dignamente, trabalhando duro”. Todos consentem, balançam as cabeças em tom afirmativo, alguns comentam “melhor isto do que ser bandido, quem quer, vence na vida”.

O trajeto continua permeado por suas discrepâncias. Difícil não atentar para a mudança de cenário de quem vem de um bairro nobre. Não há como ignorar a pobreza e a sensação de medo que vem atrelada a ela. Novamente o discurso da

mídia se faz presente, bem como os discursos dos especialistas “psis”, pedagogos, médicos, assistentes sociais...

Uma olhadela para o cara sentado ao meu lado, e em seu jornal a notícia de capa: **“Menor é mandante de crime cruel”**. Uma miscelânea de discussões sobre redução da maioridade penal, psicólogos falando sobre a falta do pai, psiquiatras sobre medicamentos que controlam comportamentos, neurologistas sobre disfunções cerebrais dos ditos desviados, sociólogos sobre o perigo das ruas, sobre o perigo da vida, pessoas versando sobre a necessidade de construir mais cadeias, de reforço policial, de maior repressão.

Meus olhos percorrem o montante de informações e novamente se voltam para o cara sentado ao meu lado – ele já não parece mais tão confiável assim. Uma nova sensação de medo, potencializada, um ajeitar-se incomodado na cadeira e a tentativa de afastamento. Bem a minha frente, na altura dos meus olhos, uma câmera e um recado: “sorria você está sendo filmado”. Sem perceber sorrio e suspiro aliviada por estar sendo vigiada e “protegida”. De quem? Do que?

Acreditamos que são dos “perigosos” que compõem este espaço, a periferia, a pobreza, a miséria. E instantaneamente, **quase** que naturalmente, acreditamos que o problema não faz parte de nós, já que o tal “problema”, o marginal, o “bandido”, deve se haver com suas questões, sozinho, na cadeia.

Quase. Certo estranhamento, sucinto, se faz voz que permeia nossos pensamentos. É o pobre que produz o risco? Ou somos nós que produzimos o pobre perigoso?

Fim do trajeto cujo destino é o meu trabalho. Trabalho com jovens ditos em situação de risco e vulnerabilidade social. Jovens que se misturam nesse cenário e que o compõem. Trabalho que resolvi transformar em campo problemático que se afirma com uma pesquisa de mestrado.

Insegurança, polícia, pobreza, trabalho, estranhamentos, universidade, corre-corre, almoços apertados, o tempo contado, enfim, labirintos que se formam e que parecem não portar uma saída. Como pesquisar em meio a tantas inquietações? Como afirmar uma intervenção ética que desconstrua naturalizações forjadas no contemporâneo? Haveria maior consistência, uma pesquisa que ignore estes atravessamentos experimentados pelo pesquisador?

Acredito que não. Não há como afirmar uma pesquisa ética velando os caminhos que a própria pesquisa produz no pesquisador e em seu campo de intervenção. Pesquisar a infância e a juventude ditas em vulnerabilidade e risco social é compor as linhas que nos atravessam como sujeitos, psicólogos, pesquisadores e ao mesmo tempo que tecê-las, questioná-las.

A convocação deste trabalho se faz então, para o estranhamento. Estranhar os eventos que parecem óbvios e naturalizados, também estranhar as nossas práticas, os nossos especialismos e lugares bem delimitados de saber-poder.

Enfim, produzir um deslocamento do lugar de estrangeiro que apenas observa e avalia, colocando-se a parte dos eventos, para um estrangeiro que se espanta diante da grandeza do mundo, pois ele é ativo, ele o produz em seu fazer apaixonado.

Um espantar-se potente, que se inebria com os bons encontros e com as multiplicidades que compõem a vida. Já nos advertiu Clarice Lispector: “Perder-se também é caminho”. Então, que nos percamos ao tecermos esta jornada! Convocamos a este risco.

1 HABITAR DESERTOS, FABRICAR OÁSIS...

[...] a brincadeira não era difícil: bastava que nos concentrássemos o suficiente para conseguirmos transformar tudo que havia em volta. E treinados como estávamos nas imaginações mais delirantes, era relativamente fácil avistar um deserto na rua comprida e um oásis no arco branco do portão do quartel, lá no fundo. Algumas vezes tentamos iniciar um ou outro guri da nossa idade, mas eles não conseguiam nunca chegar até o fim. Os mais persistentes alcançavam a metade do caminho, mas era mais comum rirem de saída e irem cuidar de outra coisa. Talvez porque, ao contrário de nós três, nunca houvessem visto o quartel por dentro, com seus lagos, cavalos, alamedas calçadas, eucaliptos, cinamomos, soldados. Acho mesmo que foi naquela tarde em que visitamos o quartel pela primeira vez que a brincadeira nasceu. Absolutamente fascinados, sentimos necessidade de vê-lo mais e mais vezes, principalmente ficamos surpresos por não termos jamais imaginado quantas maravilhas se escondiam atrás daquele portão branco, e tão tangíveis, ali, no fim da rua de nossa casa [...]. Brincar de oásis era a senha, e imediatamente caíamos no chão, ainda desacordados com o choque produzido pela queda do avião onde viajávamos, depois lentamente abríamos os olhos e tateávamos em volta, no meio da rua, tocando as pedras escaldantes da hora de sexta. Quase sempre Jorge voltava a fechar os olhos dizendo que preferia morrer ali mesmo a ficar dias e dias se cansando à toa pelo deserto. E quase sempre eu apontava para o arco no fim da rua, dizendo que se tratava de um oásis, que meu avião já havia caído lá uma vez e que, enfim, tinha experiência de caminhadas no deserto. Em seguida Luiz investigava os bolsos e apresentava algum biscoito velho, acrescentando que tínhamos víveres suficientes para chegar lá. Convencido Jorge, tudo se passava normalmente. [...] Tudo se desenvolvia por etapas que eram vencidas sem nenhuma palavra, sem sequer um olhar. Raramente alguém esquecia alguma coisa. Apenas uma vez Jorge não resistiu e, interrompendo por um momento a caminhada, pediu um copo d'água para uma daquelas mulheres. Eu e Luiz nos entreolhamos sem falar, escandalizados com o que julgávamos uma imperdoável traição. Mas a tal ponto nos comunicávamos

que, mal voltou, a água ainda pingando do queixo, Jorge justificou-se com um sorriso deslavado: — Foi uma miragem. A partir de então as miragens se multiplicaram —, vacas que atravessavam a rua, pitangueiras no meio do campo, alguma pedrada num passarinho mais distraído. Chegávamos no portão e ficávamos olhando para dentro, sem coragem de entrar, com medo dos dois soldados de guarda. Lá dentro: o paraíso. Mas era como se tivéssemos entrado: voltávamos novamente eretos, bem-dispostos, com as peças para consertar o avião caído e que, sem a menor explicação, tínhamos encontrado entre duas palmeiras. Houve uma versão de seca tão intensa, sol, poeira, sede e crepúsculos esbraseados, que brincávamos quase todos os dias [...] Foi quando, uma tarde, tudo se passando exatamente como das outras vezes, nos encontramos os três parados à frente de um portão sem guarda. Não conseguimos compreender, mas estávamos tão habituados a entrar e a passar despercebidos que, como das outras vezes, entramos. Havia um movimento incomum lá dentro: carroças se chocavam, armas passavam de um lado para outro, soldados corriam e gritavam palavrões, o chão estava sujo de esterco, os cavalos todos enfileirados. Conseguimos passar mais ou menos incógnitos pelo meio da babilônia, até chegarmos numa sala onde nunca estivéramos antes. Examinamos as paredes vazias, depois descobrimos num canto, sobre uma mesa, um estranho aparelho cheio de fios. Jorge descobriu um microfone e, por algum tempo, ficamos ali parados, sem compreender exatamente o que era aquilo, mas certos de que se tratava de uma peça importantíssima para o funcionamento de toda a organização. Estávamos tão entretidos na descoberta que não percebemos quando entraram dois soldados com fardas diferentes das dos outros, com penduricalhos coloridos nos ombros. Fui o primeiro a vê-los, mas não foi possível avisar os outros: os soldados já avançavam sobre nós, vermelhos, segurando-nos pelos ombros e nos sacudindo até que Jorge começasse a chorar e a chamar pela mãe. Falavam os dois ao mesmo tempo, aos berros. Depois, com mais alguns trancos, nos jogaram num canto. Um deles, de enorme bigode preto, avançou para nós e, com uma voz que me pareceu completamente hedionda, disse que ficaríamos presos até aprendermos a

não nos meter onde não era da nossa conta [...]. Sem falar nada, fomos levados para casa num jipe militar. Mamãe estava descabelada, as vizinhas todas em volta, as luzes acesas: entramos na sala pela mão do soldado, que falou rapidamente coisas que não conseguimos entender, enquanto todo mundo nos envolvia em beijos e abraços, logo contidos quando perceberam meu estado lastimável. [...] Fomos postos na cama sem jantar. Ficamos muito tempo acordados no escuro, ouvindo o som do rádio que vinha da sala e os passos apertados na rua. Antes de dormir ainda ouvi a voz de Jorge perguntando a Luiz o que era uma revolução, e um pouco mais tarde a voz de Luiz, apagada e hesitante, dizer que achava que revolução era assim como uma guerra pequena. Mais tarde, não sei se sonhei ou se pensei realmente que os aviões não caíam no meio das ruas, e que as ruas não eram desertos e que portões brancos de quartéis não eram oásis. E que mesmo que portões brancos de quartéis fossem oásis e cinamomos pintados de branco até a metade fossem palmeiras, não se encontraria nunca uma peça de avião no meio de duas palmeiras. E por todas estas coisas, creio, soube que nunca mais voltaríamos a brincar de encontrar oásis no fim das ruas. Embora fosse muito fácil, naquele tempo (ABREU, 2006, p. 16-21).

Oásis. Não seria algo parecido com uma grande descoberta em meio à escassez de uma vida árida? Desvios em uma jornada aparentemente monocromática: amarelada. Céu amarelado no deserto, areia amarelada, olhar amarelado, boca seca amarelada, sorriso amarelado. Pés cansados, corpo exausto.

A vista logo avista o improvável, talvez impossível: Oásis. Cores que rasgam a paisagem apática, cores que trazem novos sentidos. O quanto conseguimos portar de Oásis? Ou talvez, melhor questionarmos como conseguimos forjar Oásis em nossas práticas.

Devo advertir que não sejam apenas miragens, isto é, que não sumam quando ousarmos apertar as pálpebras, ainda incrédulos. Ao mesmo tempo, que não sejam

imutáveis, como uma paisagem que se finda em si mesma e ali permanece, ao longo de uma vida inteira.

Poderíamos portar um pouco dos dois? Consistência e Imanência - coexistindo? Um pouco miragem, um pouco oásis, um pouco deserto, já que não há, de certo modo, como habitar a existência de um na ausência dos outros? Oásis, como bem diz o Luís da história, é uma revolução ou uma guerra pequena, um sopro no deserto, potência que se tece nos detalhes: acontecimento.

De acordo com Deleuze (1974), o acontecimento é o que nos tira do lugar, é aquilo que produz em nós deslocamentos, pois permite o encontro com o inesperado, com o Oásis no deserto.

O acontecimento é senão um espanto, que se faz combustão e potência, ele não nos paralisa, ao contrário, ele incita, revigora e transforma. “A brincadeira não era difícil: bastava que nos concentrássemos o suficiente para conseguirmos transformar tudo que havia em volta” (ABREU, 2006, p.16).

De que modo poderíamos então afirmar acontecimentos potentes? Como “acontecer-oásis”? Fabricar oásis em nossas práticas? Transformar os desertos que nos rodeiam?

A contemporaneidade nos convoca a pensar o lugar que os jovens pobres ocupam ao enredarem-se em suas tramas e jogos de poder. Neste jogo de forças, Políticas Públicas de Assistência Social são pensadas para proteção dos sujeitos ditos em risco social, cuja problemática envolve, dentre outras coisas, habitar a periferia das cidades e possuir um status socioeconômico desfavorecido.

Fabricada como espaço perigoso, a periferia convoca “consequências-de-criminalidade”. Não podem estar nas ruas, jovens pobres, passíveis a sucumbirem aos seus riscos, vícios e desordens. Também não podem estar junto a suas famílias “desestruturadas” - quando comparadas a um modelo burguês neoliberal. Sequer

podem estar em liberdade, quando a própria existência pressupõe a periculosidade e junto a ela a necessidade de contenção.

Onde então habitariam os tais jovens pobres, para que o tempo por elas vivenciado fosse “produtivo”? Para que não houvesse o risco de tornarem-se perigosos, desordeiros? Para que não fossem eles a soprarem as areias amareladas do deserto, bagunçando a sua geografia estática?

Notamos a política do medo se imbricar sutilmente às nossas vidas, ao mesmo tempo observamo-la propor soluções aplacadas: o surgimento das Organizações não governamentais (ONGS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), estabelecimentos cujo trabalho direcionado pela Política de Assistência Social denota atravessamentos talvez imensuráveis e que atualiza práticas salvacionistas e tutelares.

Atuei durante mais de um ano como psicóloga em uma OSCIP que conta com os investimentos do município e de uma grande empresa da região. Tal organização configura-se como um conjunto de linhas estratégicas que articula forças políticas locais e se concretiza fisicamente num complexo esportivo, cultural, profissional, produtivo e educacional. Suas ações se alicerçam na formação integral, no desenvolvimento de talentos, de profissionalização e de qualificação profissional.

Desde 2011, a partir de convênio com a Prefeitura de Serra, recebe crianças e adolescentes encaminhadas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), incorporando-as às atividades lá desenvolvidas e atendendo também suas famílias.

Assim, pode-se afirmar que a OSCIP faz parte hoje da rede de atenção à infância do Município de Serra executando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), quer dizer, atendendo crianças e jovens ditos em risco e vulnerabilidade social.

Na Política Nacional da Assistência Social (PNAS), a assistência social define como seu público alvo os cidadãos e os grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos.

Segundo as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2004), a vulnerabilidade social é decorrente da pobreza, da privação (entendida como ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de *vínculos afetivos*, sejam eles relacionais ou de pertencimento social, sendo considerada a combinação de diversas características da população (infraestrutura de moradia, renda per capita, anos de escolaridade, presença de crianças, idosos e/ou deficientes) para compor a Taxa de Vulnerabilidade de determinado território geográfico.

Pode-se afirmar que a vulnerabilidade diz respeito mais à condição concreta (nível socioeconômico, classificação racial, diferenciação de gênero etc.) dos sujeitos em relação ao seu contexto de vida, do que a situações provisórias. Os riscos, por sua vez, dizem respeito à dimensão de precarização *situacional* que pode ser decorrente das condições de vida dos sujeitos ou não.

Desse modo, o Estado é convocado a intervir com a oferta de serviços que auxiliem na superação ou prevenção dos riscos e vulnerabilidades, como no caso, acontece com o SCFV: seu alicerce se torna a promoção da cidadania e autonomia dos jovens, bem como o fortalecimento de seus vínculos familiares (BRASIL, 2010).

A OSCIP, nesse aspecto, dispõe de ações e atividades com objetivo de assegurar os direitos, bem como fortalecer vínculos familiares fragilizados, atuando diretamente com os jovens e seus responsáveis. Atualmente, ela conta com a participação média de 800 crianças e jovens, com idades entre 06 a 18 anos, a grande maioria residente de bairros de periferia da cidade da Serra/ES, conhecidos pelos altos índices de violência e de mortes de jovens, bem como pelo comando do tráfico de drogas.

Foi atenta à minha prática nesse serviço que me vi diante do meu primeiro Oásis. Encontro atravessado por estranhamentos, inquietações e também abertura ao novo: o contágio com a juventude nos proporciona fertilizar o deserto, nos desloca do lugar de especialista, de psicólogo, de detentor de uma verdade e nos lança em multiplicidades.

[...] Gilson pediu que eu o ajudasse a fazer a lição da escola. Ele deveria encontrar charges em jornais que abordassem temáticas sobre política. Fomos para a biblioteca e lá encontramos mais três outros jovens que estavam “matando aula”, eles se juntaram a nós. Ficamos sentados por um bom tempo buscando charges no jornal e conversando sobre os mais diversos assuntos. Achei um movimento interessante, pois frequentemente os jovens fugiam do ambiente da biblioteca, e agora estávamos ali, sentados batendo papo e fazendo o dever de casa. Os meninos pediram para desenhar e sugeri que Gilson fizesse uma charge (...) ele desenhou um lixão, com a frase de uma música da banda Racionais Mc’s: “tenha fé, porque até no lixão nasce flor”. Tenha fé, pensei comigo, já que há tanto tempo eu procurava essas tais flores que nascem nos desertos que nos rodeiam.

(Diário de bordo, 13 de abril de 2015).

Nascem flores em lixões, como surgem oásis em desertos: delicados, quiçá silenciosos, ambos portam uma potência inesperada. Forçam-nos a pensar: o que junto a Gilson, podemos produzir quando nos permitimos florescer diante da paisagem fria de um lixão? Como, junto a Gilson, podemos intervir para *provocar*-oásis, pequenas guerras, revoluções?

A primeira luta, talvez, precise ser travada contra as nossas próprias condutas. O tempo de atuação em um serviço direcionado pela Política de Assistência Social é uma rica experiência de batalhas encarnadas “contra nós mesmos”



Mapa I: Acontecimento no Lixão – o Nascimento da flor

Por muitas vezes, quando atuamos com os ditos “em risco” ou “vulneráveis”, somos remetidos a um “saber-psi” que percorre as linhas molares da tutela, do marginalizado, do desqualificado, do passivo. Linhas duras e inflexíveis que formam práticas rígidas e segmentárias (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

[...] Devíamos, portanto, homogeneizar nossos discursos, para que eles (os jovens) acatassem as regras. “Temos que alinhá-los, pegar os que estão desviando e colocar na linha” (sic). Linhas molares, inflexíveis, biunívocas. Estávamos convocados a trazer a ordem, a disciplina e o bom comportamento. O que fazer com tudo isso?

(Diário de bordo, 17 de junho de 2014)

Nas (entre)linhas, a OSCIP, também a psicologia, a ciência e a pesquisa, nos convergem a uma quase obrigação de manejar e incutir as linhas molares, duras, que em seus exercícios de regulamentação se fazem centralizadoras, totalizantes, expelindo e subjugando o que escapa aos seus ordenamentos, tentando trazer à sua composição retilínea o que foge à regra. Alinhando-os. Capturando-os. Absorvendo-os em sua molaridade.

Deleuze e Parnet (2004) advertem

[...] indivíduos ou grupo, somos feitos de linhas, e essas linhas são de muito diversa natureza. O primeiro tipo de linha que nos constitui é segmentário, de segmentaridade dura [...] a família- e depois a escola- e depois a tropa (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 151).

Os segmentos rígidos são as linhas de segmentaridade molares, que nos recortam em classificações identitárias (classe social, gênero, especialidade etc.) e binárias (homem x mulher; negro x branco; rico x pobre) e implicam dispositivos diversos de poder. Dispositivos que deslizam por planos de organização, e fixam os códigos e territórios de cada segmento a que correspondem.

Todavia, as linhas segmentárias, são também muitas coisas mais, repletas de “conexões, atracções e repulsas” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 152). Passíveis a serem atingidas por fissuras e fendas onde quase nada se nota, mas muito se produz e transforma. Observamos que um segundo tipo de linha pode ser traçado, aparentemente frágil, pois emerge em intensidade e não densidade ou espessura.

Capilar, tal linha dá lugar à flexibilidade e à delicadeza de desvios-micro, pequenas quedas, e apesar da sutileza do seu traço quase imperceptível, ela incide com potência de transformação irreversível.

“Linhas de segmentaridade muito mais flexíveis, de algum modo moleculares [...] traçam pequenas modificações, fazem desvios [...] passa-se muita coisa neste segundo tipo de linhas, de devires e micro-devires” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 151).

As linhas de segmentaridade moleculares dão passagem aos fluxos de desterritorialização, e retiram, das máquinas binárias e de sobrecodificação, o poder de incutir ou criar novos segmentos dominantes (nem heterossexual, nem homossexual, mas bissexual; nem preto, nem branco, mas pardo; nem criança, nem adulto, mas adolescente em desenvolvimento).

As linhas molares e moleculares, entrelaçadas em suas composições, não estão sozinhas. Vemos surgir uma terceira linha, que declina e traceja caminhos nômades. Linha que não é nem a primeira nem a segunda, nem molar nem molecular, pois enseja um caminhar desconhecido e imprevisível.

[...] esta linha é simples, abstracta, e, contudo é a mais complicada de todas, a mais sinuosa [...] é a linha de fuga [...] parece surgir depois, separar-se das outras [...] de qualquer forma as três linhas são imanentes, imbricadas” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 152).

A linha de fuga produz e é produzida em meio a movimentações que não possuem uma origem ou um final, mas são traçadas no “meio”, e que por ele fazem passar os devires incapturáveis, o puro movimento de diferenciação, o imprevisível de onde emerge a multiplicidade.

Jamais sabemos o que poderá romper em linha de fuga. Também não sabemos qual traço molar irá interrompê-la, barrá-la.

Ao psicólogo ou pesquisador, a tarefa complexa de tensionar as linhas. Fazê-las ruir. Fazer ruir é produzir fissuras e compor melodias dissonantes. Mesmo acionando uma sucinta sonoridade, ainda tímida e desconfortável, devemos abrir passagem, dentro delas ou no meio de suas composições, a pulsações, devires e dissoluções.

Assim, se a política de assistência social, ou os espaços regidos por ela, nos convocaram ao exercício da prática que produz o controle e a disciplina, o que nos coube, quando pretendíamos percorrer o caminho inverso (ou no mínimo lutar para a construção de outras vias de acesso ao mundo), foi construir dispositivos inventivos, dispositivos que deram passagem aos fluxos, aos engendramentos que extraviavam os percursos lineares, que suscitaram o tensionamento das linhas.

Porém, Deleuze e Parnet (2004) advertem que é preciso um manejo prudente no tensionamento das linhas, uma vez que tensioná-las, diz de um deslocamento em nós mesmos e em nossas práticas e não apenas naquilo que poderíamos pensar como um Estado ou um Governo.

Percorrer linhas molares ou moleculares, de segmentaridade dura ou linhas de ruptura, evoca perigos por evidenciar “a todos os dispositivos de poder que trabalham os nossos corpos, a todas as máquinas binárias que nos fragmentam [...] a nossa maneira de perceber, de agir, de sentir” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 166).

Diferente do que costumamos imaginar, tornar-se um transgressor àquilo que impede uma vida potente, não se associa, portanto, a ataques individualistas ou às grandes organizações (BOCCO, 2006), mas à observação constante dos “oficiais subalternos, os suboficiais, o soldado em mim” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 106).

Isso significa estranhar as minúcias das nossas práticas calcadas em certezas, naquilo que se “esconde” nos fascismos moleculares (GUATTARI, 1981), nos soldados que muitas vezes encarnamos e que encarceram a multiplicidade que compõe a vida.

Um deles, de enorme bigode preto, avançou para nós e, com uma voz que me pareceu completamente hedionda, disse que ficaríamos presos até aprendermos a não nos meter onde não era da nossa conta (ABREU, 2006, p. 19).

Por isso, voltamos a indagar, como, nesse processo de trabalho, capturados muitas vezes por práticas molares, podemos dar vasão às linhas de fuga? Como dar passagem às linhas moleculares? Principalmente, como fazer tudo isso com a consistência necessária para a produção de um corpo potente, corpo-oásis ou corpo-flor?

Talvez um dos caminhos seja forjar, em nossas práticas, “micro-oásis”, abalos sucintos, pequenas revoluções, “devires que operam em silêncio, que são quase imperceptíveis” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 2), fomentar questionamentos às produções relacionadas ao risco, à vulnerabilidade e à pobreza em nosso país.

Também operar por meio dos rizomas e da abertura ao que performa a vida: a inventividade do mundo, os escapes aos modelos produzidos e afirmados como únicos.

“Mas você não sabe com o que você pode fazer rizoma, que haste subterrânea irá fazer efetivamente rizoma, ou fazer devir, fazer população no teu deserto. Experimente” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 35).

No trabalho com jovens pobres, tenho experimentado alegrias, forjado parcerias, habitado vidas potentes. Também tenho me deparado com quartéis, soldados, grades ensurdecadoras, armas que emudecem, risco, perigo, ordem! Novamente questiono: Como transformar quartel em oásis?

Abreu (2006) nos fornece a pista: “E treinados como estávamos nas imaginações mais delirantes, era relativamente fácil avistar um deserto na rua comprida e um oásis no arco branco do portão do quartel, lá no fundo” (ABREU, 2006, p. 16).

Permitimo-nos arriscar. Dar abertura aos devires que nos perpassam e à sua potência transformadora. Brincar de Oásis nas ruas desertas que moram em nós, ou nos quartéis que nos habitam.

E foi no habitar desses quartéis que o objetivo desta dissertação emergiu. Em uma longa caminhada no deserto, buscamos acompanhar e ativar as invenções cotidianas fabricadas pelos jovens, fiando com eles territórios-outros, tracejando e acompanhado linhas de fuga: *tecedura-de-oásis*.

Nosso **objetivo** foi conhecer movimentos de diferenciação, irrompidos por acontecimentos no presente das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado na OSCIP mencionada.

Ao potencializar rupturas que colocam em xeque as nossas próprias condutas, com a pesquisa produzimos tensões que fizeram vibrar as linhas que nos asseguram, criando campos de ampliação da experiência e sentido.

Arriscamo-nos a acessar planos de imanência, habitat dos devires, das intensidades e dos fluxos. Onde habitar é o mesmo que estar em um “não-lugar”, que assim como as flores nos lixões, evocam a transformação intensiva das coisas; plano processual mutante, criador de territórios de permuta.

Se atuar com os ditos “em risco” nos remete a práticas muitas vezes desérticas, também nos permite a contrapartida: acessar os devires minoritários que não se conformam à disciplina ou à vigilância generalizada, mas que produzem invenções nascidas de confrontos-metamorfose.

Para isso, trilhamos, em conjunto com os jovens, caminhos alternativos, trajetos perpendiculares, fissuras nas paisagens concretas e hierarquizadas.

Fissuras que se fazem com a urgência daquele que percorre a aridez de um campo aparentemente infértil, mas que guarda a surpresa de um solo fecundo. Solo rizomático que se constrói com o outro, sem pressa, mas veloz, que se ramifica sem uma direção traçada, uma linha de partida e uma linha de chegada, mas linhas em conexão, que se entrecruzam, se combinam e se estranham, assim também se aliam e performam acontecimentos.

Uma urgência ao estranhamento, no nosso caso, ao nos contagiarmos com jovens distantes dos manuais classificatórios, das subjetividades produzidas pela mídia, pelos saberes “psi” ou médicos.

Infâncias e juventudes pobres, forjadas no contemporâneo como perigosas, mas que nos trazem milhares de interrogações e deslocamentos sobre a tal “condição” na qual foram colocadas.

Infância e juventude que não cabem em relatórios e estatísticas, sempre resistentes as tentativas de controle e normalização, que compõe com a pesquisa e com o pesquisador, transbordando os espaços, tecendo territórios sempre abertos à própria dissolução, forjando oásis.

Acreditamos que a todo o tempo colocar em análise essas questões é povoar o deserto. É também fazer ruir as certezas, coletivizar espaços individualizados, produzir encantamentos na pesquisa, ou, produzir, junto aos jovens, rupturas.

Para isso, nossos diálogos se teceram com autores importantes na luta a favor da desconstrução de conceitos enraizados e cristalizados em certezas imbatíveis, construídos no cenário das políticas públicas de assistência social e nas práticas que compõem o contemporâneo.

Autores que descortinam a infância e a juventude como experiência, contrariando as propostas que as enquadram em fases delimitadas ou, noutro caso, colocam os sujeitos pobres em lugares definidos pela periculosidade e pelo risco.

Desse modo, nesta dissertação, estabelecemos diálogos com Gilles Deleuze, Felix Guattari, Pierry Lévy, Michel Foucault, Manoel de Barros, Caio Fernando Abreu.

E por que não a Maria, o José, a Antônia, o João, o Pedro, quero dizer, os tantos jovens que trouxeram abalos e contrapontos às lógicas hegemônicas que nos circundaram durante o processo de intervenção, e que continuam produzindo, dia após dia, escapes às tentativas de captura das suas intensidades e modos outros de existência.

Como dispositivo metodológico, compusemos dentro do que propõe a pesquisa-intervenção, um percurso cartográfico que se desenha de acordo com as experiências do campo e, portanto, não se lança em busca de uma verdade a ser descoberta, mas de realidades a serem performadas e construídas em conjunto com os participantes.

A trajetória da pesquisa foi narrada e registrada em diários de bordo, que forjaram análises, bem como forjaram outros modos de se construir conhecimento, fazendo-nos exercitar uma escrita política que pensa sobre a realidade que produz, que traz questionamentos aos modelos vigentes e nos convoca a estranhar as relações que vamos estabelecendo no curso da análise.

O diário contém diagramas de eventos cotidianos que nos compõem no trabalho e também fora dele, compreendendo que a pesquisa não se dá em um espaço bem delimitado e cerceado.

Portanto, o diário contempla múltiplos encontros nossos: com os jovens e seus responsáveis; com os trabalhadores do serviço; com a Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente; com o percurso e suas substâncias: a rua, a OSCIP, os carros da polícia, o barulho das sirenes, os risos das crianças, os cheiros dos espaços, das pessoas, dos cafés com os familiares nas visitas domiciliares.

Junto à proposta dos diários, produzimos como dispositivo de intervenção um jornal coletivo, que compreendeu um processo grupal de encontros semanais em que foram pensados, junto aos jovens atendidos pelo estabelecimento, todos os elementos constituintes de um jornal: matérias, notícias, entrevistas, fotografias relacionadas à OSCIP.

2 “ABRIR A SEDE AO MEIO”: INVENTANDO PERCURSOS RIZOMÁTICOS.

D-E-S-O-B-J-E-T-O-S

“O menino que era esquerdo viu no meio do quintal um pente. O pente estava próximo de não ser mais um pente. Estaria mais perto de ser uma folha dentada. Dentada um tanto que já se havia incluído no chão que nem era uma pedra um caramujo um sapo. Era alguma coisa nova o pente. O chão teria comido logo um pouco dos seus dentes. Camadas de areia e formigas roeram seu organismo. Se é que um pente tem organismo. O fato é que o pente estava sem costela. Não se perderia mais dizer de aquela coisa fora um pente ou um leque. As cores a chifre de que fora feito o pente deram lugar a um esverdeado a musgo. Acho que os bichos do lugar mijavam muito naquele desobjeto. O fato é que o pente perdera a sua personalidade. Estava encostado às raízes de uma árvore e não servia mais nem para pentear macaco. O menino que era esquerdo e tinha cacoete pra poeta, justamente ele enxergara o pente naquele estado terminal. E o menino deu para imaginar que o pente, naquele estado, já estaria incorporado à natureza como um rio, um osso, um lagarto. Eu acho que as árvores colaboravam na solidão daquele pente”.

(Manoel de Barros)

A pesquisa produz um campo problemático: uma pergunta, um questionamento, uma dúvida que instiga o pesquisador, e que tanto pode territorializar-se em uma prática desértica, tornando-se um território árido, como embarcar em uma dinâmica que não cessa de fazer nascerem *oásis*, *singularidades*. Mas, de todo modo, o campo problemático a que este trabalho diz respeito não se delimita a um lugar físico ou à própria OSCIP onde as intervenções foram pensadas e desenvolvidas.

Também não pressupõe uma existência hierárquica e distante entre o pesquisador e o seu “objeto” de análise, principalmente porque não trabalhamos com a ideia de “objeto” preexistente, mas com a aposta de nos construirmos junto com ele – não como objetos, mas como sujeitos em contínuo processo de constituição.

Acreditamos que a produção em pesquisa exige o exercício de práticas nômades, práticas que resistem às tentativas de fixação burocrática, espacial e identitária, e que, em suas resistências, provocam alterações territoriais, passando a ocupar rostos, sorrisos, lágrimas, alegrias, praças, casas etc.

Sobre tal ocupação divergente, talvez até paradoxal (como poderia um território compor junto a um rosto ou a um sorriso?), lançamo-nos a pensar, com Deleuze e Guattari (2011), como um modo de conceber a territorialidade e com ela forjar o desenho de uma cartografia, com mapas intensivos e em permanente transformação.

O território convoca uma compreensão de *processualidade*, já que o não se limita a um espaço físico com uma finalidade específica, ele diz de movimentos de desterritorialização e reterritorialização.

Os territórios podem “abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323), como também podem dissolver-se e reestruturar-se, simultaneamente, em movimentos contínuos e ininterruptos.

Pensemos novamente no deserto. Um deserto é imensamente povoado por territórios. Nos territórios habitam os devires, os Oásis, as miragens, pois, como agenciamentos, eles estão sempre conectados aos movimentos de emergir e decompor – territorializar, desterritorializar e reterritorializar.

Nessa perspectiva, o território não é um lugar, um espaço ou um tempo engessados, mas o acontecimento surgido de relações múltiplas, acontecimento que tensiona “determinações histórias, conceitos passados, indivíduos, grupos e formações sociais” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 25).

O território permite a flor. Ele é a própria flor em relação a tudo aquilo que ela contém de devir, de instabilidade. Ele dá abertura ao seu nascimento torto. Abre-se aos movimentos de diferenciação.

Notamos a flor criar um território-lixão; a mão criar um território-flor; a boca criar um território-secura do deserto; o incômodo criar um território-oásis.

Numa flor ou em um Oásis, em um deserto como em outras coisas mais, existem “linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestraficação” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 18).

As tais linhas que acarretam fenômenos de retardamento ou ruptura, “tudo isto, as linhas e as velocidades mensuráveis, constitui um agenciamento” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 18).

O agenciamento é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões e agenciamento coletivo de enunciação. Com Deleuze e Guattari (1995), aprendemos que o agenciamento comporta dois segmentos, um de conteúdo e o outro de expressão. De um lado ele é a “mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado [...] de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23).

O agenciamento é o próprio povoar, mesmo quando falamos de um único sujeito. Um único sujeito é habitado por vários. Um único corpo atravessa e é atravessado por muitos e tantos outros corpos. Assim, não é o sujeito que enuncia, mas o próprio agenciamento. Este que pode se territorializar e reterritorializar, bem como ser arrebatado por desterritorializações.

O Oásis é um tal agenciamento em conexão com outros agenciamentos (a flor, o vento, a areia, o sujeito, o risco), uma multiplicidade, uma mistura de muitos corpos. Jamais saberemos como compreendê-lo, como ele funciona, de onde surge e para quê. O Oásis existe quando se comunica com outros agenciamentos, com outros corpos, fazendo devir intensidades, metamorfoseando-se.

O deserto, em contrapartida, é território que nos atrai a eixos centralizadores, homogeneizadores, estabilizadores. É um deserto-raiz, uma imagem, representação do mundo com seus significados, estratos e identidades. O deserto é uma imitação do mundo, mas também pode ser outras coisas mais e nos guardar surpresas.

Uma flor pode desterritorializar o deserto e produzir Oásis, assim como uma prática disciplinar pode reterritorializar a flor e produzir deserto. Assim, uma flor pode convocar um enraizamento e promover pontos de parada, pode se territorializar e se fixar, pode tornar-se um mártir, uma salvação, uma ditadura às avessas.

Com isso, queremos dizer que, apesar de portarmos microfascismos ou encorpamos gerais sempre a espera de momentos oportunos para cristalizações (de conceitos, de práticas, de modos de vida), sempre operando por “formações desérticas”, existe uma relação múltipla entre deserto e Oásis, de onde observamos propagações rizomáticas.

Não podemos atribuir, pois, qualidade aos territórios que produzimos, entendendo-os como bons ou maus. Não podemos dizer que o deserto é vilão, que a OSCIP é somente árida, que nós próprios somos culpados por reproduzirmos modelos presos

em estruturas, porque não tratamos de nenhum dualismo e binarismo sobre o bem e o mal, não acreditamos que essas coisas existam em si mesmas.

Nesse sentido, não podemos julgar os sujeitos e os estabelecimentos como vilões ou culpados ou “mocinhos” ou qualquer outra forma-identidade. O que podemos é forçar o pensamento acerca de nossas práticas, colocá-las em análise, e com isso, compreender que os territórios são “somente o produto de uma seleção ativa e temporária a ser recomeçada” (DELEUZE, GUATTARI, 2011 p. 18).

Fabricar Oásis em tantas instâncias desertificadas é como construir territórios fugidios às tantas organizações possíveis, sabendo que mesmo quando eles se instalam, são passíveis a sua própria dissolução. E que ambos, deserto e Oásis, só existem, porque estão intimamente ligados, imbricados, emaranhados.

Os territórios são, portanto, rizomáticos. Desertos e Oásis, eles incitam os tensionamento das linhas segmentares, mas também alongam as linhas de fuga, pois elas só existem conectadas, entrelaçadas umas às outras.

Desse modo, podemos nos territorializar em qualquer coisa. Territórios podem ser construídos em livros, dissertações, em desertos, em aulas, desde que advenham da produção de agenciamentos maquínicos de desejo e agenciamentos coletivos de enunciação.

Acreditamos assim, que investir em uma política de pesquisa em Psicologia, é exceder os limites espaciais do estabelecimento que se fez campo de atuação, para construir territórios onde habitam multiplicidades, mesmo que contingenciais e provisórios.

A produção de territorialidades, portanto, convoca a uma construção cartográfica, no nosso caso, realizada junto aos jovens para acompanhar e construir processos não autorizados de invenção.

Cartografar é exercitar a proliferação rizomática de práticas desterritorializadas. É o que chamamos “abrir a sede ao meio”: o impulsionar que nos força a habitar o desconforto, a confrontar-nos com nossos costumes e conjuntos de crenças, a “revezar a linha de fuga, fazê-la variar, até produzir linhas abstratas mais tortuosas, com n dimensões, com direções rompidas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 28).

Abrir a sede ao meio é desterritorializar, ou criar, ininterruptamente, ramificações rizomáticas que surgem e se transformam a cada agenciamento estabelecido entre o campo de análise, a pesquisa, a escrita, o pesquisador, os participantes, as narrativas, os acontecimentos, para conquistar sempre um pequeno pedaço de uma nova terra – uma nova vida a ser criada.

Por vezes, “abrir a sede ao meio” é esconder-se, para xeretar² pelo buraco de uma fechadura, o nascimento de desertos povoados, entendendo que os agenciamentos povoam os desertos mesmo quando precisam se espremer por *territórios-fechaduras*. Mesmo quando precisam devir multiplicidades de todos os tipos.

Assim, construir uma cartografia foi como inventar e desinventar percursos. Desapropriar-se do anseio que coloca a pesquisa ou a prática em um plano fechado de expectativas, para abrir passagem aos afetos ininterruptos, contagiar-se.

Arriscar-se. Agenciar territórios a serem desbravados, e abandoná-los, antes mesmo de sermos percebidos.

² “Xeretar é ficar à espreita dos processos que pedem passagem, que provocam perturbações [...] o xereta espreita e intromete-se entre o que é (forma) e o que deixa de ser (plano das forças). Desconfia que bisbilhotando, cavoucando, tendo o nariz e o ouvido apurados, pode ser conduzido a lugares e modos de vida inusitados [...] xeretar implica atentar-se ao que passa despercebido, em ficar à espreita e vasculhar com insistência por entre as porosidades que nos são apresentadas como muros de concreto armado [...] não é possível xeretar sem ‘outrar-se’, sem contaminar-se com os movimentos na vida, ao mesmo tempo que estes momentos são importunados pelas ações que efetuamos [...] xeretar requer abrir-se ao estranhamento dos modos de existência, instituídos e banalizados, , àquilo que em nós não há respostas prévias e é índice de nossa ignorância” (HECKERT, 2015).

2.1 O território do cartógrafo: a construção de uma ciência que tropeça.

A modernidade produz um modelo de ciência generalista, cujos vetores tentam organizar, muitas vezes forçadamente, os elementos que constituem o mundo, hierarquizando-os em formas, leis, ordens, normas etc.

A ciência tradicional nos constitui e nos atravessa, causando, muitas vezes, cegueira àquilo que nós mesmos vivemos e experimentamos, ou seja, por mais diversos que sejam os acontecimentos, os sujeitos, as experiências que insurgem nos momentos de investigação científica, o que comparece em geral nos relatórios acadêmicos são as regularidades, as estabilidades.

De acordo com Bocco (2006), o surgimento do positivismo entre os séculos XVIII e XIX foi decisivo para conceber uma ciência preocupada com verdades que pudessem ser comprovadas e replicadas, embasadas em representações e generalidades.

A eminência da industrialização deu lugar a um novo ideal de homem, aquele que por meio da racionalidade, é capaz de dominar a si mesmo e ao mundo. O homem que domina, produz uma ciência que domina. Tal ciência sobrepuja o “senso comum”, os saberes minoritários, desgarrados, “marginais”.

Acontece que, aquele que sabe e que narra a sua própria história, a partir das experiências que corporifica no dia a dia, não precisa ser autorizado a dizer de si mesmo. O sujeito, ainda que transformado pela ciência racionalista em objeto frio, atualiza os seus modos de experimentação em processos não autorizados de resistência, processos que operam por silêncios, de vez em quando barulhos, ausências, esquivas, impertinências.

O cientista não dá conta de desemaranhar todas as linhas que se embaraçam na constituição da existência. Tão pouco é capaz de homogeneizá-las, unificá-las ou totalizá-las, ainda que acredite ser capaz de se colocar acima dos arranjos que trançam as incontáveis sabedorias que parecem nos constituir “à borda”.

Assim, crescer “à borda”, ou irradiar-se pelos cantos, pelos espaços que são negados, subtraídos, escoraçados, é ir à contramão de uma força que nos converge ao centro, e que, totalitária, impele à homogeneização.

Lutar contra essa força é fazer devir existência aos tropeços, é encontrar vida em trivialidades, naquilo que a ciência moderna deslegitimou, mas que jamais perdeu sua beleza e potência.

Uma ciência que tropeça, ao que nos parece, é um empreendimento ao revés, um exercício a contrapelo, no momento em que concebemos esses saberes minoritários como parte imprescindível do processo de constituição do conhecimento, que acontece à deriva, em uma navegação sem porto. Esta é a ciência na qual nós apostamos.

Tecer dispositivos em pesquisa que possam dar conta de acompanhar esse processo “em feitura”, diz de um trabalho complexo de apropriação de um *lugar-conjunto*, quer dizer, de uma pesquisa que sustente sua viabilidade através de experiências que só existem quando compartilhadas.

Mas esse trabalho não é simples, pois ele exige a ousadia de colocar de ponta cabeça um mundo organizado para ter apenas uma única direção. Acreditamos que essa ciência aos tropeços, pode encontrar campo fértil para operar por meio da pesquisa-intervenção.

A pesquisa-intervenção desconstrói o modelo arborescente, criticado por Deleuze e Gattari (2011), que buscam, por meio do conceito de rizoma, pensar novos modos de conceberem a existência.

O modelo arborescente, ou “árvore-raiz”, nos remete às lógicas representativas de tradução, imitação, transcendência que organizam e estruturam a ciência positivista e demais instituições, como a escola, o exército, a família, a prisão. Nesta

concepção, o modelo arborescente promulga o enraizamento das nossas práticas, tornando-as estáveis, estruturadas, hierárquicas, biunívocas.

Entretanto, o modelo árvore-raiz não é solitário em sua jornada. De acordo com Deleuze e Guattari (2011) há sempre a possibilidade de emergir rizoma. Fazer rizoma. Ligaduras que se conectam incessantemente, redes ou radículas desprovidas de um ponto primeiro, uma gênese ou amarração final. Linhas que se embaraçam, e que em seus acoplamentos, encontram forças para desviar o percurso e iniciar trajetos nômades de descobrimento.

Se ousarmos afirmar que a pesquisa se constrói de um modo compartilhado, inventivo e imprevisível, isto é possível porque com a pesquisa-intervenção, tensionamos o modo tradicional de se fazer pesquisa, de se conceber o sujeito ou a subjetividade, de se compreender o pensamento e porque não, a vida.

Assim, das tensões produzidas com a pesquisa-intervenção, nos defrontamos com o rompimento da ideia de fotografia, de representação instituída com a ciência positivista, e instauramos um percurso traçado por mapas, móveis em suas múltiplas entradas e saídas (DELEUZE; GUATTARI, 2011), mapas cartográficos que se desenham de acordo com as experiências, sempre novas, diferentes, que se dissolvem e formam outras e que jamais se alojam em um único ponto.

Diferente do que Deleuze e Guattari (2011) chamam “decalque”, que traduz o mapa em imagem, que “organizou, estabilizou, neutralizou as multiplicidades segundo eixos de significância e de subjetivação que são os seus” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 31), nossa aposta é que a pesquisa opere por mapas intensivos, rizomáticos e cartográficos.

Cartográficos, porque os mapas forjados modificam as rotas da pesquisa, não supondo direcionamentos ou finalidades, mas construindo-se de acordo com os tropeços do pesquisador.

2.2 A pesquisa-intervenção e a construção do campo investigativo: pesquisar é constituir-se no processo.

A pesquisa-intervenção é uma aventura em conjunto, e, se preferirmos, um contágio que se mistura ao suor, ao sorriso e à fé. Sua composição percorre a arte que emerge no cotidiano a partir de mergulhos em cores, sensações, afetos. Um convite a deixar-se navegar pelo meio e suas substâncias e fazer com eles articulações.

A pesquisa-intervenção nos convoca a “estar disponível”. Uma disponibilidade para nutrir territórios de corresponsabilidade e parceria com aqueles que se propõem a compartilhar os processos experienciados no decorrer do trabalho.

Estar disponível a afetar e se deixar ser afetado pelos acontecimentos que nos mobilizam no decorrer das intervenções, mesmo que eles sejam responsáveis por alterações em nossas rotas.

E mais ainda uma disponibilidade a inebriar-se pela invenção de saberes que emergem no encontro com o outro, com o campo e suas interseções, mesmo quando estes saberes nos dispam de nossas certezas, verdades e conceitos-raízes.

A pesquisa-intervenção emerge por meio do movimento institucionalista na figura de Lourau, que aponta as interferências no campo como elementos constitutivos na produção de conhecimento do pesquisador sobre o mesmo (PASSOS; BARROS, 2009).

A intervenção “se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática num mesmo plano de produção ou coemergência: plano de experiência – fazer-saber, ou saber que emerge do fazer” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 17).

Há, portanto, uma inversão metodológica que desloca a ideia hegemonicamente construída sobre o método. Aqui, a meta não se define de antemão, mas insurge no

caminhar que o pesquisador se disponibiliza a trilhar em seus trajetos pouco delineados. Por isso, contraria os indicativos e as condicionalidades da ciência soberana onde se torna necessário, para legitimar um saber ou a sua prática, que o pesquisador vá a campo com um arcabouço teórico definido, objetivando averiguar sua aplicabilidade e veracidade.

O pesquisador que se propõe a fazer pesquisa-intervenção, peregrina por lugares menos certos. Não que apenas plaine, desinteressado, aguardando que surjam questões e problemáticas. Ao contrário, ele as incita e por isso o seu voo é perigoso e desestabilizador.

A trajetória do pesquisador se orienta muito mais em conjunto com as pistas que emergem dos processos que são acompanhados (KASTRUP, 2009), do que pela obrigação que ordena uma coleta de dados.

Os dados, neste caso, são produzidos quando o pesquisador se agencia com o campo e sua diversidade – o que quer dizer que eles não fazem parte de um plano de realidade que já existe no campo e anseia por ser descoberto (PASSOS; BARROS, 2009), mas são construídos no trajeto, no caminhar junto aos participantes.

[...] desde então, todos os dias Herinaldo me traz um punhado de cartinhas – aquelas da brincadeira de “bater e virar”, extremamente valiosas para os jovens, motivo de muitas brigas, confusões e até troca de favores entre eles – dizendo que são presentes que ele gostaria que fossem meus.

A cada novo dia, me surpreendo com a gentileza do seu gesto, com a generosidade que acompanha o ato de Herinaldo, ao querer compartilhar comigo o seu tesouro inestimável. Em minha mesa, o “montinho” de cartinhas apenas cresce.

É engraçado quando os outros jovens as avistam, e assustadas dizem “é TUDO seu?” – assim, em maiúsculo. Respondo “é sim” – e com um sorriso orgulhoso, deixo transparecer a felicidade que me toma.

Em meu coração, uma quietude acompanha a alegria que se aquece com algumas reflexões. Eu não desejo traduzir os motivos que fazem com que Herinaldo me traga os seus tesouros.

Muito menos desejo interpretar o que há “por trás” da sua conduta generosa ou dos seus olhos brilhantes. Isso faz de mim uma psicóloga ruim? Menos ética? Menos qualificada? Ausente de um saber? Uma pesquisadora contaminada pela generosidade desconcertante de um garoto? Não sei. Sequer acredito estar em busca de respostas. A verdade é que as cartinhas de Herinaldo se tornaram para mim um tesouro inestimável – assumo embaraçada.

É que todos os dias que eu as recebo, a cada espera ansiosa por elas, a sensação de acessar e compartilhar com Herinaldo um mundo único, nosso, mas não intimamente nosso, ou individualmente nosso.

Mas um mundo de conexões entre mim, ele, as cartinhas, os afetos, as texturas, as intensidades, forças, e também o universo que aquele encontro abre para invenções e novidades. As cartinhas são uma pista de que existe afeto entre-nós, aliança, disponibilidade.

Por menor que seja o nosso tesouro, ele guarda um mundo de histórias compartilhadas e também construídas a cada entrega.

(Diário de bordo, 25 de março de 2015).

A pesquisa-intervenção propõe uma alquimia cujo processo de dissolução é acionado em boas doses. Dissolvem-se os distanciamentos instituídos pela ciência dominante e exigidos entre o pesquisador e o “objeto” da pesquisa.

Tudo e todos estão implicados [...] todo conhecimento se produz em um campo de implicações cruzadas, estando necessariamente determinados neste jogo de forças: valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças, etc. (PASSOS; BARROS, 2009, p. 19).

O pesquisador e o campo se constituem de acordo com as correlações que vão construindo com o cenário e com os territórios que insurgem a cada nova conexão estabelecida, portanto, o pesquisador está implicado com o campo e se agencia com seus elementos heterogêneos. Isto não quer dizer, que estarmos implicados convoque, enquanto condição, uma análise das nossas práticas e das suas produções e efeitos na construção do mundo.

Lorau (1993) problematiza a ausência de análise de implicação nos modelos de ciência dominantes e aponta que pouco se reflete sobre o lugar que o pesquisador ocupa em relação àquilo que produz com a sua prática (BOCCO, 2006). Por isso, nos convocamos, como pesquisadores, à constante análise dos nossos percursos durante a pesquisa, pois compreendemos que os questionamentos sobre as nossas produções evocam

[...] a análise dos lugares que ocupamos no mundo, que uso fazemos desses lugares, como nos posicionamos nos jogos de poder, que alianças fazemos e em nome de que [...] não se trata de debater tudo isso apenas na situação específica na qual nos encontramos e sim estender esse exercício ao cotidiano, à vida, às relações sociais em geral, ao lugar que ocupamos na história (BOCCO, 2006, p. 42-43).

Com uma atenção ao presente e naquilo que estamos em via de nos tornar, produzimos então uma prática em pesquisa que não se desassocia da análise de nossas implicações, impossibilitando que nos coloquemos distanciados ou imparciais aos acontecimentos que emergem do encontro tecido com o outro – este outro que não é subalterno ou inferior; mas singular e potente – e que nos convoca a assumir uma posição ética e política no mundo.

2.3 Diários de bordo em viagens-metamorfose: a criança cartógrafa.

O que viemos afirmando politicamente, é que pesquisar é também cultivar a disponibilidade de caminhar com o outro, este que compartilha com o pesquisador os seus saberes, as suas dores, os seus contentamentos e afetações.

Toda pesquisa deveria convocar uma micropolítica (DELEUZE; GUATTARI, 1996), uma vez que a composição deste “corpo-conjunto”, construído pelo pesquisador e seus companheiros de percurso, apreende a sua capacidade de afetar e ser afetado para somente assim, libertar-se das amarras que o segmentam em estratos biológicos e orgânicos e ativar as relações que o fazem um corpo encarnado em experiência viva.

Como experiência viva, pensamos com Foucault (2004) a produção de uma estética da existência, da vida como singularidade ou obra de arte, aberta às sensibilidades cotidianas, aos arranjos afetivos que constituem um cuidado de si, do outro e do mundo.

Enfim, nosso desafio tem sido o de afirmar a pesquisa como acontecimento que retira a ciência de um centro de dominação, para tecê-la de modo rizomático, inconcluso e imprevisível.

“Rizoma é aliança, unicamente aliança” (DELEUZE; GUATTARI, 2011 p. 48). Assim, a pesquisa também o é: aliança que se firma com o outro e que o considera como parceiro na produção de conhecimento.

Mas como poderíamos registrar todos os elementos que nos constituem nesse processo diferenciado de produção de saber? De que modo poderíamos inventar uma escrita que acolhe os silêncios, os afetos, as sensações, as impressões vivenciadas no campo, e que, portanto, rompe com a exigência de “neutralidade” proposta por uma ciência mecanicista? Como narrar as misturas e contágios forjados no campo, colocar em evidência tantas vozes, povoar o deserto?

Deleuze propõe que “a criança não para de dizer o que faz ou tenta fazer: explorar os meios, por trajetos dinâmicos, e traçar o mapa correspondente” (DELEUZE, 1997b, p. 73). Recorreremos então à criança para pensar a pesquisa e a escrita como acontecimentos rizomáticos que desmantelam a rigidez da academia.

O pesquisador prepara o corpo para ser interpelado pelo devir-criança que traceja cartografias, quer dizer, mapas que se abrem a construções sempre outras e novas, atravessados pelos afetos que tecemos com o meio, isto é, as “qualidades, substâncias, potências e acontecimentos: por exemplo, a rua e suas matérias, como os paralelepípedos, seus barulhos, como o grito dos mercadores, seus animais” (DELEUZE, 1997b, p. 73).

Levamos os jovens para brincarem em um espaço que decoramos com cuidado, com bandeirolas, estrelas, histórias e poesias. Transformamos em um jardim secreto, um pedaço do que ainda não havia sido capturado pelo modelo “clean” exageradamente estruturado da OSCIP.

Abusando do mistério que parecia dissipar-se no dia a dia de nossas atividades, nos entocamos em uma pequena floresta, inventada por nós, preparada com cuidado para nutrir as brincadeiras dos jovens.

Surpreendeu-me, entretanto, uma pequenina e seu gesto, tão sutil e delicado, ao mesmo tempo de uma potência ensurdecadora.

Caminhou com cuidado, solitária entre alguns poucos escombros e flores, justamente no espaço que por nós não havia sido explorado, e por ali se assentou, com um caderno e um lápis nas mãos. Fez então o seu território.

Criança inventora de seu próprio mundo. Fez rizoma do rizoma.

Pois é isto: criamos o que achávamos escape, e então capturamos. Fez-se paisagem, imagem, espaço delimitado por expectativas e propósitos. A

pequenina, irreverente em sua sensatez, criou um despropósito. Logo em seguida, uma rede de despropósitos: outros jovens uniam-se para inventar os seus próprios trajetos coletivamente.

O rizoma é sempre o que está no meio, intermezzo, inter-ser; é o imprevisível que não pode ser capturado, pois quando o é, deixa de ser rizoma, transforma-se em raiz, podendo vir a germinar em rizoma outra vez.

(Diário de bordo, 26 de abril de 2015).

Como a criança aventureira, desenhamos nossos trajetos por meio do diário de bordo, constituído por mapas intensivos que acompanham o movimento da pesquisa e fazem conversar o pesquisador, os participantes e o que os atravessa durante a produção das intervenções.

Mapas que procedem por “variação, expansão, conquista, captura [...] que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga” (DELEUZE; GUATARRI, 2011, p. 32-33)

Uma pesquisa que traceja mapas evoca o engendramento de percursos dinâmicos que ilustram movimentos de fuga a caminhos prontos.

Portanto, (des)norteados por eles, não buscamos descobrir a origem das coisas, mas avaliar, constantemente, os deslocamentos e remanejamentos produzidos no trajeto (DELEUZE, 1997b, p. 75), transformando os espaços frios e enrijecidos do campo em caminhos abertos aos desvios e às novas paisagens, por isso, fazer cartografia.

O diário, enquanto dispositivo-mapa da pesquisa, rompe com a lógica racionalista da ciência tradicional, cujos resultados e procedimentos devem ser “descritos” ou

“relatados” por um pesquisador “distanciado” do processo, em um instrumental asséptico e estruturalista.



Mapa II: A menina e seus despropósitos.

o diário não segue um modelo ou uma norma para a sua produção, visto que a sua elaboração e os seus efeitos são materiais de análise e também os próprios analisadores de todo o processo de constituição da pesquisa, que compreendem as práticas, os discursos, as relações etc.



Mapa III: A feitura de um rizoma.

Com o diário produzido como um dispositivo ativo (reversível, modificável, desmontável, reconectável etc.), o relato das experiências vivenciadas no campo, deixa de ser passivo, morto, para assumir certo movimento que põe em funcionamento os tantos agenciamentos que nos interligam, nos comunicam e fazem comunicar, nos narram e nos constituem.

Desse modo, o que contamos, registramos ou narramos nos diários de bordo, exige de nós, pesquisadores, o exercício de uma escrita que quanto mais se coloca afetiva, menos se circunscreve “pessoalizada”.

Essa informação é importante, na medida em que podemos confundir uma escrita “afetiva” com uma escrita “introspectiva”. Esta última pertence à produção de subjetividades contemporâneas individualizadas e que concentram na figura do “eu” uma solidão autoritária que aprisiona o pensamento.

O pensamento é agenciamento que, como tal, não é solitário, mas povoado. Mesmo quando sozinhos, nos debruçamos a alinhar cada palavra, costurá-la cuidadosamente – e muitas vezes desastrosamente – mesmo assim, nesses momentos que parecem desabitados, acionamos em nós toda uma multidão.

Por isso, reafirmamos que a escrita é afetiva, mas não introspectiva. Porque ela está sempre a se fazer, sempre em um processo indeterminado, sempre capaz de acionar muitos atores, sentimentos, sensações, arrepios, silêncios, que pertencem a nós sem nos pertencerem e que, por isso, “nos transitam”.

Com quantas pessoas falamos quando escrevemos? Quando nos propomos o exercício de escrever - seja no diário, na própria dissertação ou em um caderno velho de anotações - quantas pessoas falam através de nós?

Somos capazes de produzir muita interferência, nas nossas vidas e nas vidas dos outros, quando, com uma escrita minoritária, um “devir-escritor”, ou um “devir criança cartógrafa”, fazemos operar, por muitas vias possíveis, os desassossegos que nos forçam a pensar, que nos tiram de lugares cômodos e que nos fazem mudar.

Pensamos, então, que cultivar uma escrita afetiva é essencial para a construção da pesquisa, pois ela é partícipe ativo na sua produção como campo intensivo, campo dos afetos, território de experiências encarnadas em lembranças, gestos, cheiros, gostos, sons, que nos colocam a exercitar as constantes batalhas que nos levam a estranhar, e em conjunto, transformar.

Acreditamos, inclusive, que a própria escrita é disparadora desses tais campos, nutrindo a força e a intensidade necessárias à produção de territórios de experiência viva, territórios que nos convocam à construção imanente de nós mesmos (a escrita nos inquieta, nos faz estranhar, nos convoca, nos tensiona, nos modifica etc.).

De tal modo, na próxima sessão vamos pensar a escrita fabricada neste trabalho e as suas implicações.

2.4 Escrita-outra, escrita intempestiva: endereçando cartas.

Deleuze nos diz que “escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida” (DELEUZE, 1997, p. 11). O ato de escrever é então doloroso, pois é também rompante das formas e suas imposições.

Escrever nos convoca a habitar certa “zona de vizinhança”, como continua a dizer Deleuze, quando a escrita, entendida como processo, não ruma a aprontar-se ou a se findar em linhas prontas, endurecidas, mas a um arriscar-se a morar no “entre”, como quando dizem “escrever nas entrelinhas”, isto é, abdicar das linhas retas e se colocar no meio delas, movimentando “desvios necessários criados a cada vez para revelar a vida nas coisas” (DELEUZE, 1997, p. 12).

Poderíamos então afirmar que escrever é ultrapassar-se a si mesmo, é abrir passagem às vozes que nos perpassam, mas que não são nossas, quer dizer, não intimamente nossas ou pessoalmente nossas.

Nós compomos tais vozes, mas não as fazemos reféns de nós mesmos, pois são vozes coletivas, que compõem “agenciamentos coletivos” (DELEUZE, 1997, p.15), enunciadas por certa singularidade impessoal, que se agita ante as tentativas de captura para torná-la individualizante.

Por isso “escrever não é contar as próprias lembranças, suas viagens, amores e lutos, sonhos e fantasmas” (DELEUZE, 1997, p.12), mas abrir passagem para que nos povoem as vozes do mundo, e no mundo, as vozes em nós, inventando “um povo que falta [...] um povo menor, eternamente menor, tomado num devir-revolucionário” (DELEUZE, 1997, p.14).

A escrita acadêmica tem se afirmado em um modo tecnicista, “neutro”, à parte dos eventos que perpassam o pesquisador. Escrita limpa, embasada em regras bem

definidas, responsável pelo descarte de outros modos de se produzir narrativas, sob a prerrogativa de uma ciência positivista.

Escrever, em nossas pesquisas acadêmicas, torna-se ato representativo. Escreve-se sobre algo, buscando desvelar uma verdade que já existe a priori, embasando-se em uma racionalidade científica que renega conhecimentos que não fazem parte de certo modelo teórico e técnico.

Todavia, uma das apostas a que se propõe esta dissertação, em diálogo com Deleuze e outros autores, é construir diferentes modos de se pensar e produzir a escrita acadêmica, afirmando a potência da literatura como “criação de uma saúde, ou esta invenção de um povo, isto é, uma possibilidade de vida” (DELEUZE, 1997, p. 15).

A literatura é então capaz de acionar movimentos inventivos, retirando da invenção o elemento ficcional, para afirmá-la como constituinte de um mundo dinâmico, este que habitamos e que Blanchot chama de “outro de todos os mundos” (LEVY, 2011, p. 20), isto é, **o fora**.

A experiência com o fora “exige o abandono das certezas que constituem nossa cultura e dos princípios que regem nossa história [...], pois a realidade criada na obra abre no mundo um horizonte mais vasto, ampliado” (LEVY, 2011, p. 25).

Com Deleuze, o fora é o próprio plano de imanência, plano que desloca o pensamento de uma cultura transcendental metafísica, para uma relação direta com o nosso mundo, o que recupera a nossa fé nele e nos convoca ao dever ético de transformá-lo.

O fora é o que coloca as coisas em movimento, em relação. É “lugar do não lugar dos elementos singulares e das forças que atravessam todas as coisas” (SCHOPKE, 2004 p. 178). Por isso, o fora é uma astúcia do pensamento que rompe com a herança platônica da representação, transcendência, essência, individualização e

naturalização dos sujeitos, das coisas e do mundo, instaurando a potência da inventividade e da diferença pura.

Pensamos a escrita literária como uma experiência com o fora, um recurso metodológico de resistência aos modos mecanicistas de se produzir conhecimento - modos que colocam o pensamento em um plano transcendental - utilizada por nós como dispositivo fundamental para criação de intempestivos, escrita que forja realidades e que “não é uma explicação do mundo, mas a possibilidade de vivenciar o outro do mundo [...] o deserto, o espaço do exílio e da errância, o fora” (LEVY, 2011, p. 26-27).

Escrever torna-se “um campo de luta [...], ou seja, uma escrita que não oculta as suas marcas, mas que preza por afirmá-las” (MORAES; BERNARDES, 2014, p. 8). Nesse sentido, a escrita literária faz parte do nosso campo de pesquisa, pois também cria realidades, acolhe silêncios, produz embates quando se afirma.

Não é escrita neutra, mas escrita política, afetiva e desejante, que produz enquanto é produzida, e que, portanto, é transgressora em seu fazer na pesquisa. Transgride no sentido de afirmar outras práticas discursivas, que divergem das modalidades racionalistas e teóricas formais da academia.

Logo, podemos afirmar que a invenção da escrita que se desenha neste trabalho busca desvios ao que consideramos um fazer acadêmico enrijecido e asséptico.

Procuramos provocar outros modos de exercitar a escrita na universidade, compreendendo a importância da literatura e da narrativa para a criação de fissuras aos modelos instituídos, acionando o afeto presente nas cartas, noutras vezes nas poesias, fotografias, histórias em contos ou crônicas da vida, entendendo-os como dispositivos que afirmam uma nova política de escrita.

No caso da carta, entendemos que ela

[...] assume uma intensidade de compor no papel aquilo que fazemos em nosso cotidiano: o exercício do diálogo, do endereçamento, da parceria, da conexão, das zonas de vizinhança, que nos retiram de uma condição de apenas relatores solipsistas de conhecimento para uma relação imanente ao pensamento – o outro (MORAES; BERNARDES, 2014, p. 9).

Escrever uma carta para os tantos Zezinho's, ou seja, para os tantos jovens que nos circundaram no trabalho, é senão um duplo convite à indisciplina.

Primeiro, a indisciplina que carrega a carta enquanto recurso que viabiliza contágios com o outro – tanto o outro que se habilita a redigi-la em seus afetos, esperanças, desilusões, expectativas, quanto o outro que a recebe, sempre surpreendido por não saber do que se trata, por não saber, ainda, o que esperar das palavras que serão devoradas e poder saboreá-las a cada vez com um gosto diferente – de novidade.

Segundo, a indisciplina de uma escrita que é indomável, que é imprevisível, e que assim se assemelha à juventude e também ao tempo,

[...] cartas também podem ser rasgadas e nem sequer lidas ou, costuradas a si, vertidas a condição de tatuagens, de postagens fictícias de um tempo que não há mais, como nas fotografias [...] a carta é uma interrupção do tempo, feita de palavras e imagens [...] escrevemo-nos quando escrevemos uma carta (FERREIRA, 2014, p. 16-17).

Desse modo, escrevemo-nos quando escrevemos cartas. Escrevemo-nos ao escrevermos esta dissertação. São palavras que ao mesmo tempo em que narram acontecimentos, também tecem encontros com uma juventude pujante, transgressora, indomável, e que, portanto, exigem um relato que não cabe nos padrões hegemônicos exigidos.

Talvez uma terceira indisciplina, não menos importante, esteja relacionada à tentativa de torná-la cabível, melhor dizendo, acessível àqueles que não fazem parte da academia, sem perder a sua potência e consistência, enquanto dispositivo para narrar acontecimentos que se tecem no campo de intervenção.

Em “Os intelectuais e o poder” (FOUCAULT, 1984), Foucault e Deleuze conversam sobre a impossibilidade da representação por parte dos intelectuais, quando

[...] as massas não precisam deles pra saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber [...] os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da consciência e do discurso também faz parte deste sistema. O papel do intelectual [...] é antes do de lutar contra as formas de poder (FOUCAULT, 1984, p. 71).

Por isso, acreditamos em uma escrita transgressora como parte fundamental de um trabalho que se propõe a combater as formas de poder que se exercem, inclusive, dentro da universidade.

A proposta é que possamos atuar como escritores operativos (BENJAMIM, 1994), cuja missão não é relatar, “mas combater, não ser expectador, mas participante ativo” (BENJAMIM, 1994, p. 123).

Escrita capaz de pintar histórias, poesia, arte e música nos muros cinzentos que muitas práticas têm construído pelo mundo afora. Paredes estas, que apesar das grossas camadas, não escondem por muito tempo o colorido que almejam apagar.

Assim, elegemos “Zezinho”, ou os tantos “Zé ninguém”, que em suas existências tornadas visíveis pelo controle, pelas estatísticas, pela tentativa de normalização da vida, fazem parte das tantas vozes que nos atravessam e se inscrevem em nossa pesquisa, em nosso trabalho, em nosso fazer cotidiano.

Junto a essas vozes, potencializamos combates que reverberam e estremecem os muros que nos separam, estremecem as grades que nos aprisionam, as identidades que nos segmentam, as cifras que nos escravizam.

Pois, junto a essas vozes, formamos sonoridades coletivas, povoadas, coloridas, que longe de pretenderem tornar-se uma, transformam-se em muitas, diferentes, e por isso, tão fortes nas lutas contra a mortificação da vida, contra o aprisionamento do tempo, a colonização do futuro, a docilização do outro.

Drummond nos questiona:

E agora José?

*A festa acabou,
A luz apagou,
O povo sumiu,
A noite esfriou,
E agora, José?
E agora, Você?
Você que é sem nome,
Que zomba dos outros,
Você que faz versos,
Que ama, protesta?
E agora, José?*

*Está sem mulher,
Está sem discurso,
Está sem carinho,
Já não pode beber,
Já não pode fumar,*

*Cuspir já não pode,
A noite esfriou,
O dia não veio,
O bonde não veio,
O riso não veio,
Não veio a utopia
E tudo acabou
E tudo fugiu
E tudo mofou,
E agora, José?*

[...]

*Se você gritasse,
Se você gemesse,
Se você tocasse,
A valsa vienense,*

*Se você dormisse,
Se você cansasse,
Se você morresse...
Mas você não morre,
Você é duro, José!*

*Sozinho no escuro
Qual Bicho-do-mato,
Sem teogonia,
Sem parede nua
Para se encostar,
Sem cavalo preto
Que fuja do galope,
Você marcha, José!
José, para onde?*

(Carlos Drummond de Andrade).

Nós, em contrapartida, ousamos afirmar: É no agora. É no agora que experimentamos e combatemos, saboreamos o momento, o encontro que acontece ainda lento, silencioso, distante da correria e do consumo de tudo, distante do tempo acelerado, do vivido descolorido e com o sabor roubado pela pressa, pelo dinheiro, pelo automatismo que fabrica uma vida mesma, dura, indelével.

É no agora que reunimos forças com os jovens que habitam este trabalho, e que conosco escreveram esta dissertação – de muitos e novos modos, sempre outros, a cada dia.

3 POBREZA, VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL: QUESTIONAMENTOS EM TERRENOS ÁRIDOS.

Vitória, 04 de Outubro de 2014.

Caríssimo Zezinho,

Escrevo-te esta carta, pois há algum tempo tenho pensado em você e em tudo o que me disse sobre o futuro. Era uma manhã cinzenta, com nuvens opacas e um céu que franzia o cenho, você se lembra?

Pergunto, pois ainda hoje não consigo saber se toda aquela friagem que balançava as árvores e trazia poeira aos nossos olhos era a fúria do mundo em sua inquietude, ou a turbulência da minha alma e sua incompletude – sempre alvoroçada.

Ouso dizer, Zezinho, que esta questão tem me provocado tamanho desconforto, pois nunca acreditei muito bem nesta conversa de “dentro e fora”, como se houvesse em nós certo tipo de compartimento secreto. Tenho pensado que talvez não exista um mundo separado de nós, ou um nós separado em pequeninos “eu’s”, ou até mesmo “eu’s” que somados formam um “todo” homogêneo.

Pois se muitas vezes o que dói em mim, se faz lágrima em seus olhos, e por outras, o que me alegra, constrói um sorriso em sua face, fico me perguntando: Será mesmo que tudo o que sentimos, vivemos, sonhamos, pensamos, amamos, sofremos, cabe somente a nós? Somos assim tão sozinhos?

Não sei. Confesso que não gosto muito de me guardar nesta solidão de “gente-baú”. Gente que confina tudo dentro de um lugar quadrado e não divide com ninguém. Gente que engole o sopro da vida e não compartilha, não joga pra fora, não deixa circular, atravessar, percorrer corpos, balançar cabelos, árvores, cidades, mundos.

O quanto suportaríamos de solidão se tivéssemos que esconder tudo dentro da gente e morar nesse lugar sem abalos, tremedeira ou novidade?!

Fico pensando: Se o que experimentamos só cabe a nós, vivemos então formando nós? Não deveríamos desatá-los? Desamarrar nós, desamarramo-nos? E então fazermos como fazemos com os cadarços do sapato, quando os transformamos em laços?!

Devo lhe advertir, Zezinho, que ando meio piegas. Sabe o que isto significa? Quer dizer que ando vendo muita beleza em tudo. Veja só o laço do cadarço do sapato: linhas que se cruzam e se perdem, a tal ponto, que já não conseguimos mais discernir onde uma laça a outra, perpassa, atravessa, interpela.

Deleuze e Parnet (2004) disseram que “o que conta em uma linha é sempre o meio e não o início nem o fim. Sempre se está no meio do caminho, no meio de alguma coisa”. Não é bonito demais este movimento Zezinho? O movimento “entre-linhas”. Devir que não se deixa capturar por formas apriorísticas, caminho performado pelo intempestivo, pela novidade, pelos laços que se fazem, se desfazem e se formam outros?

Digo isto para então voltar a pensar sobre aquilo que me incomodava lá no início: Esta história de “dentro e fora” que insistem em nos aprisionar - dentro é gente, fora é mundo. Engraçado. Prefiro pensar em nós como laços de cadarços de sapato. Aliás, vou preferir que daqui em diante você me considere como “gente-laço” ao invés de “gente-baú”, tudo bem? Assim, posso dar continuidade a esta carta, retomando minhas reflexões a respeito de você e do futuro.

Desde que nos encontramos como se encontram as linhas que formam os laços dos cadarços do sapato (viu? Eu não estava apenas dando voltas!) moram em meu coração certa inquietude e dor serena.

Deixe-me explicar melhor, tudo começou quando você me disse: “o futuro ainda não existe e o passado mora no presente”. No dia, se me recordo bem, eu tentava exaustivamente convencê-lo a pensar em seu futuro: “o que você quer ser? Vamos, oras que profissão quer exercer? Qual tipo de família quer construir?”.

A psicologia têm se apossado destes questionamentos que, veja só, repetimos de forma naturalizada, esperando que todos se comportem da mesma maneira: “quero ser médico”, “quero ser advogado”, “quero ser engenheiro”. Tentamos nos apoderar daquilo que ainda não aconteceu, objetivando atuar para que aconteça do jeito que julgamos ser correto, isto é, operamos para que aquilo que nos escapa - neste caso o futuro - seja modulado a uma normalidade pré-definida.

Assim seguimos utilizando “a educação e o disciplinamento das crianças, porque achamos que existe um caminho certo que se deve seguir para ser um cidadão útil à sociedade” (TAVARES, 2014).

Mas, temos dado ouvidos ao que o jovem nos diz, nos grita, cotidianamente? Temos nos apercebido, ou melhor, sentido, sua renúncia aos modos de subjetivação capitalísticos? (PELBART, 2003) Ou apenas reduzimos a heterogeneidade de suas experiências a “ritos do individualismo moderno, a necessidade da eficácia produtiva”? (DIÓGENES, 2011, p. 222).

Melhor dizendo, apuramos os ouvidos quando vocês nos “obrigam” a habitar o presente, ou reduzimos os modos intempestivos de ser jovem a identidades: “jovens-produtivos”, “jovens-consumidores”, “jovens-bem-sucedidos”, “adultos-que-virão-a-ser”?

Deslocamentos. Tenho experimentado muitos em nossos encontros. Veja bem, há o intelectual, o especialista, o psicólogo, o educador ou assistente social, munidos de um discurso unívoco ceifador das diferenças. Certos que sabem o que é o certo, até o momento em que encontram você, ali, à espreita, transpirando curiosidade.

E por mais que tentem, dia após dia, enquadrá-lo em padrões, estatísticas, relatórios, números, fases, identidades, por mais que roubem a fala (ou tentem), há sempre algo que escapa que foge pela tangente, que produz fissura em um cenário estanque: é quando você diz “o futuro ainda não existe e o passado mora no presente”.

Mas o que será que este garoto quer dizer? Pensamos, procurando uma resposta pronta em nossos “manuais classificatórios”. Existe algum “F.” para este tipo de petulância? Não. Você continua a dizer, a resistir. Não, não e não! Bate o pé, atrevido.

Hoje, eu e você nos encontramos em uma OSCIP embasada nas “Políticas Públicas da Assistência Social”. Você faz parte dos ditos “em vulnerabilidade social” e “em risco social” devido, principalmente, a sua situação de pobreza.

Estar em risco e vulnerabilidade, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social, é estar exposto a situações de negligência, de violência, de abandono, de exploração sexual e do trabalho infantil, com dificuldades de acesso a políticas públicas (BRASIL, 2010).

Sua situação de pobreza, inclusive, é o que justifica as intervenções do estado e da sociedade em seus modos de conduzir a própria vida, pois se acredita que você precisa desenvolver a capacidade de protagonizar a sua história e criar estratégias para o enfrentamento da desigualdade social.

Deixe-me tentar explicar com mais detalhes. A Política Nacional de Assistência Social surgiu há pouco tempo, quando tentavam superar um modelo de atuação filantropo, tutelar, responsável por desqualificar muitas famílias, inclusive a sua, na criação dos seus filhos e nos seus modos de conduzir a vida – quando diferentes daquele almejado.

Isto porque, há muito tempo a pobreza vem sendo associada a práticas do vício, a doenças, a imoralidade, fazendo com que jovens pobres como você, sejam considerados naturalmente inferiores, perigosos, e, portanto, passíveis de serem controlados por meio de práticas preventivas, para não virem a se tornar sujeitos responsáveis pela desordem da sociedade (BOCCO, 2006).

Logo, vinculados à periculosidade (FOUCAULT, 1996), vocês são considerados não mais pelo nível dos seus atos, mas pela virtualidade dos seus comportamentos, que precisam ser vigiados, controlados, disciplinados pela polícia, instituições psicológicas, pedagógicas.

A política busca avanços no cenário social, pois tenta romper com esta lógica que os coloca como inferiores, como culpados pela situação de pobreza, como “menores abandonados ou carentes”. Ela luta pela proteção integral e busca ações capazes de transformar a conjuntura social, atribuindo ao estado e à sociedade responsabilidade pelo cuidado da infância e juventude, pela superação da pobreza e da desigualdade.

Entretanto, a política também tem reproduzido práticas de subalternização, quando ainda vincula o jovem ao risco, e assim, continua a fabricar uma juventude perigosa, que com a ajuda da mídia, da polícia, dos especialistas, torna-se também uma juventude passível de ser exterminada. Oh, querido Zezinho, quantos amigos você já perdeu arbitrariamente?

Nesse contexto, instituições como a que eu trabalho e você frequenta, se erguem em prol da “formação cidadã”, ou, na prática, da “transformação de sujeitos incapazes, perigosos, desordeiros, em sujeitos de bem, trabalhadores e úteis” ao capitalismo e à sociedade de consumo.

Vocês deixam de ser invisíveis socialmente, para afirmarem uma visibilidade que se dá por meio do trabalho e do consumo. O imperativo da nova inclusão social: os excluídos pela sua situação de pobreza, agora são incluídos, pois se vestem com roupas da Nike, Adidas, tênis de marca e celulares de última geração, acreditando que “possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para felicidade, talvez até para a dignidade humana” (BAUMAN, 1998, p. 56).

Quando, na verdade, perduram as condições de extrema pobreza, desigualdade e desmedida violência, pois as ações ainda se individualizam Zezinho, centram-se nas famílias, nos indivíduos, sempre culpados pela miserabilidade e então punidos por nascerem pobres e em sua maioria negros. Não se combate o capitalismo e sua lógica perversa, não se combate o consumismo e a transformação dos jovens em produtos...

Ao contrário, vemos nos jovens, Zezinho's como você, o futuro do país. São os jovens, responsáveis por aquilo que o Brasil virá a ser. Por isso a insistência no futuro. Pois se espera um futuro ordenado, mantenedor das premissas capitalistas, futuro tecnológico, científico, embasado no consumo, na competitividade, no descarte da vida como "potência de (re)inventar."

Mas, ao mesmo tempo, sabe-se que futuro guarda a imprevisibilidade, logo, uma liberdade imanente, intempestiva, que não cabe em moldes ou parâmetros hegemônicos, quer dizer, que foge ao controle e à ordem.

Por isso você insiste em dizer não, Zezinho. Por isso sua recusa a intervenções arbitrárias, voltadas à normalização, à colonização do tempo, ao controle da vida. Há em você, resistência. Há em nós, liberdade!

Entenda-me bem. Eu não compreendi tudo isso com tranquilidade e calma. Existiu aqui, neste processo, um mal entendido promissor³ alicerçado em angústia e estranhamento.

Você me disse "o futuro ainda não existe e o passado mora no presente". Houve então um descompasso: algo em mim cindiu. Partiu-se, com tamanha potência, que certo dia eu amanheci com borboletas no cabelo, e cada vez que, enlouquecida,

³ "[...] o mal entendido promissor, em outros termos, é uma proposição que, da maneira pela qual ela se propõe, cria a ocasião para uma nova versão possível do acontecimento." (DESPRET, 1999, p. 328-330).

tentava arrancá-las, outras nasciam nas pontas de cada fio e voavam pela janela, me convidando a uma liberdade que jamais pude imaginar! Veja o que acontece quando não temos certeza do futuro: habitamos uma imprevisibilidade que nos exige fé. Fé no mundo e em sua potência transgressora. Fé naquilo que nos disseram ser inalcançável.

Talvez você não me compreenda. Talvez você me diga: “Não tenho tempo para pensar nestas bobearas poéticas, pois preciso trabalhar para sustentar a minha casa e vencer a fome”. Talvez isso faça você gritar que enquanto eu podia ler livros e ouvir histórias, você carregava sacos de cimento ou brigava com ratos e baratas pelo espaço da sua própria casa.

Quem sabe me conte sobre todas as vezes que por ser negro, homem e pobre, foi abordado por policiais raivosos, que brutalmente chutaram sua mochila da escola, estapearam sua nuca e orelha, xingaram os seus familiares, ou fizeram com que você comesse pedaços de cigarro recolhidos do chão. E vai me dizer “eu não sei o que é “adulter”, ou infância ou adolescência, pois não vivi como você viveu – não dentro destas fases e critérios estranhos”.

E então eu vou sentir que tenho uma dívida inestimável com você. Como se o meu status econômico tivesse lhe roubado todas as chances de uma vida digna e feliz. E você, com toda a sua doçura e sabedoria de menino-jovem-adulto, vai me mostrar o seu maior tesouro: uma pipa com a qual você rasga os céus no domingo pela manhã.

Ah, Zezinho! Você me faz lembrar que os meus maiores tesouros são simples, muito longe de brinquedos caros, roupas da moda, carros importados... Fez com que eu me lembrasse de que os afetos não são produtos a serem comprados e consumidos! Fez-me acreditar nas invenções que a vida produz!

Novamente você me desloca e me mostra como somos capturados por uma lógica única de “estar-no-mundo”. Lógica que repudia a diferença e multiplicidade. Lógica

que promove e fortalece o privado, o igual, o dinheiro, a “ostentação” – como você costuma chamar.

Hoje parei para pensar: Como foi que as pessoas passaram a significar tão pouco umas às outras? Como foi que os afetos, os sabores do mundo, as cores da vida, foram ficando tão insignificantes? Como foi que o descartável se tornou imprescindível e o futuro um tesouro inestimável?

Sob a égide da ordem e do controle, o futuro é colonizado e engendrado em práticas que corroboram o seu confinamento. Principalmente quando atuamos com jovens pobres como você, Zezinho, somos assombrados pelo “risco”, e assim, tendemos a produzir um futuro fatídico vinculado à morte ou à periculosidade, quer dizer, vocês serão sempre “bandidos”, traficantes, trabalhadores informais, perturbadores da ordem.

Ou, em outra instância, um futuro-ferramenta capaz de satisfazer expectativas de transformação: transformar jovens que tinham um futuro comprometido, em jovens com um futuro promissor, capazes de consumir e trabalhar. “Seguir na linha”. Alinhar os desalinhados, enfim.

Você reluta em ser aprisionado ao futuro e afirma que ele não existe, produzindo um ato político de resistência à mortificação da vida e do devir. Talvez você não entenda bem desta maneira, mas é o que faz quando produz rachaduras a esta lógica de destruição da imprevisibilidade.

Você insiste em deslocar as visões dos especialistas, que forjam um sujeito com vias de ser moldado, engessado, e por isto “acabado”, como uma obra que tem início, meio e fim. Assim como Peter Pan, sua personagem favorita, você exerce uma mensagem política de resistência e embate ao controle do tempo, quando “futuro e passado não têm muito sentido; o que conta é o devir-presente: a geografia e não a história, o meio e não o princípio nem o fim” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 41).

Peter-Pan é um garoto que encontra, em uma terra esquecida, magia tão poderosa capaz de não o deixar crescer, digo, “adulterar”. Ele se nega a ser controlado pelo tempo, quando em sua teimosia, afirma a recusa de ter o seu futuro colonizado. Não é uma criança presa em corpo de gente grande, ou vice-versa. O que acontece é que na “terra-do-nunca”, não existem amarras, estados prontos, limitações.

Peter Pan é devir em sua luta contra o tempo linearizado: o “tic-tac” do seu arqui-inimigo Capitão Gancho; o relógio engolido, digerido, a ausência da “prisão-passado” ou “prisão-futuro”. Quando “no devir não há passado, nem futuro, e sequer presente; não há história. No devir, trata-se antes de involuir: não é nem regressar, nem progredir. Devir. É devir cada vez mais sóbrio, cada vez mais simples, devir cada vez mais deserto e por isso mesmo mais povoado” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 41).

Sobre isso, Zezinho, posso me arriscar a falar um pouco. Tenho me incumbido a habitar desertos desde que encontrei você. Venho explorando-os, adentrando em suas violentas tempestades de areia e assim, resistindo, em busca de belos Oásis.

*Minha **neverland** é o deserto árido. Pois, para além do seu clima endurecido, da sua secura cortante, da poeira cristalizada nos céus, “há linhas que não se reduzem ao trajeto de um ponto, e escapam da estrutura, linhas de fuga, devires, sem futuro nem passado, sem memória, que resistem à máquina binária, devir-mulher que não é nem homem nem mulher, devir-animal que não é nem bicho nem homem” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 38).*

Devir-Peter-Pan que não é humano nem inumano, nem criança nem adulto, pois se entrega ao movimento da vida em seus diversos modos de engendramento, ao “entre” mundos e sua multiplicidade!

Querido Zezinho, você é puro devir! Tenho me arriscado a povoar a sua tempestade inventiva – vez em quando com dor, noutras com êxtases de fé. Não aquela fé religiosa que em muito nos deixa cegos. Mas uma fé política, que exige de nós a

crença no nosso mundo, na vida potente que vamos tecendo, fabricando, construindo uns com os outros. Ter fé na vida, hoje, é também ato político de resistência Zezinho. Quando há um intenso movimento a favor de um mundo cada vez mais particular e individualizado, povoado por estranhos perigosos e não confiáveis; quando nos dizem que tudo está perdido e que “não tem mais jeito”.

Carecemos de acreditar, “acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. [...] É ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo” (DELEUZE, 1992, p. 218).

Precisamos então afirmar certa fé na vida, nas relações fortalecidas com os outros, nos encontros alegres que compõem corpos potentes (DELEUZE, 2002, p. 25), em nossa força para tentar, reinventar e resistir.

Por isso, Zezinho, eu te escrevo para que possamos pensar o presente como experiência que se fia no encontro, sempre outro, sempre novo e criador. Para que possamos, juntos, construir outros modos de habitar o mundo e os seus estranhos, renegando os sequestros da experiência e a colonização do futuro. Que possamos criar desvios em nossas formas de conduzir a vida, afirmando a potência do hoje, do agora e do acontecimento que faz florir jardins em pequenos oásis. Que o presente seja infinito em suas criações, como você me disse um dia. Agora eu posso compreender.

Gratidão.

3.1 O arriscar em detrimento do risco: o que tememos?

*“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento,
mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”
(Bertolt Brecht)*

Zezinho brinca de “lutinha” com os amigos mais próximos. São socos, tapas, pontapés e risadas. Vez em quando a brincadeira fica séria e vira briga de verdade. Noutras vezes é apenas diversão, “apenas diversão tia”, nada mais. Acontece que criança que se machuca “não é criança bem cuidada”. Criança que machuca pode ter algum “desvio de caráter”... Criança pobre, que faz “lutinha”, é violenta porque “traz a violência da rua ou da genética dos pais”. Criança pobre é criança perigosa, pois nos dizem que “a maldade está impregnada na psique deles”.

(Diário de bordo, 03 de abril de 2014).

Ao que parece, existe para cada um de nós, uma linha de segmentaridade dura em que tudo é previsível, determinado, fechado: a identidade de Zezinho, a “maldade”, a sua própria “psique”, o seu “caráter”, a sala de aula que ele frequenta todos os dias, a disciplina a que ele é submetido, a sua classe social, o seu sexo, a sua casa, a sua família, enfim, tudo o que deve ser contabilizado, o que pode ser medido, o que é planejado.

Aquele que observa Zezinho com sua luneta de visão curta (DELEUZE, GUATTARI, 1996), aquele que submete Zezinho a uma regra e atribui a ele uma maldade, uma identidade, teme as suas infrações, vigia as suas movimentações bruscas, as perturbações que acontecem no abismo, para restaurar a ordem molar que assustadoramente pode ter sido ameaçada.

É que Deleuze e Guattari (1996), pensando sobre as tais linhas de segmentaridade – neste caso tanto as molares quanto as moleculares - afirmam que seus movimentos de proximidade e afastamento parecem envolver um abismo que eles chamam de “buraco negro” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 68).

A tal luneta, talvez o instrumento mais estimado do vigia de curta visão, atua por toda a parte com o seu raio cortante, raio restaurador que sobrecodifica as coisas, que as transforma em novos segmentos, novos pontos de parada, novos territórios bem delimitados.

*Zeinho costumava matar aulas para jogar futebol em um “campinho” improvisado. Eu poderia jurar que aquele pedaço de grama, ainda livre de placas do tipo “não pise” ou qualquer cartaz com palavras de ordem, causava aos aventureiros que insistiam em utilizá-lo, uma leve sensação de pertença, mesmo que fortuita, já que a todo o momento se sabia da possibilidade de despejo. Acredito, inclusive, que era essa possibilidade de ser **desapossado**, responsável por causar certo gostinho, ou, vibrações corporais inomináveis, capazes de trazer arrepios aos pelos do corpo e embrulhos no estômago. As sensações diversas, que emergiam nos olhares sarcásticos e por demais alegres – mesmo quando assustados - ou nas canelas cortantes, quando corriam e se espalhavam para não serem pegos pela “brincadeira em horário e local proibido”, denunciavam o deleite. Restava a nós, diante de nossas obrigações de adultos que devem “prevenir” situações arriscadas, digo, situações cujo risco é a ausência de uma pedagogia que produza um “bom futuro”, correr por todos os lados, policiando os espaços e os comportamentos “duvidosos”, prontos à captura dos “meninos-fujões”.*

(Diário de bordo, 18 de novembro de 2014).

Ser desapossado, nesse caso, remete a certa flexibilização, um talho dado à linha dura tornando-a maleável, uma espécie de desterritorialização relativa, haja vista que Zezinho, ao deslizar pela linha molar que busca fechá-lo em uma sala de aula, desmancha ou fissura paredes que pareciam por demais rígidas. Do mesmo modo que quando brinca de “lutinha”, tensiona o ambiente e estremece o seu contorno.

Assim, os conjuntos molares são “permanentemente trabalhados por uma segmentação molecular, com fissura em ziguezague, que faz com que eles tenham dificuldade em reter seus próprios segmentos” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 86).

Essas linhas moleculares atuam por pequenos movimentos, ocasionam abalos sucintos, “*micro-oásis*”. Percorrem segmentos que promovem pequenas rachaduras e desvios em um ordenamento linear endurecido.

Quando tudo parece se engessar em certa tranquilidade e o cenário endossa a rigidez desértica, pequenos sopros e microinfrações irrompem para desestabilizá-lo e produzir irregularidades: um menino se esconde pelos cantos do estabelecimento, esperando o momento de lançar-se à brincadeira no campinho. Outros meninos vão surgindo e se unindo à rebeldia.

Algo escapa dos centros de poder. Os meninos e meninas escapam e parecem, de certo modo, brincar com a molaridade desértica, remanejar os seus segmentos duros, desafiar a tal dureza deslizando pelos seus traçados e *riscando* novos territórios.

Mas as linhas moleculares parecem “andar na corda bamba”. Vez em quando, criam obstáculos às linhas molares, rachando-as, traçando linhas de fuga que colocam sempre novas questões a serem pensadas. Noutras vezes, operam favorecendo-as, como acontece com os vigias que portam lunetas de visão ampla - ou telescópios.

Do mesmo modo que Claudio maneja as linhas moleculares, as ativa com os seus minúsculos movimentos inesperados, do mesmo modo que Claudio e Eduardo

operam por deslocamentos e migrações que acionam limiares de intensidade, e que, ousados, emergem dos próprios segmentos duros, assim também fazem os vigias com seus instrumentos, telescópicos de ampla visão.

Eles atuam sobre os minúsculos detalhes, operam por microfascismos, vigiam os pequenos movimentos e já se antecipam às suas ocorrências, ao mesmo tempo em que fazem “proliferar o chefe em microfiguras impossíveis de reconhecer, de identificar, e que são tão pouco discerníveis quanto centralizáveis” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 70).

Os tais vigias “colaboram na mais dura empresa de controle, na mais cruel” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 70), mas certamente eles não são os chefes, pois conseguem ver o que os outros não conseguem: as milhares de possibilidades que emergem dos segmentos moleculares, e conseguem enxergar no abismo do deserto, o *micro-oásis* mais leve.

Conseguem também constatar os terríveis danos ocasionados pela luneta que recorta tudo, por isso, os tais vigias simpatizam com as atividades moleculares observadas, demonstrando a “ambiguidade dessa linha molecular, como se ela hesitasse entre duas vertentes” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 70).

Cristian era um desses garotos que apresentava comportamento meio “torto”.

Vivia fugindo das aulas. Diziam as más línguas, que ele era o responsável por fazer buracos nas grades da OSCIP, permitindo escapes, geralmente no final da tarde, para uma pequena mata que crescia aos arredores.

Certa vez Cristian foi pego roubando iogurtes da cozinha. Era da psicóloga o dever de “capturar o meliante” – como uma colega o nomeou – para que o bom exemplo fosse dado aos demais, de modo que não ficassem repetindo, a todo o momento, que “não da nada não”... “dá nada não”. Cristian, pego com a boca na botija, não poderia negar o seu “delito”, então apenas

silenciou. Estava acuado, com o rosto pregado em uma porta de vidro, rodeado por jovens curiosos e por adultos que pareciam cuidar para que ele não corresse. Cristian, o “ladão” de iogurtes, diferente da criança livre que roubava as mangas do vizinho e que rememoramos felizes nas rodas de amigos, não deve roubar iogurtes, afinal, se ele rouba iogurtes hoje, amanhã vai roubar o quê? Mas Cristian, o ladrão de iogurtes, tem uma segunda chance. Ele recebe orientações, lições, palavras amigas. Cristian, apesar de “torto”, pode ser “endireitado”, e caso o fosse, poderia tornar-se uma “boa” história para contarmos, diriam. Cristian até poderia. Mas teimou em não ser... E não foi. Os iogurtes continuam lá, trancados a sete chaves. Mas os buracos nas grades, ah, os buracos nas grades... Estes apenas crescem, ou mudam de lugar.

(Diário de bordo, 17 de julho de 2014).

Percebemos, sentimos, enxergamos, pensamos e falamos de acordo com determinada linha que traçamos ou perseguimos. Mas podemos saltar de uma linha a outra, retornar, rodopiar, circular e perambular pelo molar e molecular.

Como dissemos, as linhas de segmentaridade molecular são ambíguas, pois seus traços maleáveis, ainda que façam nascerem buracos em grades, também as refazem, mesmo que de outras maneiras. Mas também podem explodir em linhas de fuga, linhas inventadas sem nenhum molde, linhas abstratas e sem forma definida.

[...] Cristian, apesar de “torto”, pode ser “endireitado”, e caso o fosse, poderia tornar-se uma “boa” história para contarmos, diriam. Cristian até poderia. Mas teimou em não ser... E não foi.

(Diário de bordo, 17 de julho de 2014).

Cristian teimava em traçar mapas desconexos, trajetórias incompreensíveis. Mapas cujas linhas irrompiam em direções inalcançáveis. Não conseguíamos segui-lo, talvez porque, antes que pudéssemos chegar, ele já havia partido.

Cristian procedia por ininterruptas desterritorializações. Mas alguns de nós também temíamos os perigos dessas explosões em linhas de fuga. Paixão de abolição (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 103), ao modo de Castañeda.

É preciso que o movimento de fuga esteja sempre agenciado a outras linhas, para aumentar a sua potência, pois se não estiver, há o perigo da destruição total, inclusive a destruição de si mesmo.

É importante colocar em análise quais linhas estamos acionando, alongando ou interrompendo. Quais territórios nós construímos, quais territórios somos capazes de abandonar. É importante nos atentarmos aos vigias ou generais que encorpamos, e de quais lunetas costumamos fazer uso.

Alguns passam a maior parte do tempo carregando suas lunetas de visão curta como máquinas de corte e contorno, como instrumentos que permitem ordenar todas as coisas, organizá-las, enfileirá-las, “endireitá-las”, para, por fim, dar a elas as identidades seguras e inquestionáveis, necessárias para não fugirem do controle.

Dizemos em nossas reuniões no trabalho: “é assim”, “só pode ser assim”, “essa é a resposta certa”, “essa garota precisa praticar esportes”, “esse menino tem problemas”, “essa garota está em risco”, “esse comportamento é perigoso”, “precisamos esclarecer às famílias que” etc., pois abominamos as invenções que nascem a cada micromovimento incontrolável, quando algo nos escapa, quando, imperceptíveis, pequenas e velozes desorientações nos arrastam às linhas tremidas, prontas a nos destituírem do poder de localizar e de decidir o melhor rumo, a melhor escolha, a “melhor forma de”.

Constantemente os familiares nos procuram para pedir “socorro” e “ajuda”, como costumam dizer, pois acreditam não saber lidar com a educação dos seus filhos, netos, sobrinhos.

Reclamam de seus comportamentos inadequados, suas “rebeldias” e “agressividades”, dificuldades para acompanhar a escola, envolvimento com o tráfico, com as drogas etc.

Há também os que dizem temer o risco: que os seus filhos se tornem bandidos, traficantes, assassinos, vagabundos. Então, antes mesmo que possam ver os filhos seguirem por esse “caminho sem volta”, os familiares imploram investimentos, disciplinas, metodologias e práticas que possam evitar o tal “destino”. “Preciso que meu filho frequente a OSCIP para que aprenda alguma coisa útil e não vire um marginal”.

Questiono-me o que leva aquelas pessoas a nos procurarem, esperançosas de que tenhamos soluções prontas para a resolução dos seus conflitos. Indago o que faz com que aqueles jovens sejam considerados perigosos, antes mesmo de qualquer ato, apenas por existirem e por serem pobres. Fica em evidência como nos tornamos especialistas da conduta e do comportamento alheio, convocados, cotidianamente, a “dar um jeito” naquele menino ou menina que não se enquadra nos parâmetros de normalidade. Desqualificamos os saberes das famílias, o que nos faz, de algum modo, portar um saber-científico-qualificado, capaz de trazer a “cura” para os que “desviam”. Ou, antecipar o tal desvio e atuar para prevenir a sua ocorrência. Estranho. Atuar sobre o que sequer aconteceu.

(Diário de bordo, 03 de março de 2014).

Para prosseguirmos com a discussão sobre as nossas práticas, optamos por evidenciar duas linhas de segmentaridade, linha molar e linha molecular, produzidas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS): *a família e o risco*, respectivamente.

Posteriormente, poderemos compreender que o *risco*, apesar de ativar a rigidez do segmento molar, não suporta a sua contenção e irrompe em molecularidade, podendo também, explodir em linha de fuga.

Mas por que trazer à cena a PNAS e as linhas que se inscrevem em seu corpo? Acreditamos na importância de estudarmos os perigos de cada linha e conhecermos como elas são traçadas.

De certo modo, compreender os movimentos desenvolvidos pela PNAS nos permite ter acesso aos tipos de linhas que ela constrói, percorre e talvez inventa, o que ao mesmo tempo, nos viabiliza distinguir e analisar a contiguidade de segmentos e territórios (DELEUZE; GUATTARI, 1996) que conectam as linhas traçadas pela Política às nossas próprias linhas, às linhas que conduzem as nossas ações.

A PNAS é fruto de muitos embates travados para a consolidação de práticas que garantam os direitos de sujeitos que não tiveram acesso às políticas públicas, que sofrem algum tipo de exclusão pela pobreza, que possuem identidades estigmatizadas, desvantagens resultantes de deficiências, fragilidade ou perda de vínculos de sociabilidade, pertencimento e afetividade (BRASIL, 2004).

Não pretendemos aqui, desqualificar os avanços conquistados com a PNAS, mas produzir análises sobre as práticas que atualizamos direcionados pelas suas normas e diretrizes, abrindo novos campos problemáticos às nossas atuações.

A PNAS é dividida em proteção básica e especial (média e alta complexidade). Aqui nos interessa os relevos da proteção básica, pois é ela que direciona os serviços da OSCIP que se constituiu como campo da nossa pesquisa.

A proteção básica atua na prevenção dos riscos sociais, o que implica ações voltadas para o fortalecimento da família (e dos seus vínculos *ainda não* rompidos) compreendendo-a como instituição que media “as relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (BRASIL, 2004, p. 41).

Seguindo por essa perspectiva, a PNAS institui como diretriz a “centralidade na família”, pois a entende como “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (BRASIL, 2004, p. 41).

Ao centralizar as ações sobre a família, a política pretende que os especialistas fomentem o desenvolvimento das suas potencialidades para a *superação* da condição de pobreza, bem como disponibilizem ferramentas que promovam o *protagonismo* dos jovens, de modo que *possam* se tornar agentes de transformação social.

Todavia, ao centralizar as ações sobre a família, a PNAS a coloca no domínio de suas ações, segmentando-a em polos (público x privado), necessidades (proteger x ser protegida), estratos socioeconômicos (pobreza x riqueza), perseguindo a resolução de seus conflitos (vulnerabilidade x fortalecimento de vínculos), das suas contradições (família consanguínea x laços de amizade), enquadrando-a em normas e modelos a serem alcançados.

O poder incide sobre as famílias, delimitando-as. O poder é um exercício. É ação sobre ação de alguém. “Ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (Foucault, 1995, p. 243). Assim, é jogo de forças que produz contornos, delineia, traceja, imputa uma direção nos vetores em jogo.

Com Deleuze e Foucault compreendemos que o poder, sendo um exercício, é também molecular, ele opera por ligações móveis, por segmentaridades flexíveis e não localizáveis que “escapam às formas estáveis do visível e do enunciável” (DELEUZE, 2005, p. 81) presentes no saber. O saber, diferentemente do poder (mas que com ele se comunica e por ele se constitui), diz respeito a matérias formadas, a estratos, a fixações, alinhamentos, homogeneizações. O saber se constitui por categorias formais que passam por “ver e falar”, ao passo que o poder movimenta e produz (incita, suscita, afeta).

O saber, como agente de estratificação, constitui as instituições, como o próprio Estado e a família molar aqui retratada. A família, portanto, não possui uma essência, uma característica naturalizada e inalterável, mas supõe formulações de saber que a fixam sob uma função reprodutora. Não existe, portanto, a “família”, mas relações de poder que são estratificadas, fixadas em uma “forma-família”, constituída em determinado período histórico e legitimada por um saber regulador dos especialistas.

Logo, podemos compreender que as instituições organizam as relações de poder moleculares sob o domínio de uma linha molar, como a figura do “pai” na instituição família, por exemplo. São essas instâncias molares (educação, disciplina, consciência etc.) que constituem os saberes que estratificam a família e que atualizamos em nossas práticas.

Dizemos às famílias como devem tratar os seus filhos, como erradicar os piolhos, dizemos o horário cabível para estar nas ruas sem perigo, quanto tempo é necessário para que os jovens estudem com o êxito nas notas. Dizemos às famílias como amar, educar e proteger, como se elas não soubessem ou já não fizessem tudo isso. Ignoramos o número exorbitante de pais que batem em nossas portas, todos os dias, extremamente preocupados e chorosos porque querem o melhor para os seus filhos, pois continuamos

repetindo o velho discurso de que os pais “só querem saber de fazer filhos para largarem às traças ou às nossas responsabilidades”, como se fossem neutros e nada tivéssemos a ver com isso.

(Diário de bordo, 02 de setembro de 2014).

Quando a Política elege a família como eixo que estrutura uma relação “saudável” entre a criança e o ambiente, uma criança que desvia dos padrões estabelecidos em determinado contexto sócio-histórico passa a ser compreendida como fruto de uma instituição disfuncional e que precisa ser investida para atuar de acordo com a normalidade e atender aos padrões de utilidade exigidos, no caso, em uma sociedade neoliberal.

Lembramos que essa invenção de família, molar, vem sendo conduzida e reproduzida há algum tempo e opera por políticas variadas de existência. Para Ariès (1981), por exemplo, o entendimento da criança como um ser que necessita de cuidados especiais advindos da família só se delineou a partir de uma política médica constituída no século XVIII, nos países europeus. Tal política foi responsável por esquadrihar novos modos de ser e de agir, e delegou à família a responsabilidade pela conservação e educação das crianças.

Anterior a esse período, na sociedade tradicional, a criança exercia sua socialização e aprendizagem diretamente junto ao adulto, dispensando o controle e o domínio familiar. Estes, só puderam se alastrar quando a medicina assumiu um lugar importante na “maquinaria geral do poder, transformando-a em uma técnica geral de saúde” (MEDEIROS; LEMOS, 2011, p. 934).

Medeiros e Lemos (2011), em diálogo com Foucault (1985) e Donzelot (1986), afirmam que a política médica funcionava, já no século XVIII, para estabelecer uma economia social do corpo, evitando a mortalidade e o desperdício de forças, tendo em vista que o corpo devia ser usado para aumentar a potência da nação.

No Brasil, a percepção da infância como um problema social está vinculada à mudança do período colonial para o regime republicano, cujas intenções eram as de “civilizar o país” (RIZZINI, 2008).

Nesse cenário, permeado por políticas de domínio da criança e da família, continuamos a operar como vigilantes de visão curta. Os que prescrevem regras e comportamentos desejados para uma certa ordem e um certo controle. Nada pode escapar às nossas lunetas cortantes e binárias. Planejamos grupos de *orientação* às famílias, traçamos estratégias para a sua *conscientização*, mobilizamos-nos para desenvolver todo tipo de técnica que nos aproxime das famílias e que nos faça controlar suas ações.

Seguimos atuando como cientistas que sabem sobre o outro, ou que sabem o que o outro deve fazer para ser “autônomo”, “protagonista”, “consciente”.

Assim, o perigo de tornar a família o centro de uma Política, é o de reproduzirmos práticas que fixem a família em um núcleo de culpabilização, quando a suas relações e agenciamentos não operam de acordo com o que é considerado normal e aceitável socialmente, mas ao contrário, produzem estranhos aos modelos instituídos. Quando estes estranhos nos confrontam, muitas vezes não criamos um “ouvido-outro” para analisá-los como movimentos de diferenciação que ampliam nossas experiências, mas como intrusos que devem ser docilizados, adequados.

A PNAS se transforma no que Deleuze e Guattari (1996) chamam de *máquina abstrata*, máquina que nos inscreve “no conjunto de seu quadriculado” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 41), que detecta os desvios e procede de modo generalizado a ordenar normalidades.

É importante compreendermos que as máquinas abstratas podem ser mutantes e singulares, mas também podem ser máquinas abstratas de sobrecodificação e de estratificação. Assim como vimos que o saber, estratificado, molar, implica necessariamente no poder molecular, o lado de fora com as suas singularidades.

A PNAS, como máquina abstrata de sobrecodificação e estratificação não objetiva excluir o que é diferente aos seus moldes, mas uniformizar as variações, homogeneizar os desviantes, dar um rosto branco ao homem amarelo, ao homem negro, pois não suporta a alteridade (não seria esta a nova ordem do contemporâneo? “Somos todos iguais”, “Precisamos incluir os excluídos” etc.). É importante também que saibamos que nós operamos tais máquinas.

Continuamos reproduzindo o discurso de que aquela família é desestruturada. Que aquela mãe é culpada pelos desvios do filho. Que a garota é “assim” porque não tem pai. Continuamos naturalizando um modelo de família, culpando aquelas que não atendem as expectativas exigidas socialmente. Barrando qualquer tipo de diferença produzida por aqueles sujeitos, ou, talvez, tentando fazer da diferença uma semelhança.

(Diário de bordo, 01 de agosto de 2014).

Acontece que, apesar das nossas práticas endurecidas, algo sempre nos escapa e nos acomete com intensidade avassaladora. É quando uma mãe nos barra, ou um pai enfurecido nos procura para tomar satisfações sobre nossas condutas para com os seus filhos, quando nos dizem que são eles que decidem sobre as próprias vidas, e nos questionam sobre o “cuidado” e “proteção” que oferecemos (cuidado e proteção ou controle e disciplina? Precisamos sempre nos questionar).

Indagamos: O que fazemos diante desses tremores que nos interpelam? Quais linhas nós suscitamos? Quais linhas somos capazes de forjar? Organizamo-nos para construir muros mais altos e pesados, desenhar contornos mais espessos e firmes? Fortalecer os territórios áridos?

Depois de impedirem que uma garota jogasse o pouco de comida que sobrara no seu prato fora, o seu pai apareceu à surdina, e aos berros disse

que não tínhamos o direito de fazer aquilo, que alguém jamais poderia obrigar a sua filha a comer contra a própria vontade. Todos ficaram assustados, ninguém esperava aquele movimento. O habitual era que a família consentisse sobre as nossas decisões, mesmo as mais disciplinares e arbitrárias, pois acreditavam que como “doutores”, nós sabíamos o que era o melhor. Poucas vezes fomos contestados. E, quando éramos, nos organizávamos para “contornar” a situação, para ajustá-la de modo que não pudesse fugir do nosso controle novamente. Mas algo sempre escapava.

(Diário de bordo, 20 de agosto de 14).

Reafirmamos que apesar da rigidez de nossas práticas, uma linha molecular salta sorrateiramente e flexibiliza o que parecia dominado. Torna o contorno duro, maleável, e assim, ao mesmo tempo em que abre passagem às infiltrações, favorece uma grande insegurança, o medo da perda do controle.

“A administração de uma grande segurança molar organizada tem por correlato toda uma microgestão de pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 86).

O medo em relação aos jovens é frequente. Parece haver também um certo tipo de ressentimento e raiva direcionados a eles. Os jovens não obedecem às regras, vivem burlando os comandos dos adultos. Pisam na grama e sorriem ao lerem as placas “não pise”.

Fogem das aulas. Escondem-se pela OSCIP. Os adultos parecem temê-los, temem a perda de controle, exigem soluções, “que eles sejam expulsos”; “que sejam responsabilizados”; “que sejam punidos” pela afronta de não se submeterem aos regulamentos.

Os garotos e garotas mais rebeldes ficam conhecidos, conquistam seguidores, são também mais perseguidos e sofrem maiores represálias.

(Diário de bordo, 19 de junho de 2014).

Sentimo-nos, indiscriminadamente, inseguros, ameaçados, em *risco*. Tememos os jovens, tememos as famílias, tememos nossos colegas de trabalho. O medo, molecularizado, destitui o “inimigo” de um rosto ou uma forma, por isso ele pode estar em todos os lugares.

Somos acometidos por um medo muito frequente: o medo do que ainda não aconteceu. Como se o risco tivesse espalhado por toda a parte. “Não sabemos o que esse garoto pode fazer”, mas esperamos sempre pelo pior.

(Diário de bordo, 06 de maio de 14).

Essa sensação de medo microscópica intensifica a vigília. Amedrontados, nos prontificamos a alinhar os tais desvios com maior dedicação, a reconstituir novos rostos, agora mais ressecados, novos contornos mais endurecidos.

Pensamos: Por que tememos tanto o risco? Por que precisamos produzir Políticas Públicas para prevenir a sua ocorrência? O que o risco é capaz de mobilizar, quão potente é a sua rachadura a ponto de operarmos máquinas abstratas formadoras de rostos, máquinas de sobrecodificação, máquinas que tentam rebater os fluxos desterritorializados em significâncias? (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 56).

Notamos que a linha molecular pode saltar da linha molar, agitá-la, movimentá-la, desfazê-la e refazer novos territórios (reterritorializar-se). Mas algo diferente também pode acontecer. A linha molecular pode explodir em linha de fuga. Tornar-se fluxo intensivo que sempre foge dos códigos desgastados, que sempre escapa das possíveis capturas, uma linha estrangeira, nômade, criadora.

Poderia o *risco* produzir esse acontecimento clandestino? Caberia ao *risco* não apenas fazer palpitarem as linhas molares, mas produzir o rompimento das suas formas e o escape dos seus segmentos? Abrir brechas em todos os cantos, esburacar todas as paredes?

[...] um dia um de visão ampla abandonará seu segmento, se lançará em uma estreita passarela por cima do abismo negro, partirá pela linha de fuga, tendo quebrado sua luneta, ao encontro de um Duplo cego que avança na outra extremidade (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 70).

Acreditamos que ao embarcar em um segmento molecular, o *risco* rompa em linha de fuga, instaurando a imprevisibilidade que nos destitui do poder de controle, pois o *risco* foge do alcance de nossas lunetas e microscópios. Já não podemos detê-lo ou barrá-lo, pois seus avanços não possuem direções que possam ser previstas.

Com a PNAS, aprendemos que o *risco* se configura como uma situação instalada “que, ao se impor, afeta negativamente a identidade e a posição social de indivíduos e grupos” (BRASIL, 2010, p. 18). Assim, os serviços e projetos de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, para garantir a *prevenção* das situações que indicam *risco potencial* (BRASIL, 2004, p. 34-35).

“*Garantir a prevenção de riscos em potencial*” implica modificações no presente diante de uma antecipação do futuro. Notamos que estabelecemos uma nova relação com o tempo, que dá um salto para operar sobre o futuro. A partir dos dados e das estatísticas, o futuro se torna previsível, de modo que, caso ele indique a ocorrência de algo indesejado, é o presente que será modificado, para que haja também uma mudança no futuro (MORAES; NASCIMENTO, 2002).

Mas do que se trata este “algo indesejado”? O que combatemos quando nos mobilizamos a prevenir os riscos? E por que nos direcionamos à família e aos jovens pobres?

Tentaremos explicar melhor. A família e o risco, quando sobrecodificados pela máquina abstrata “PNAS” passam a possuir novos significados. A máquina atribui a eles funções, determinações, identidades, novos códigos.

Se outrora a família fora instituída como “pai, mãe e filho” (família nuclear), agora a política a enquadra a novos códigos e domínios, e ainda atualiza a “situação econômica” como um problema.

Na proteção básica, o trabalho com as famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear [...] (BRASIL, 2004, p. 35).

Importante nos atentarmos para a ênfase dada pela PNAS à situação socioeconômica, no caso, considerada como fator decisivo para a violação dos direitos, quando a política “destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social *decorrente* da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros)” (BRASIL, 2004, p. 35).

A PNAS nos diz que a pobreza produz a vulnerabilidade, logo a pobreza também produz o risco e consequentemente o perigo. Pois, se o risco é justamente a *possibilidade* da violação de direitos e a pobreza é a responsável por essa violação, o sujeito pobre será transformado no próprio risco.

A política atualiza a identidade “pobre-perigoso”, identidade que vimos ser forjada há muitos séculos (RIZZINI, 2009), com o pobre representando o vício, a sujeira, a preguiça e a desordem que precisam ser exterminadas para o desenvolvimento e o progresso da pátria, com os jovens pobres sendo alvos de caridade ou presos em instituições para serem “adequados”, “corrigidos”, pois se teme que se transformem em bandidos e perturbem a ordem vigente.

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial (BRASIL, 2004, p. 34-35).

A PNAS ainda como máquina abstrata de sobrecodificação recai sobre os indivíduos e os transforma em indivíduos-empresas, empreendedores de si. Ao pobre, só restaria investir em seu futuro para ascender socialmente e de modo individualizado. O sujeito pobre precisa constituir-se como capital humano mínimo (FOUCAULT, 2008), o que constitui para o neoliberalismo um investimento no tempo, investimento no tempo da criança e do jovem para que se tornem adultos produtivos e que façam girar as engrenagens do capitalismo.

Dizemos aos jovens: só depende de você! Faça! Se esforce! Vença! Vamos te ajudar investindo em você, investindo no seu tempo para que futuramente você nos renda lucros, você consuma, você trabalhe, e possa gritar: eu consegui!! E também possa dizer aos que não conseguiram “você não se esforçaram o suficiente, vejam como sou vitorioso sozinho, vejam como vocês são piores do que eu”. Se esforcem mais, deem o próprio sangue, como vocês fazem nos treinos esportivos, ultrapassem os próprios limites, não precisamos do Estado, de políticas públicas, de movimentos sociais, de transformação social, só precisamos de transcendência individual, só precisamos de nós mesmos e de nossa vontade de vencer a qualquer preço. Produzimos os jovens “pobres dignos”, os que ficam quietinhos, os que não causam algazarra, e que por isso, merecem ser respeitados pelos privilegiados que já nasceram vencedores, e que na outra ponta, devem combater os pobres perdedores, os que escolhem o caminho “errado” e que por isso serão sempre “piores”, “inferiores”.

(Diário de bordo, 10 de julho de 2014).

Questionamos o funcionamento da PNAS quando ela concentra suas ações nos indivíduos, fortalecendo o capitalismo em vez de transgredi-lo. Questionamos

também o funcionamento da OSCIP e dos nossos próprios fazeres, quando atualizamos as premissas meritocráticas, reforçando a diretiva de que “quem quer vence na vida com os seus esforços individuais”.

Atentamos para esse fato, pois ele será de extrema importância para compreendermos porque o pobre é alvo da Política Nacional da Assistência Social e não a pobreza. E porque o risco é considerado como algo que deve ser evitado, sendo polarizado como um vilão que por um lado torna o pobre responsável pela sua situação de pobreza, e por outro, o corporifica como perigoso, pobre que é por natureza o desordeiro, o bandido, o traficante, o trabalhador informal, o morador de rua, a “escória” que andamos amarrando em postes e torturando a luz do dia.

A esse respeito, Hüning (2007) nos aponta dois caminhos direcionados pelo risco. O primeiro, diz respeito ao risco como uma ameaça *para* o sujeito, pois se entende que ele não possui as potencialidades necessárias para alcançar o desenvolvimento instituído como adequado. O outro, diz respeito ao risco que esse sujeito *representa* quando ele evidencia perigo aos modos de vida hegemônicos.

Tomando a análise dessas duas possibilidades, arriscamos um terceiro caminho, uma linha de ruptura que cria uma diferente problemática para o conceito de “risco” e que permite abrirmos uma presença nômade para a sua existência.

Compreendemos que nas nossas pretensões de domínio molar e controle social, aquilo que instituímos como família e risco, algo nasce pelo meio, uma vida nasce, como um “riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 36), vida em trânsito, difícil de capturar.

Essa vida embaça as nossas lentes, embaralha os nossos códigos. Ela atravessa tanto a família, quanto o risco, fazendo com que a família seja mil vezes outras coisas mais e que o risco seja algo diferente de uma *possibilidade*. Essa vida é uma vida aberta à criação: essa vida é o jovem.

Eu estava sentada, junto a dois jovens, conversando sobre experiências com os nossos avós. Um dos meninos falava sobre a saudade que sentia do seu avô e sobre o desejo de morar com ele. Contava feliz, alguns “causos” do interior e das suas vivências com o “coroa” (como se referia a ele). Todos riam e se divertiam com as histórias. Conteí sobre o meu avô e os “Bugres”, como ele costumava chamar, e que só futuramente fui saber que eram os Bugres, os índios que moravam na região e que ele dizia serem perigosos. Dizia o mesmo do Saci Pererê e do Curupira. Eu amava o meu avô e as suas histórias. Ele costumava me alertar quando eu dizia não acreditar nessas personagens. Dizia: “minha filha, minha filha, olha que quando a gente não acredita, o Saci vem piar na nossa janela”. Eu costumava rir após o seu chamado, mas vovô permanecia ali, sentado, com o olhar severo diante da minha heresia. Agora me recordo com um pouco de tristeza dessas ocasiões, pois me dou conta do quanto ignoramos os saberes que não cabem em enciclopédias. Saberes de anciãos, histórias antigas que atravessam gerações. O quanto estamos negligenciando o que escapa à ciência e às suas padronizações? Patrick, também conhecia histórias sobre o Saci e o Curupira contadas pelo seu avô, e disse que acreditava nelas. Senti ali que nos conectávamos. Ele contou algumas histórias de fantasmas também, típicas do interior. Seus olhos brilhavam como nunca antes eu havia visto. Patrick tem uma história complicada com os pais, permeada por uma “identidade-tráfico”, que muitas vezes se repete nas práticas da OSCIP. Constantemente Patrick reclama que qualquer coisa que acontece no estabelecimento, principalmente relacionada aos furtos cotidianos, é atribuída a ele injustamente, pois todos desconfiam que Patrick já se envolveu em

outras situações parecidas, em lugares diferentes. Sendo ou não o responsável, o que me mobiliza é como essa identidade cristalizada fabrica comportamentos cristalizados. É como se Patrick se resumisse a uma única possibilidade. Como se a vida de Patrick, hoje, fosse um futuro que sequer aconteceu. Patrick está em risco, pois o seu futuro “é” o tráfico. Por isso precisamos vigiá-lo, estar por perto agora, mesmo que nada tenha acontecido, para que o seu futuro seja “outro”.

*Nada mais poderíamos esperar dele, senão os furtos, as rebeldias. Todos os seus passos deveriam ser monitorados, pois seu destino estava traçado [...] Mas ali, contando histórias sobre Sacis, Curupiras, fantasmas, eu podia sentir a dissolução desta “identidade-tráfico” e essência imutável. Patrick não tinha mais aquele semblante desconfiado, a voz muda, opaca, silenciosa. Patrick não ficava afastado, cabisbaixo, como se precisasse se esconder ou se envergonhar de algo que sequer havia feito. Patrick era apenas um jovem, atravessado por milhares de histórias assim como eu. E aqui, não havia empatia ou vontade de igualdade. Eu não desejava que ele fosse como eu ou o inverso. Não me colocava no lugar dele, porque não preteria esse lugar, necessitando preenchê-lo com os meus desejos, as minhas vontades, os meus pensamentos (como se eles fossem melhores). O que senti, naquele momento com Patrick, foi à afirmação da diferença, a potência da multiplicidade. Fez-se ali um bom encontro. E então pude olhar dentro dos olhos de Patrick e pela primeira vez receber um olhar terno de volta. Lembrei-me da frase de um texto das aulas de metodologia: **“Acolher o outro pressupõe de fato um deslocamento de si mesmo”** (OPIPARI; TIMBERT,*

2013, p. 252). *Que possamos então produzir tais deslocamentos e habitá-los por um tempo, para enfim, acolhermos o que de fato é belo: a alteridade.*

(Diário de bordo, 07 de abril de 2014).

O risco, quando se alia ao jovem, deixa de ser um *possível*. Equivocamo-nos quando atuamos sobre o *risco* considerando o futuro como uma *possibilidade* e assim, intervindo sobre o presente para evitá-lo.

Vejamos que Lévy (1996), em diálogo com Deleuze, considera que o *possível* já está todo constituído, de modo que ele vai se realizar sem que nada mude sua determinação e sua natureza. O possível é um real latente.

Nessa perspectiva, quando se realiza um *possível*, não há criação, pois o movimento de criar implica invenção e o possível, reprodução, representação. A realização efetua uma seleção entre possíveis predeterminados, já definidos, preenchendo, com matéria, uma forma que estava adormecida.

A PNAS tenta transformar o *risco* em um *possível*, em uma *possibilidade* que deve ser *prevenida* para que o sujeito não tenha os seus *direitos violados*. Assim, para a política da assistência social, o risco é algo que já está pronto, já está dado, e que se localiza no futuro, ou seja, é um real latente, pronto para existir, mas que deve ser impedido.

Porém, quando a política antecipa o futuro, promovendo intervenções que incidem sobre o presente, ao invés de evitar que o risco ocorra, ela o realiza e produz aquilo que tenta impedir. O futuro se realiza no próprio presente e o possível deixa de ser um real latente para ter a sua forma predeterminada preenchida com matéria: o menino e a menina já não têm um futuro em risco, mas se tornam o próprio risco.

Operamos sob a lógica de que o risco não é uma imprevisibilidade, mas é a própria criança e sua família. Os seus modos de vida, a pobreza, os pés

descalços, as roupas sujas, as mães que trabalham fora, os filhos sem um pai, os garotos que falam pouco, os garotos que não se concentram (só podem estar usando drogas!), as meninas que usam roupas curtas, os meninos que aparecem com um tênis de marca (ou é roubado ou é presente de traficante). Por isso vamos às suas casas e observamos quantos cômodos possuem, se são limpas, se estão adequadas. Por isso, antes mesmo que cometam qualquer “deslize”, os jovens pobres já são colocados em espaços que possam “prevenir” o “destino” que a pobreza os reserva que é a infração, a informalidade, o tráfico etc. Será que paramos para pensar, que quando colocamos os jovens na OSCIP, dizendo “agradeçam por estar aqui, porque assim vocês vão ser alguém na vida e não vão seguir pelo caminho errado”, na verdade produzimos esse caminho? Ouvi colegas dizerem que amam trabalhar com a proteção básica, porque diferente da proteção especial, onde se encontram os jovens infratores, agora podem atuar sobre o “problema” e evitar que ele ocorra. A frase, que parece ingênua, me faz estremecer. Então é isso? Então dizemos que esses garotos e garotas que frequentam a OSCIP possivelmente (provavelmente) estarão nas Unidades de Internação? Como podemos ter certeza disso? Do que essa certeza fala?

(Diário de bordo, 10 de novembro de 2014).

Mas o jovem, diferente da política, faz do risco uma outra coisa, uma virtualização, um deslocamento para o acolhimento do que é diferente. Para Lévy (1996) e também Deleuze, a virtualização é um campo problemático aberto, dinâmico, que se opõe à atualização e não ao real (que é a forma bem definida, molar, estratificada), como costumamos acreditar (real x virtual).

A atualização cria uma solução para um problema, faz emergir novos funcionamentos em relação às problemáticas inventadas. A virtualização, em contrapartida, é a transformação dessas ideias constituídas, das soluções empreendidas, em um novo problema. “Com isso a virtualização fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cria um vazio motor” (LÉVY, 1996, p. 18).

Ao longo de nossas intervenções com a pesquisa e a partir desta dissertação, nos propomos a considerar o risco como uma virtualização, uma dinâmica, um campo problemático que coloca a vida em estado sempre nascente, sempre a se fazer e refazer, e não como uma possibilidade já determinada, pronta para existir sem que nada possa mudar a sua natureza, de modo que evitar o risco é, na verdade, realizá-lo.

Com o jovem, o risco se desprende do presente, do futuro, de um tempo linear, de um relógio cronometrado, pois como virtualizações, tanto o jovem quanto o risco, embaralhados uns nos outros, não cabem em um tempo e espaço definidos, eles migram de endereço, abandonam lugares sedentários, limitados, se constituem por movimentações transitórias - fluxo a fluxo - e reconstroem um nomadismo encarnado.

Encarnado, porque quando ficam, mesmo que estremecendo as linhas e os limites - mesmo que ficar exija um abandono – os jovens ficam por inteiro, apaixonados, eles criam um corpo vivo, uma rede de corpos vivos, que nos afetam e são afetados quando compartilhamos nossas intensidades e nos conectamos.

Pensamos que, por isso, estar com os jovens e com o risco seja tão complexo e ao mesmo tempo tão enriquecedor, pois estar com eles é assumir a imprevisibilidade e com ela a destituição do nosso controle sobre o outro e as suas ações. Tudo pode acontecer, dependerá de como encarnamos esta experiência. Novamente, por quais linhas embarcamos, quais linhas inventamos ou insistimos em barrar?

No virtual, as linhas de fuga conduzem os movimentos de diferenciação, os devires e os afetos. O virtual, como linha de fuga, é a pura resistência a todos os modelos instituídos pelo saber-poder. Assim, quando explode em linha de fuga, o jovem “em risco” inventa “estranhos devires novos, novas polivocidades. Devir-clandestino, fazer rizoma por toda a parte, para a maravilha de uma vida não humana a ser criada” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 57).

Cabe a nós, nesse processo, analisarmos as nossas práticas e a vida que desejamos construir com elas. O que fazemos quando somos surpreendidos pelo universo de invenções e desvios criados pelos jovens? Vamos nos contentar ao possível e ao seu determinismo molar? Vamos perseguir o que foge à regra, temendo a perda de nossos territórios confortáveis? Vamos inventar linhas de fuga, traçá-las junto aos jovens, criar com eles muitos mapas, sem a pretensão de capturá-los para o nosso controle e domínio?

Longe de soluções aplacadas, a partir das nossas experiências junto aos jovens, vamos propor uma pista a ser seguida: a criação de uma “*prática-de-risco*”, prática que nos exige uma postura ética em nossas batalhas contra nós mesmos. Postura que coloca sempre em análise, quais linhas construímos, quais linhas alongamos, se produzimos rachaduras, fissuras, ou se apenas seguimos endurecendo territórios e vigiando as revoluções no deserto, observando com nossas lunetas de raios cortantes o primeiro movimento diferente, prontos a engoli-lo em nossa molaridade binária.

Por outro lado, no outro pólo, há uma máquina abstrata de mutação que opera por descodificação e desterritorialização. É ela que traça as linhas de fuga: pilota os fluxos de quanta, assegura a criação-conexão dos fluxos, emite novos quanta. Ela própria está em estado de fuga e erige máquinas de guerra sobre suas linhas. Se a máquina abstrata de mutação constitui um outro pólo, é porque os segmentos duros ou molares não param de vedar, de obstruir, de barrar as linhas de fuga, enquanto ela não para de fazê-las escoar “entre” os segmentos duros e numa outra direção, submolecular (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 96).

Uma *prática-de-risco* opera por máquinas mutantes. A juventude produz as suas próprias máquinas, traça as suas linhas de errância, fabrica as suas linhas de fuga como fabrica artesanalmente os seus próprios brinquedos.

No próximo capítulo vamos xeretá-los, a juventude e as suas máquinas de guerra. A juventude e as suas revoluções no deserto. Vamos narrar a aventura que foi percorrer, atravessados por devires-jovens, um universo que faz da diferença uma aliada. Pois a juventude, com suas máquinas mutantes, chacoalham a molaridade do deserto, inventam oásis pelo caminho, miragens. A juventude e sua imprevisibilidade, nos lança em uma aventura a ser percorrida e também construída, pois desbravá-la exige de nós o abandono das lunetas e das bússolas que direcionam um caminho.

Operar uma máquina mutante é operar por desterritorializações. É construir redes rizomáticas que vão se conectando por meio de fluxos de intensidade. Fluxo a fluxo, com os jovens conquistamos pequenos pedaços de terra, inventamos brinquedos, “brincanças”, e os abandonamos antes mesmo que alguém pudesse nos enxergar e capturar.

Com os jovens e interpelados pela juventude, aprendemos a construir a nossa *prática-de-risco*, prática repleta de conflitos, estranhos, vizinhanças, amizades, paixões. Prática que afirma o mundo em sua imprevisibilidade e que não a teme, mas a incita.

4 O DEVIR-CRIANÇA E AS SUAS “BRINCANÇAS”⁴: APRENDENDO A INVENTAR MÁQUINAS MUTANTES E A TRAÇAR LINHAS DE FUGA.

A criança faz do deserto um universo de descobertas. Torna-se poeta e em seu criar aventureiro uni-versos em experiências múltiplas. Performa multi-versos. Experimenta o heterogêneo. Espontânea, apanha os desperdícios e os restos encontrados no caminho. Transforma tudo. Transborda a tudo.

Impaciente com a regra faz devir do que se nega à invenção cotidiana. Não cabe em formas ou fôrmas, renega as grandes generalizações e imposições certeiras.

A criança faz da infância o seu incerto. Engole insetos, atrasa o mundo, pede passagem às intensidades e compõe com elas corpos potentes. Sem horário, ausente de um tempo cronometrado, a criança inverte a regra e adentra. Penetra e coexiste, no jovem e no adulto.

Acontece. Virtual, ela se inventa, movimenta. O seu brincar é máquina que dissolve as formas e classificações absolutas. Perambula e não se contenta. Em seu devir, faz nascença. A cada nova experiência faz nascer o que é fortuito. Ainda assim, no jovem e no adulto, persiste a criança em múltiplos tempos.

Durações inesgotáveis.

Criança que vive no jovem e no adulto. É incabível fazê-la caber em formas delineadas. Forma-criança e Forma-adulto: pontos de parada, imagens sucessivas, (KASTRUP, 2000), figuras representativas que instauram um traço em linha reta.

⁴ Decidimos chamar “brincanças” ao invés de “brincar”, pois afirmamos que as brincadeiras dinamizam os territórios, desterritorializam e reterritorializam pessoas, espaços, práticas etc. “Brincanças” tomam o brincar como movimento que sempre se refaz, dinâmica que traça mapas que remanejam as andanças das crianças para territórios sempre novos e inventivos.

Criança que faz uma juventude universal. Ainda em deriva. Desalinha. Faz do passado, presente e futuro uma brincadeira viva. Circula entre os tempos. Voa em pipas, desarranja em bolinhas de gude. Inventa.



Mapa IV: Brincanças e linhas de errância

A criança inventa a sua própria máquina de guerra. Mas a criança que opera uma máquina mutante, não é a criança molar que possui uma forma e uma substância enrijecidas. Não é a criança dos comerciais, a criança saudável, a criança carente, a criança necessitada – ambas aprisionadas em definições. A criança inventora, à que nos referimos, escapa dos moldes e contornos, porque é devir e virtualiza nossas teorias e soluções capturadas pelo real.

Uma criança molarizada é uma criança possível: a criança da Política da Assistência Social, das teorias do desenvolvimento da Psicologia, da Psicanálise, da Educação etc. De acordo com Lévy (1996), tal criança já vem pronta antes mesmo do seu nascimento, sua natureza é imutável, sua substância está predeterminada e vai se desenvolvendo de acordo com cada etapa de uma fase a ser realizada: no primeiro ano ela irá andar, no segundo ela irá falar, no sétimo ela irá aprender operações básicas da matemática...

Essa criança é programada para não avistar um deserto em uma rua comprida, um oásis em um arco branco de quartel, quem dirá uma miragem nos momentos mais difíceis, pois ela já está definida pelos possíveis que serão realizados de acordo com um certo tempo, no caso, tempo linear, contado no relógio, tempo futuro.

Um bom adulto é “tudo” o que uma criança pode se tornar – pensamos em nossa molaridade. Trabalhamos para que ela se desenvolva saudável, para que seja trabalhadora, para que vença na vida, para que conquiste os seus “sonhos”, quer dizer, aquilo que a mídia diz que ela precisa para ser feliz (carro, casa, emprego, dinheiro). Não permitimos que a criança viva no presente, pois tudo o que ela faz, hoje, tudo o que planejamos para ela, faz parte de uma estratégia de poder para domesticarmos o seu futuro, para termos controle sobre ele. Precisam de disciplina para que mereçam seus empregos. Precisam de estímulo para que desenvolvam a “inteligência”.

Precisam de práticas esportivas para conquistar equilíbrio, força, foco, concentração. Tudo isso, pensando no adulto produtivo que virão a ser, ou na próxima etapa que precisará ser bem desenvolvida.

A todo o tempo, os jovens nos dizem: queremos brincar, queremos brincar!! E então, transformamos as brincadeiras em meios que possam realizar nossas expectativas: uma brincadeira com a intervenção ordenada do adulto, com o seu olhar autoritário, punitivo ou “educativo”, “conscientizador”.

A brincadeira deixa de ser brincadeira para se transformar em dispositivo de poder. Acreditamos acertar na loteria. Acreditamos estarmos produzindo uma prática libertária. Agora sim, adentramos no universo infantil!! Agora eles não têm mais do que reclamar. Estão brincando, e de forma educativa! Mas a criança resiste. Continua construindo os seus próprios mapas. Foge das brincadeiras propostas pelos adultos. E então vemos as “salas de jogos e brincadeiras” vazias, as ausências nos treinos esportivos, e um punhado de menino e menina correndo pelas beiradas, escondidos pelos cantos, nos pedaços de chão que ainda não foram colonizados.

(Diário de bordo, 02 de setembro de 2014).

Como vimos com Deleuze e Parnet (1998) e Lévy (1996), a virtualização é a pura invenção de um problema quando confrontado a uma solução já dada. A virtualização não permite que o ciclo se feche, pois ele trabalha com saltos e fugas.

A criança virtual é a que nos interessa com as suas máquinas de guerra mutantes. A todo o tempo elas traçam mapas, desmontáveis, reversíveis, conectados a territórios a serem desbravados, encarnados, explorados e logo em seguida abandonados, para novos acoplamentos e aventuras.

Mas a criança virtual, diferente do que podemos pensar, não é uma criança imaginária ou imaterial, pois ela existe de modo encarnado, embora, nessa perspectiva, isso não diga de uma localização precisa em um espaço-tempo colonizado. A presença da criança virtual é uma presença nômade, que quanto menos ocupa um espaço físico, mais produz desterritorializações, saltando de fluxo a fluxo e constituindo uma ampla rede com múltiplas conexões.

Por isso é tão difícil alcançá-la. Seus endereços são transitórios e não permanecem tangíveis por muito tempo. Assim, dizemos que a criança corre “entre” as coisas, ela inventa o seu próprio mundo por trajetos rizomáticos, quer dizer, sem fixar-se em um ponto de apoio, a criança existe quando abandona uma presença (Lévy, 1996).

A criança virtual, não é imaginária, pois suas andanças produzem efeitos. Nosso propósito tem sido analisar esses efeitos a partir dos deslocamentos e remanejamentos forjados.

Caminhamos pelo deserto quando tudo parece igual: areia, sol, calor. De repente algo nos tira do lugar, um deslocamento na constituição dos nossos mapas, um estranhamento, uma dúvida: estaríamos avistando uma flor? Somente uma criança é capaz de fazer tal pergunta.

Novamente, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que não estamos dizendo de uma forma-criança, com seus olhos e braços pequeninos. Mas de uma criança em estado nascente, que nos habita como habita o próprio deserto ou outra criança.

Somente uma criança virtual, um devir-criança, é capaz de desestabilizar a paisagem natural de um deserto. Somente um devir-criança é capaz de abrir a sede ao meio, quer dizer, suscitar a dúvida, aventurar-se no risco de um questionamento sem resposta pronta - uma virtualização que faz nascer um campo problemático. A flor torna-se o próprio estranho.

Se como adultos abrimos a sede ao meio, gerando vida como puro ato de criação, é porque a voz da criança que nos povoa atravessa a molaridade do adulto que nos tornamos, fissura o seu contorno e traça uma linha de fuga em intensidade de pergunta, a interrogação: estaríamos avistando uma flor? Um deslocamento é produzido, um novo mapa é traçado, e se nos foi permitido, com a pesquisa, acessá-lo para análises, é porque nos dispomos a desenhá-lo com os jovens e nossos devires criança em estado nascente.

Ao adulto molar e à criança molar cabe apenas o possível, e a flor é somente flor, e o deserto é somente o deserto, nada mais. Eles já estão dados, prontos, determinados e por isso não podem ser oásis ou miragens, não podem ser estranhos, pois são apenas o que devem ser.

Mas a criança virtual, com sua máquina mutante, faz da flor, do oásis e do deserto um universo. Cada um com o seu povo, com a sua multidão, com a sua singularidade, todos conectados uns com os outros, interligados pelas diferenças, que ao se vincularem, compartilham. A criança virtual torna público o privado, coletiviza o individualizado.

Pensamos, então, que o devir-criança nos permite “criançar” pelo mundo, quer dizer, inventar universos compartilhados e sempre abertos a um novo problema, a um novo incômodo, a uma provocação.

Como pesquisadores interessados em conhecer movimentos de diferenciação, junto aos jovens da OSCIP, nos propomos a inventar com os jovens nossas máquinas de guerra, que criam linhas de fuga, que operam mapas por desterritorialização.

Assim, navegamos nas “brincanças” como quem navega sem desejar um porto ou uma segurança. Com as pipas e as bolinhas de gude, nossas máquinas mutantes, inventamos muitas linhas de fuga, rachaduras, nomadismos. Com elas quebramos lunetas, despistamos gerais, produzimos nossas *práticas-de-risco*.

4.1 Almas de pipa avoadas⁵: devir-criança em céus de histórias.



Mapa V: Devir-pipa

Transformar o mundo no ato de sua composição. Como um moleque que faz da pipa um papagaio conversador: a cada palavra, o som do vento misturado ao azul do céu em sua boniteza infinita. Uivos silenciosos, assombros de um assobio que corta a linha do carretel. No chão, passos descalços e ansiosos pelo presente que voa longe.

Um corre-corre pelas ruas, calçadas, escadas, telhados. O papagaio atingido pelo talho esperto de uma nuvem, agora vem pousar silencioso nas mãos

⁵ Trecho retirado da música “Linda, louca e mimada” da Banda Oriente.

travessas de um moleque veloz. Achou que iria descansar. Grandioso engano. Logo-logo voltará a compor o barulho do céu e com ele a feitura de sonhos em formato de meninos.

(Diário de bordo, 10 de junho de 2015).

Em nossas peregrinações pelo deserto, notamos que o tempo se perde em um não lugar. *Aión* nos desapossa das formações de *Cronos* e sua regulação do tempo. Já não medimos as instâncias. Os acontecimentos saltam dos relógios e desapropriam seus cronômetros: o tempo não mais se aloja, pois se eterniza em um instante volátil cuja imprevisibilidade faz movimentar.

Vejamos bem, uma pequena história, um episódio ínfimo, podem se tornar acontecimentos potentes. É a potência da flor que desabrocha em um lixão, o oásis que faz vertigem no deserto, a pipa que faz ponte entre o céu e o menino. Sucintos instantes que agitam estruturas e que instauram uma força estranha em um terreno organizado.

São devires, estes que não podemos, em formas-fôrmas, alcançar em sua velocidade e potência. São os devires que acessam *Aión*, o momento intensivo, o lugar fugidio que permite “sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante [...] cria ali surpresas, consegue estar onde ninguém espera” (CERTEAU, 2014, p. 95).

Cheguei para rever as pessoas, os jovens, alguns amigos que ainda trabalham ali, matar a saudade. Engraçado que mesmo distante por um tempo, mesmo depois de ir embora, a sensação era de que eu havia apenas saído para almoçar, do outro lado da rua.

Não que as coisas permanecessem estáticas - pois tudo o que não existia ali era calma - mas o carinho era tão forte, os abraços tão intensos, alguns

olhares tão habituados, que a impressão era de que eu jamais havia saído de cena. Talvez não fosse apenas uma impressão.

O tempo é mesmo interessante. Suas medidas não cabem em todas as coisas. Há o que não se contabiliza, o que corre tão veloz, que nos perpassa e faz frisson (sabe aquele arrepio que faz o corpo bambeare? Como sentem os inimigos do “Flash”, personagem dos quadrinhos?).

Me senti um pouco assim: ainda pertencente. Uma estrangeira conhecida, viajante do tempo e no tempo, que compôs ali um mundo que não cabe em um tic-tac ou em 12 badaladas.

(Diário de bordo, 08 de julho de 2015).

Kastrup (2000) convoca à cena a problemática do tempo na constituição do que compreendemos como cognição. Para a autora, as teorias do desenvolvimento e também a psicologia do desenvolvimento - esta última encarnada na figura de Jean Piaget - assumem características que se alicerçam nas noções biológicas da evolução para explicar os processos da aprendizagem humana.

Para aprender, de acordo com essas coordenadas, seria necessário ultrapassar estágios de desenvolvimento progressivos, conquistados à medida que o sujeito envelhece. Restaria à criança o status deficitário de um processo que só alcança seu ápice e equilíbrio na fase adulta.

Nas palavras de Kastrup (2000) “a evolução diz respeito às transformações das formas ao longo do tempo [...] a noção de desenvolvimento traz [...] uma ideia de progresso” (KASTRUP, 2000, p. 373). Tal evolução - compreende-se - só seria alcançada no adulto, o que deixa à criança o assombro de uma estrutura cognitiva imperfeita e faltosa.

Os estudos de Piaget balizam mecanismos ordenadores, que reúnem, em processos de assimilação-acomodação, explicações para a conquista de novas estruturas cognitivas, inexistentes em estágios anteriores. Vemos uma criança possível, predeterminada, que não pode ser mais do que para ele fora programado pela “natureza”.

Por essa via, se fortalecem constructos que atribuem categorias negativas à cognição da criança, cujo desenvolvimento requer alcançar estágios cognitivos mais avançados, mais “evoluídos”, superar “deficiências cognitivas, completar lacunas, deixar para trás estruturas cognitivas imperfeitas que impedem a criança de conhecer como um cientista” (KASTRUP, 2000, p. 374).

Cria-se uma supervalorização de um certo tipo de conhecimento a partir de uma visão adultocêntrica. Quer dizer, abre-se uma lacuna aos modos de sentir, pensar, agir, conhecer, explorar, experimentar da criança, preenchida pela maturidade e avanço do pensamento adulto.

Não à toa, tais teorias compreendem a criança sempre em desvantagem. Por meio delas, aprendemos a olhá-la como um ser inacabado ou em progresso, passível a ser “melhorado”, no caso, sob o viés do plano adulto – já finalizado e equilibrado.

[...] o que se revela então é que, tendo como fundamento o modelo da equilibração e como horizonte as estruturas do pensamento lógico-matemático, Piaget pensa as transformações cognitivas sob o signo da convergência e do fechamento. Conclui-se que, sob tal ótica, é progressivamente fechada, ao longo do desenvolvimento, a possibilidade de invenção de outras formas de conhecer, distintas da forma lógico-matemática (KASTRUP, 2000, p. 375).

Logo, a infância é assentada em um longo projeto de preparação para se alcançar os domínios e conquistas do adulto e dos seus modos de pensar e conceber o mundo, caracterizados pelo estágio das operações lógico-formais.

Ainda estávamos na reunião quando disseram que deveríamos dar prioridade às atividades com as crianças, “os maiores, com 16, 17 anos, já tem a cabeça formada, se não estão afim, manda embora (sic)”.

(Diário de bordo, 17 de junho de 2014).

Por essa perspectiva, a criança ainda “em desenvolvimento”, encontra-se passível a sofrer intervenções planejadas para moldar a formação de um “bom adulto”.

O jovem, no caso acima enquadrado em uma temporalidade fechada, cuja faixa etária aproxima-se da fase adulta, é considerado “formado”, e por isso, qualquer operação que almeje composições com este sujeito, torna-se insuficiente, pois sua “cabeça já formada” o torna inapto às transformações, às afetações, à invenção de novas formas de experiência.

É preciso ter cuidado com essas afirmações deterministas, principalmente as que enquadram os sujeitos em subjetividades naturalizadas e imutáveis, pois, como dissemos, o devir-criança nos atravessa e instaura uma juventude universal, juventude que não cabe em frações de tempo delimitadas, pois sempre em processo, em trânsito, ela se faz aos tropeços, às mudanças de rota, ao intempestivo.

Bergson (1979), um admirável filósofo francês, descontrói a ideia de uma temporalidade linear. Para o pensador, passado, presente e futuro coexistem, de modo que a evolução não segue uma linearidade ou percorre uma única direção, ela é rizomática (BERGSON, 1979; KASTRUP, 2000).

Suas ideias confrontam as certezas de uma biologia evolutiva, pois concebem a vida como “força explosiva e suas formas como portadoras de um equilíbrio instável das tendências. Sob tal perspectiva, toda transformação ao longo da evolução ocorre sob o signo da divergência e da diferenciação” (KASTRUP, 2000, p. 375).

A concepção bergsoniana nos permite desnaturalizar a ideia de que o tempo *Cronos*, tempo medido em calendários, horas, minutos, segundos, é exclusivo e único, além de instaurar uma nova perspectiva onde a evolução ocorre por divergência e diferenciação, e não adaptação e igualdade, como prescrevem as teorias do desenvolvimento.

Em consonância com o pensamento bergsoniano, o aprendizado percorre outro plano, plano imanente, afastado de progressões cronometradas. Não há a superação de estágios que relembram ao passado estruturas elementares e menos desenvolvidas. Tão pouco uma ordem que atribui linearidade a processos complexos, colocando a criança em um nível de desvantagem em relação ao adulto.

A cognição não pode estar amarrada a um movimento de convergência e fechamento, mas só pode estar aberta à invenção, que nasce em meio à instabilidade.

Assim, tanto a forma-criança, quanto a forma-adulto, possuem maneiras de conhecer dotadas de um misto de matéria e tempo, mas a cognição da criança, neste caso, é dotada de uma *comunhão de pessoas em estado nascente* (BERGSON, 1979). Isto diz da virtualidade nos modos de conhecer da criança, que podem se fazer presentes na cognição do adulto, e aproximando-a de movimentos divergentes e criadores.

A criança persiste no adulto por meio de uma dimensão inventiva, virtual, propensa a transformações e mudanças (KASTRUP, 2000). E nada disso se perde com a “aquisição de fases mais elaboradas”. A criança jamais morre, ela ainda transita em nós, uma criança nômade.

Com isso não pretendemos dizer que o adulto se infantiliza, ou que a criança almeja alcançá-lo em suas conquistas, mas que há uma conservação de tendências inventivas, imprevisíveis, que desmancham a rigidez das formas adultas e que persistem enquanto virtualidade em sua cognição. “Não é a criança que se torna

adulto é o devir-criança que faz uma juventude universal” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 69).

Logo, a juventude deixa de ser uma etapa que pode ser esquadrinhada, uma fração de tempo que pode ser medido, testado e acompanhado para se tornar uma condição da experiência.

[...] desci para encontrar os jovens e conversava com Gilson quando a primeira pipa subiu aos céus. Não dá pra conter o sorriso quando recordo. Como eles poderiam ser tão astutos? Colorida, lá estava ela, que enquanto saltitava fazia piscar os olhos azuis do céu. De onde ela vinha? Questionei em voz baixa. Logo avistei os garotos divertindo-se com a brincadeira que para mim mais parecia uma obra de arte. Veja bem, até então não havia ninguém no pátio, apenas poucos meninos e meninas que transitavam para suas atividades nas salas de aula. De repente, um burburinho e um papagaio que voava entre as nuvens. Logo depois outro. Onde eles (os jovens) estavam escondidos? Pensei. Paramos para admirar a dança. Gilson olhava atento. As linhas se enroscavam e as pipas pareciam namorar nos ares. Posso exagerar no romance, mas repito: empinar pipas é realmente uma expressão artística. Lá embaixo os garotos se esforçavam. As pipas se beijaram e logo em seguida uma caiu, devagar. Foi quando avistei uma multidão, correndo aos montes, velozes e em busca da amiga machucada. Nunca vi tanto menino junto! Foi engraçado observá-los, surgirem e movimentarem o lugar. Ao meu lado, nem sinal de Gilson, que antes que eu pudesse notar, já havia zarpado. Voltou com outro garoto, que exibia o troféu. Para mim, um presente. Como foi bom participar daquela composição em

uma tarde que parecia findar-se em tédio. Uma fotografia e um sorriso largo.

Gratidão meninos!

(Diário de bordo, 08 de julho de 2015).

Devir-pipa em espaços regradados e normalizadores. Devir-criança que opera “conosco, numa zona de vizinhança ou num bloco de devir, numa linha de desterritorialização que nos arrasta a ambos - contrariamente à criança que fomos [...] à criança molar da qual o adulto é o futuro” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 p. 92).

O devir-criança nos lança a uma experiência que nos tira de nós mesmos. É um estranho em nós, pois nos desloca de uma posição enrijecida e com isso abre espaço a constituição de novos sentidos. A experiência da juventude é o mais próximo que podemos nutrir de uma vida inventiva, vida singular.

Assim, optamos por chamar de jovens àqueles que conosco compuseram as teceduras da pesquisa, pois por mais que se enquadrassem como “crianças” ou “adolescentes” – no que tange à nomenclaturas científica e jurídica hegemônicas – não acreditamos na possibilidade de habituá-los a tais titulações.

Os jovens tinham preocupações de adultos. Alguns já cuidavam do sustento da casa, já tinham responsabilidades e afazeres de “gente grande”. Muitos se cobravam e desejavam a entrada “precocemente” no mercado de trabalho, outros dependiam dela para a própria sobrevivência. Havia muitos que recebiam bolsa após serem retirados do trabalho infantil.

(Diário de bordo, 14 de agosto de 2014).

Bocco (2006) descortina a problematização de uma adolescência forjada no contemporâneo, cujo alicerce é o modelo estadunidense que coloca a todos em um mesmo patamar de experiência, e que constrói “um modelo de todo um estilo de vida a ser consumido pelo restante do mundo” (BOCCO, 2006, p. 61). Linhas

molares que constituem os adolescentes “rebeldes sem causa”, capas de revista, das notícias mais “bombásticas”, os consumidores em excelência.

De acordo com essa perspectiva, todos os adolescentes e também as crianças, passariam pelas mesmas vivências decorrentes de fases e etapas estanques, consequência de um modelo evolutivo de pensamento, como já sinalizamos, que produz formas naturalizadas e específicas de estar no mundo. Todavia, a experiência com os jovens ditos “em risco” sinaliza a ineficiência desses modelos para a compreensão das multiplicidades que são as suas vidas.

Por mais que a psicologia e os outros especialismos (medicina, psiquiatria, sociologia etc.) produzam uma padronização da existência de acordo com as normas estabelecidas em cada época, por mais que estes saberes operem máquinas abstratas binárias (máquinas que dividem os sujeitos em “normais e anormais”, “saudáveis x doentes”, “eficientes x deficientes”), ainda assim seus esforços não são suficientes para homogeneizar as experiências encarnadas.

Nas experiências com os jovens ditos “em risco social”, notamos a disparidade do que eles vivenciam com relação ao suposto modelo hegemônico de “ser criança”, “ser adolescente” e “ser adulto”. *“Os jovens ditos em risco tem um jeito diferente de viver as coisas” (diário de bordo, 03 de maio de 2014)*, suas experiências de entrada no mercado de trabalho, experiências com a morte, com a sexualidade, com o amor, com os relacionamentos, suas brincanças são vivências singulares e que em nada cabem em fases bem delimitadas e previsíveis.

Mas isso não quer dizer que o tal “jeito diferente” nos convoque a retomar nossas lunetas de recorte e sobrecodificação, capturando o que nos confronta para transformarmos em igual. Para nós, o contrário: os atritos que emergem dos encontros com os jovens, as faíscas, os oásis, as problemáticas variadas, apenas afirmam a multiplicidade de experiências que a existência produz.

Caberá a nós potencializá-las em sua máxima força intensiva, com intento de ampliar os encontros alegres com o outro e com o que ele traz de diferente. Ou abortá-las, barrá-las, temerosos pelo contato com o que nos desassossega e nos tira de lugares confortáveis.

[...] ao mesmo tempo, era engraçado notar lampejos-de-criança que ascendiam nos adolescentes em suas peraltices - também nos adultos. Não havia idade para a bolinha de gude, a cartinha ou a pipa, por exemplo. Todos adentravam nas brincadeiras das formas mais diversas e nada hierárquicas ou progressivas. O brincar não era apenas o brincar, mas o transgredir, ultrapassar, inventar novas maneiras de estar ali. Por isso era possível notar, a todo tempo e em sua máxima transitoriedade, a inventividade presente em suas atitudes: era o devir-criança, a abertura ao novo, ao diferente, e às mil possibilidades de invenção diante das adversidades ou prerrogativas do poder.

(Diário de bordo, 14 de maio de 2015).

O contágio junto aos jovens foi um contágio afetivo, distante da periculosidade presente na construção de uma “identidade” marginal. Apostamos na dissolução das identidades e experimentamos essa dissolução junto aos jovens e à transitoriedade de suas composições diversas. Pois, quando nos propomos a estar com eles, a nos deslocarmos para o acolhimento das suas diferenças – assim como eles se movimentavam para acolherem as nossas - não éramos mais adultos, nem eles eram crianças ou adolescentes.

Nesses momentos, éramos pilotos de máquinas mutantes, cujo corpo que construíamos em conjunto, era um corpo jovem, nascido ou feito nascer pelo devir-criança, disponível aos percalços do caminho, às aventuras mais delirantes, às problemáticas mais inventivas, à criação pura e máxima de uma vida que se instala

alegre, afetiva, intensa, cheia de sabores e dessabores, gestos, delicadezas, sonhos, projetos, paixões, solidariedade.

Não empreendemos, então, uma forma-criança ou uma forma-adulto ou uma forma-adolescente, que promovem configurações, traduções de comportamentos determinísticos medidos em qualidades, estruturas, características e afins.

Repetimos: as formas que constantemente produzimos com as nossas práticas (um jeito certo de ser criança, um jeito responsável de ser adulto etc.) são apenas pontos de parada, necessários ao desenho de imagens fixas. Em se tratando de devir, exploramos os meios moleculares, cuja ação desbravadora é desprovida de um planejamento regrado e diretivo. Um meio rico na passagem de fluxos involutivos, que não requer uma regressão a antigas formas, mas a “evolução que se faz entre os heterogêneos” (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p. 19).

Devir-criança que explode em nós, em nossa “forma-adulto”, ou “forma-adolescente”, linhas de fuga que destituem as regras, os limites e sistemas fechados e se imbricam em movimentos de criação contínua e cotidiana. Devir que “não se faz por subidas verticais, mas por alianças, desterritorialização e fuga das formas” (KASTRUP, 2000, p. 377).

[...] notamos suas pipas infringirem os ares como máquinas de guerra desterritorializantes. Os vigias as avistam, com os rostos de homem branco pregados em suas lunetas cortantes, correm afoitos, temerosos, esperando o momento em que as linhas se embaraçam e se despedem, tentando a captura das infratoras.

Mas as pipas traçam linhas de fuga, linhas que apenas os jovens são capazes de empinar, quando correm aos montes, prontos a fazerem os papagaios retornarem aos céus e conquistarem novas paisagens.

(Diário de bordo, 10 de junho de 2015).

Cada jovem com um gesto único, um jeito único de levar as pipas aos céus, de movimentar suas linhas, de fazê-las voarem pelos ares. Movimentos de boca, olhos, pernas e pés, quadris e braços. No céu e no chão, uma explosão de singularidades compartilhadas, coletivas. Multidões deslizam pelas linhas, chegam aos dedos, migram pelas rabiolas, saltam de um vazio a outro, circulam pelas nuvens, sem fronteiras, não encontram endereço.

Assim, com os jovens e em nossas brincanças, aprendemos a construir máquinas mutantes que operam dobras no tempo. Laços. Criação de territórios-outros. Criançar no quintal do mundo. Fazer balanço nas árvores e suas raízes. Revolucionar o corriqueiro. Empinar pipas em céus nublados, em desertos áridos. Roubar a manga do vizinho ou o iogurte da cozinha mais próxima. Ser criança em tempos difíceis... Uma coragem!

4.2 Ainda é tempo de bolinhas de gude: entre complicadores e mal entendidos promissores, o que pode a psicologia?

Perguntei a Herinaldo o que era um mapa, porque chamavam aquele acontecimento de mapa. Ele me explicou, com o costumeiro movimento de coçar a cabeça, que mapa era quando o jogador conseguia tecar, isto é, tirar a bola de gude do colega da barca - e barca (foi logo explicando antes que eu o perguntasse) era o lugar onde as bolas de gude ficavam presas. Quando o jogador fazia o movimento de “tecar”, ficava então com as bolas de gude “foragidas”, formando os mapas. Questionei se ele sabia o que era um mapa, e sem a sua resposta, expliquei que eles fazem os desenhos das coisas que a gente vai conhecendo durante nossas aventuras. Ele sorriu soltando o ar como se fizesse uma descoberta: “Ah, então é isso, o desenho

que as bolinhas de gude vão fazendo quando saem da barca e ficam com a gente”.

(Diário de bordo, 22 de abril de 2015).



Mapa VI: O acontecimento de um mapa⁶

⁶ Mapas: Movimento desordenado; implica o trajeto das bolinhas de gude foragidas das linhas que as aprisionam na barca, até as mãos dos jovens.



Mapa VII: A Barca que aprisiona as bolinhas de gude.

Era tempo de bolinhas de gude. Uma afronta ao modelo tradicional de educação! Como se não bastasse o atrevimento de saltarem todos, pelas portas e janelas das salas de aula, permaneciam aos arredores, com as mãos abarrotadas daquele material ilícito, ostentando os mapas desenhados a cada “tecada” que alforriava as bolinhas aprisionadas nas barcas.

O movimento apenas crescia. Meninos, meninas, crianças, jovens, até mesmo alguns adultos adentravam na ciranda. Não havia idade, as regras eram simples: no mínimo duas bolas de gude, uma mão ágil com dedos certos para lançá-las, disposição para o ritual de agachamento e olhos com boa mira.

Pronto. Estávamos aptos para fazer girar a brincadeira. E com a brincadeira, dissolver cenários estanques: as duras paredes das salas de aula, a divisão ordenada das oficinas ministradas, as filas organizadas (com demasiado esforço) para adentrarem no circuito das atividades, a “grade” de horário – que como bem diz o nome lutava para aprisionar o tempo vivenciado pelos jovens dentro da OSCIP.

Todas as quartas feiras, nos últimos três meses, Herinaldo e Tito sobem ao prédio administrativo e me esperam para o nosso “atendimento psicológico”. Antes que eu tente dizer ou propor qualquer coisa, os dois me mostram suas garrafinhas recheadas de bolinhas de gude, esperançosos que eu cumpra a minha parte no “contrabando”. Retiro do bolso o material ilícito, as bolebas com suas diferentes formas e tamanhos, Tito e Herinaldo sorriem como se aquele acontecimento fosse parte de um ritual de iniciação, como se me dissessem que com aquele gesto eu me tornaria parte dos “desertores”, dos “encapetados” – como eles costumavam se intitular – como se quebrar as regras, ao carregar as bolinhas, demonstrasse a minha disponibilidade de estar COM eles em nossas “brincanças”!! Não havia uma quarta-feira em que eles não comparecessem, e quando eu não posso, ficam bravos e demonstravam insatisfação. Existem quartas em que eles chegam uma hora e meia antes do horário marcado, e ficam sentados me aguardando. Às vezes tentam me confundir com as miragens, dizendo que naquele dia combinamos o encontro mais cedo, pois era preciso caçar as bolinhas de gude pelo caminho. Nunca chegamos a trabalhar o que é comum aos psicólogos em seus atendimentos focados na origem de um problema, no complexo de Édipo, na “agressividade” ou no “embotamento afetivo”. Eles nunca permitem que as brincanças sejam capturadas pelos problemas de

uma “subjetividade traumatizada”, da falta de pai ou dos excessos de mãe. Não que eles não sejam acometidos por angústias, tristezas, decepções. Mas as brincanças são as nossas linhas de fuga e não porque queremos fugir de uma realidade – como muitos podem vir a pensar – mas porque com elas é possível inventar um novo mundo, mundo que foge das margens e contornos que nos sufocam. Coube a mim, desenvolver a sensibilidade necessária para não insistir em propostas que são apenas do meu interesse e a serenidade para não ignorar o eles me dizem, afoita para introduzir, de qualquer jeito, o que eu acho ser “o melhor”. Não posso dizer que seja uma tarefa fácil, pois muito me questiono sobre o meu papel ali, ainda atravessada pela ideia de que eu sou o “adulto”, eu tenho o “saber”, eu sou a “psicóloga” e, portanto, tenho a missão de “ajudá-los” a superar os seus “problemas”. Mas em nossos encontros, Tito e Herinaldo me ensinam a estar com eles, a construir com eles, dia após dia, ferramentas de guerra, de fuga, de fissura, que não podem ser replicadas ou silenciadas. Eles me ensinam que a imprevisibilidade nos faz inventivos, espontâneos, e que não precisamos de fórmulas prontas, manuais e planejamentos para forjar intervenções cuja potência transborda, afeta e transforma.

(Diário de bordo, 30 de abril de 2015).

O que pode a psicologia? Essa foi uma pergunta que nos acompanhou durante todo o processo do pesquisar, trabalhar e compor um serviço de assistência social. Entre os embaraços e as convocações policiaiscas, onde exercer a psicologia tornava-se *vigiar, conscientizar, disciplinar, adequar, acolher para normalizar e/ou adaptar*, a indagação sobre o saber do psicólogo e a sua implicação em um cenário desértico

nos colocou em uma posição de constante análise sobre o que produzimos com as nossas intervenções.

O que pode uma psicologia que se disponibiliza a brincar de bolinha de gude com garotos e garotas? Quais provocações ela consegue produzir? Quais problemáticas ela consegue incitar?



Mapa VIII: Pilotando máquinas de guerra.

Acreditamos que a maior dificuldade do psicólogo e do pesquisador, talvez esteja em exercitar em sua prática uma atenção flutuante (KASTRUP, 2009), aberta aos movimentos que fervilham e que acontecem no campo. Muitas vezes acreditamos ir a campo com o objetivo de *principiar* mudanças, como se fôssemos o seu “ponto chave” ou “ponto de partida”, ignorando que a vida é pura transformação, puro exercício, movimento, trânsito, e que a nossa presença é tão importante quanto é mais uma a compor a “dança”.

Com isso, não queremos dizer que não nos caiba propor novidades, mas, que o que propomos, deva fazer parte de um contexto, de uma certa sensibilidade para percebermos os gestos, as bocas, aos gritos e silêncios, as pulsações que fazem o campo vibrar e que nos colocam numa deriva, numa atenção aberta ao acontecimento, e nos fazem, então, pousar sobre algo percebido, captar as perturbações, os estranhos, e com eles nos vincularmos, pois fazemos parte de sua feitura.

Os jogos de bolinhas de gude, as brincanças e suas linhas de errância, eram traçadas à surdina, como um movimento que não almejava grandezas, mas cujos elos intensivos, a cada nova conexão e expansão, produziam fendas às estruturas da OSCIP.

As bolinhas de gude flexibilizaram a molaridade do que era possível dentro do estabelecimento: as salas de jogos, salas de convivência e cidadania, salas de incentivo à leitura, salas de apoio pedagógico, “espaços esportivos” e traçaram novas andanças, novos mapas. Fugidios aos ordenamentos pedagógicos e mecanicistas, os jovens se tornavam clandestinos incapturáveis a cada tecada que desorganizava instituições.

As brincanças produziram reuniões, mobilizaram reorganizações entre os profissionais, estratégias para o seu controle, para a proibição das suas ocorrências, forçando aos especialistas pensarem sobre as suas práticas e sobre o que elas produzem.

De certo modo, os jogos de bolinha de gude, como as pipas que de vez em quando arranhavam os céus blindados, colocavam sempre uma problemática, ou seja, virtualizavam as soluções e as organizações programadas, abrindo campos investigativos, questões a serem pensadas, cujas resoluções inventadas não tinham o poder de cessar as provocações.

A cada solução, a cada atualização, a cada realização de um possível, um novo problema emergia, um novo estranho, uma nova questão. Mesmo que outra linha molar fosse insaturada, ainda mais endurecida, quanto mais enrijecida, arbitrária, disciplinar, quanto maior fosse o grito ou o dispositivo de controle, mais multidões nasciam dos silenciosos movimentos das bolinhas de gude, mais linhas de fuga eram traçadas, territórios eram abandonados, contornos estremecidos.

O telefone tocou. Do outro lado, presumo, reclamações sobre as bolinhas de gude que tiravam os jovens das salas de aula. “Tudo bem, já combinamos com eles que se não matarem aula vamos fazer um campeonato de bolas de gude. É eu sei, se eles não cumprem fica difícil, realmente tá complicado...”

(Diário de bordo, 28 de abril de 2015).

Um *complicador*, quando compreendido como *um mal entendido promissor* (DESPRET, 1999), abre espaço para a criação de novas articulações, sempre inventivas, entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

“O mal entendido promissor, em outros termos, é uma proposição que, da maneira pela qual ela se propõe, cria a ocasião para uma nova versão possível do acontecimento” (DESPRET, 1999, p. 328-330).

Desse modo, o *mal entendido promissor* nos força à produção de outras maneiras de pensar e de considerar as problemáticas por ele apresentadas: como poderíamos lidar com os jogos de bolinha de gude? Deveríamos seguir com instruções e ações que barrassem os jogos, aproximando os jovens do ideal de comportamento

planejado pelos adultos? Apropriarmos-nos dos jogos, para que pudéssemos impor, sutilmente, as nossas regras sobre o que faziam os jovens e retomar o controle? Ou criar um dispositivo que permitisse a abertura à criação de novas versões do ato?

Entrou na sala, furioso, porque eu havia quebrado uma regra. “Quem está deixando os jovens brincarem de bolinha de gude? Não combinamos que eles só brincariam nos intervalos das aulas?” O incômodo parecia emergir da quebra dos exercícios de poder, afinal, eu havia provocado uma afronta aos combinados realizados entre os profissionais, os especialistas, os sujeitos que após anos de estudo sabiam o que era melhor para os jovens, e que por isso, jamais os incluíam, nem as suas opiniões, nos combinados firmados. Mas por que a todo o tempo eles pediam para brincar de bolinha de gude? Ou cartinha? Ou pique? Ou qualquer outra coisa que fugisse da sala de aula e dos conteúdos maçantes? Por que se escondiam, nos mais duvidosos lugares, para adentrar no jogo que já se espalhava por todos os cantos da instituição?

(Diário de bordo, 6 de maio de 2015).

Pensamos então, que em vez de encontrar métodos fidedignos para impor uma maneira única de governar ou eliminar o que nos lança em um campo problemático, colocarmos-nos em um lugar que pensa junto com ele, cutucando-o, tensionando-o, nos permita fazer dos desarranjos do *complicador*, um *mal entendido promissor*, onde os sujeitos da pesquisa, não só contestam as nossas perguntas, como mapeiam novas rotas para as nossas práticas.

“Tecer” ou tornar-se disponível ao movimento de desarranjo, ao abandono de um corpo confortável, é fazer do *mal entendido promissor* “jogar bolinhas de gude” um dispositivo que coloca sempre em análise aquilo que estamos produzindo, pois se já

estamos certos sobre algo e se este algo já está dado e definido de antemão, nada mais nos caberá, senão o automatismo das nossas práticas e a condução de uma vida efêmera em sua mesmice.

Mas, se como os mapas que se desenham a cada “tecada” que retira as bolinhas de gude de uma zona de conforto, nos propormos a fazer do encontro com o dissenso um acontecimento, seremos tocados em estado de nascente pelo devir-criança, permitindo parcerias expansionistas de sentidos e experiências.

Assim, acreditamos que o objetivo do psicólogo ou pesquisador seja mergulhar nos complicadores e em seus processos, vivenciá-los e experimentá-los junto com os seus componentes, jamais com o intuito de eliminá-los ou capturá-los. Isto é uma *prática-de-risco*.

Não se preocupe, tenho pensado em permitir campeonatos de bolinhas de gude, pois assim fica mais fácil traçar as regras e normas, não podemos “deixar solto”.

(Diário de bordo, 6 de maio de 2015).

É importante ressaltar que, navegar nas brincanças ou imbricar-se em suas confusões foi uma aventura, uma aposta, um arriscar-se ao cultivo e ao cuidado do que é singular. Singular e não individualizado, porque a navegação não destrói o lugar do outro, tampouco é empática, usurpando-o.

Despret (2004) sinaliza que a empatia não diz como nós, jovens e pesquisadores, nos articulamos em nossas relações. A empatia faz com que nos coloquemos no lugar do outro e não com que construamos um novo lugar com este outro que nos é estrangeiro.

“Ao pretender ser habitado (ou localmente transformado) pelo outro, o empático na verdade 'assenta-se' no outro. A empatia nos permite falar sobre o que é ser (como)

o outro, mas não levanta a questão do 'que é ser "com" o outro' (DESPRET, 2004, p. 129).

Desse modo, não falamos de empatia ou consenso, mas de um “colocar-se ao lado”, construir uma vizinhança (DELEUZE, 1997), forjar um dispositivo que nos permita acessar o mundo com o outro, fiar com ele (confiar) este lugar que só existe quando nos interligamos.

Não há como entrar nas brincanças para descobrir os segredos dos jovens e montar fotografias, escalas, teorias que deem conta de explicar o universo criado por eles. Tampouco criar novas regras e normas, instituindo linhas mais endurecidas, capturando as brincanças e transformando-as em práticas molarizadas, enrijecidas.

O território fabricado com os jovens - assim como a construção do brincar - é nômade, ele escorrega e sempre escapa dos esforços de captura e assentamento mobilizados pelos adultos ou pelos estatutos que intentam modelações, quantificações e aprisionamentos.

Desse modo, *o mal entendido promissor* nos permite um deslocamento que faz movediço o lugar do psicólogo, do educador, do professor ou daquele que hegemonicamente detém a posição hierárquica do saber, pois nos força o pensamento.

Pesquisar com o outro, ou colocar-se disponível ao encontro com as suas diferenças, nos lança num mergulho ao devir. Permite que nos dispamos da “forma-adulto”, da “forma-criança”, da “forma-adolescente” e/ou da “forma-velho”, trabalhando a construção de um corpo coletivo sem amarras, corpo que não sabe, mas “faz-saber-em-conjunto”, corpo que afeta e é afetado, alegre em sua máxima potência de se transformar à medida que aumenta as suas conexões.

Esta entrega, que porventura não é uma “saída” para resolutividades ou um manual conciso para “acessar o mundo infanto-juvenil”, é muito mais um exercício a tornar-

se disponível ao encontro com uma vida diferente, que possui suas desventuras e invenções diárias.

Entregar-se, não diz de uma mistura que empreenderá um “todo homogêneo” – não nos misturamos aos jovens, não nos tornamos *aqueles* jovens, não somos empáticos com eles, tampouco queremos acessar um saudosismo de “assim era ser jovem”.

O que produzimos foram pistas, movimentos transitórios que nos permitiram comporCOM os jovens territórios desordenados, fazer devir, acessar o devir-criança, livre de pressupostos e definições, e por isso, rico em experiências de invenção e transformação de nós mesmos.



*Que valia ser criança se
lhe faltava à infância?
Este mundo não estava
para meninices.
Porque nos fazem com
essa idade, tão
pequenos,
se a vida parece sempre
adiada para outras
idades, outras vidas?
(Mia Couto)*

Mapa IX: Devir-criança

5 PRÁTICAS-DE-RISCO: (RE)CONSTRUIR DISPOSITIVOS PARA UMA PSICOLOGIA DO ACONTECIMENTO

“Ter fé é dançar na beira do abismo”

(Friedrich Nietzsche)

Viemos afirmando, ao longo desta dissertação, que os encontros tecidos com os jovens ditos “em risco” são encontros intensivos e explosivos, são acontecimentos que nos convocam ao exercício constante do pensamento.

As discussões sobre a juventude dita em risco diz de modos de subjetivação do contemporâneo, de maneira que quando nos propomos a discutir sobre risco, juventude e políticas sociais, também nos propomos a analisar como funcionamos em sociedade, como nós produzimos infâncias e juventudes perigosas, desiguais, carentes, ao mesmo tempo, como podemos seguir na contramão desses modelos, desconstruindo práticas autoritárias, disciplinares, repressivas, apostando nas redes de solidariedade e confiança que nos possibilitam inventar novos modos de vida.

Os modos de subjetivação são compostos pelas múltiplas linhas de segmentaridade e as linhas de fuga que nos atravessam e nos interligam na produção de territórios. Quando nos referimos a “nós”, cabe a ressalva de que não falamos de uma pessoa que carrega uma subjetividade individualizada, mas de processos que agenciam sujeitos, sociedades, ecologias, tecnologias, economias etc. Processos que confrontam as subjetividades com forças estranhas, forças que desestabilizam os territórios conhecidos para a produção de novos.

Assim, entender que inventamos subjetividades, que produzimos modos de ser e estar no mundo, nos possibilita romper com as práticas da psicologia que se concentram em essências, individualidades, estruturas e naturalizações. Permite-nos forjar uma “*prática-de-risco*”, cuja convocação é a análise de nossas implicações no mundo, mundo que nós mesmos produzimos em nossos encontros com outros (humanos e não humanos).

Não operamos, portanto, por meio de identidades fixas que percebem os jovens de acordo com uma única perspectiva, ou perspectivas binárias que os dividem entre os “*nem-nem*” e os “obedientes produtivos”. De um lado os que nem estudam, nem trabalham (ouvimos os adultos dizerem que estes não querem “nada com nada”), do outro, os que se esforçam para se incluírem nas condicionalidades de uma meritocracia que os torna “mais dignos”, vencedores.

Nossa proposta de compreensão do jovem é outra. Não acreditamos que eles caibam em definições, nem que possam ser reduzidos a uma ou outra característica (como o risco, a vulnerabilidade, os “*hormônios*”), mas que emergem de acordo com o embaraço das inúmeras linhas que os atravessam (linha histórica, midiática, escolar, afetiva, tecnológica, linha-risco, econômica etc.) e que nos afetam, produzindo encontros que nos colocam sempre uma nova questão a ser pensada.

Acreditamos que uma “*prática-de-risco*” segue algumas pistas para a invenção de mundos múltiplos com esses jovens: 1) ela afirma a diferença como potência, fluxo, e não como elemento que deve ser incluído e adequado às normas sociais; 2) compreende a subjetividade não como uma substância individual, uma identidade, estrutura ou predeterminação biológica, mas como um modo de funcionamento datado historicamente e que nos possibilita analisar as formas de organização social; 3) aposta nos jovens e nos campos problemáticos que a juventude nos coloca; 4) aposta no risco como imprevisibilidade que produz modos de vida inusitados; 5) afirma a vida como obra de arte, autêntica, ética, afetiva e inventiva; 6) desloca a psicologia de um lugar que conscientiza o outro, que sabe sobre ele, para um “não-lugar”, quer dizer, afirma a psicologia como uma política que produz fissuras aos modelos vigentes; 7) produz dispositivos de intervenção que provocam confrontos, atritos, estranhos.

De acordo com Deleuze (1990), um dispositivo é composto por linhas de múltiplas naturezas, que se aproximam, se abraçam, se afastam, seguindo diferentes direções e formando processos sempre em desequilíbrio.

São as linhas de visibilidade, enunciação, linhas de força, linhas de ruptura, de fissura, de subjetivação, que arrastam os dispositivos e os atravessam, formando “máquinas de fazer ver e fazer falar” (DELEUZE, 1990, p. 155).

Os dispositivos produzem os objetos, permitem que eles nasçam e desapareçam. Também atuam na produção de subjetividades, forjando um “si-mesmo” que não preexiste, mas que se faz na medida em que o dispositivo opera. Desse modo, as diversas linhas se entrecruzam na produção dos dispositivos, forjam mutações e variações, onde

[...] o Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação, processos imanentes a um dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam em outro dispositivo (DELEUZE, 1990, p. 157).

Uma *prática-de-risco* deve inventar dispositivos que não operam uma universalidade, mas processos singulares. Nessa perspectiva, a psicologia se afirma como prática que produz subjetividades capazes de fissurarem os modos de subjetivação capitalísticos, (GUATTARI, 1990) modos estes que, de acordo com Bocco (2006), transformam a nós, psicólogos e aos demais sujeitos (educadores, assistentes sociais, pedagogos, professores etc.) em delatores, guardiões da ordem hegemônica, individualistas, competitivos, acusativos, desconfiados.

Pensamos: Pode a psicologia fazer mais do que repetir esses modelos? Como a psicologia pode romper com eles, para a construção de outras experiências de vida?

5.1 O dispositivo-jornal e os acontecimentos-oásis: os jovens e as virtualizações.

Acreditamos que a produção de uma *prática-de-risco* faria dos nossos encontros com os jovens acontecimentos desestabilizadores. Mas, de que modo poderíamos

construir um dispositivo que rompesse os modelos que já existiam (modelos tutelares, salvacionistas, meritocráticos)? Quais armas poderiam instrumentalizar o nosso fazer naquele espaço e dar consistência às nossas pequenas revoluções no deserto?

Articulamos a produção de um jornal impresso, construído junto com os jovens, como dispositivo que pudesse “fazer ver e fazer falar”, incluindo a expressão, pelos jovens, de suas angústias, expectativas, perspectivas e indiferenças em relação às suas vivências na OSCIP e na comunidade, evidenciando questões que os atravessavam.

Interessante analisar que a proposta do jornal foi logo acolhida por eles, os mesmos “*nem-nen’s*” que se indispunham a participar de outras atividades no estabelecimento. Ressaltamos esta questão, para posteriormente pensarmos sobre o afeto na pesquisa, e de que modo ele nos mobiliza a confiar no outro e nos permite acessar um plano compartilhado de experiências de amizade e parceria.

*Disseram que a moda agora são os jovens **nem-nem**, os que nem estudam nem trabalham, os famosos jovens que “não querem nada com nada”. Fico pensando o que esses jovens nos falam, quando se recusam à inclusão em um modelo de escola falida e em um modelo de trabalho “escravo”, onde o capitalismo os engole como peças lucrativas a serem consumidas. Fico pensando em todas as milhares de coisas que os vejo fazendo, produzindo, e que não cabem nem em uma opção que insistimos em fornecer, nem em outra. Talvez os nem-nem sejamos nós: os que nem querem enxergar, e nem querem ouvir, mas apenas vigiar-escutar para controlar e disciplinar, adequar, corrigir, docilizar.*

(Diário de bordo, 6 de maio de 2015).

A produção do jornal compreendeu um processo grupal de encontros semanais com aproximadamente 15 jovens. Encontros que duraram sete meses e em que foram pensados conjuntamente todos os elementos constituintes de um jornal: matérias, notícias, entrevistas, fotografias relacionadas à OSCIP e à comunidade em seu entorno.

As eletivas para a inclusão no grupo priorizaram aqueles jovens que desejavam participar e que tinham disponibilidade de horário para as datas dos encontros, pois apesar de muitos jovens mostrarem interesse, a grade de horário das atividades obrigatórias (de música, esporte, leitura etc.) inviabilizou a construção de uma equipe maior.

Adotamos como estratégia a criação de um grupo “virtual” em rede social para que aqueles que iniciaram as atividades e por algum motivo não puderam continuar fisicamente presentes, permanecessem conectados e propositivos, participando das decisões do grupo. O grupo virtual contou com a participação de 23 sujeitos.

A produção do dispositivo-jornal, a todo o tempo, nos colocou questões a serem pensadas: como poderíamos dar corpo a uma prática em pesquisa capaz de dissolver os lugares hierárquicos e solitários do pesquisador positivista, com possibilidade de forjar novos e distintos dispositivos, responsáveis por ampliar nossas relações com o outro? Como poderíamos atuar com este outro, sem subjugá-lo a uma posição inferior à do especialista, do psicólogo, do cientista detentor da verdade, nos dispendo a escutá-lo e compartilhar com ele o nosso campo de investigação?

Penso se conseguiremos construir o jornal como um dispositivo de luta, máquina de guerra, se me deixo abater pela sensação de que "está tudo dominado" - como li, já desde o início da semana, em texto de Rodrigues (2014). Penso ainda interpelada por um saber de especialista, talvez também envolvida por certa expectativa moral, se teremos condições de construir um

dispositivo crítico, poético, quando os discursos dos jovens parecem estar dominados pelos desejos de curtidas no facebook, pelo funk ostentação como eles costumam dizer, pelas festas privadas? Hesito. Estranho. O que me atravessa junto a esses pensamentos? O que eles produzem? De onde eles vêm? Como pesquisar sem assumir o rosto abominável do intelectual que acredita saber pelos outros ou dizer por eles, que tenta convertê-los aos seus gostos e as suas crenças sobre o erudito, o correto, a "verdadeira cultura"? Ainda acreditamos que eles precisam ouvir Chico Buarque, gostar de Frida Kahlo. Mas eles ainda teimam em nos negar e dizer outras coisas. Estamos preparados para ouvi-los? Estamos preparados para abandonar certos territórios? Certos "modos-de-ouvir"?

(Diário de bordo, 26 de novembro de 2014).

Quando trabalhamos com os jovens, precisamos cuidar para não nos tornarmos gerais, ditadores, aqueles que sabem o que é melhor, o que é cultura, o que é saudável, o que é poesia, arte e "boa" música.

Se nós embarcamos em *práticas-de-risco* e assumimos a sua potência de transformar em conjunto, o encontro com o outro que nos é diferente, precisa produzir diferença e não igualdade.

Ao dizermos que os jovens do funk, das curtidas no facebook, não produzem cultura, arte, continuamos a operar sobre um mundo sobrecodificado, ainda trabalhamos sobre o que já está dado e o qualificamos como "melhor" e "pior".

Mas, se com os jovens navegamos no imprevisível, se com eles nos arriscamos a um encontro às cegas, quer dizer, um encontro em que não sabemos o que esperar ou o que encontrar, podemos nos defrontar com surpresas, o oásis no deserto, a invenção de alguma coisa que é sempre nova.

Assim, com a intenção de que o próprio grupo do jornal pudesse tornar-se dispositivo de invenção de si e de mundo, sem os intermediários, especialistas que viessem a ditar seus ensejos e possibilidades, apostamos em um trabalho de autoanálise e autogestão (LOURAU, 2004),

A equipe pesquisadora, dessa maneira, afirmou junto ao grupo tal desejo de que o mesmo pudesse gerir a si mesmo, analisar suas demandas e criar dispositivos que pudessem melhorar suas condições de funcionamento. Por isso, nos colocamos nas adjacências, buscando acompanhar os processos em curso e nos dissipar de nossos lugares de *expertises*, até o momento em que nossa presença não fosse mais notada (GUATTARI, 1981), ou melhor, que fôssemos considerados parceiros.

Vimos isso acontecer quando os próprios jovens manejavam as questões do grupo, propunham pautas, mostravam-se desconfortáveis com algumas situações, felizes com outras e analisavam os atravessamentos que perpassavam o funcionamento do coletivo.

Cobravam uns aos outros e também a nós, destituindo hierarquias ou posturas verticalizadas tão presentes em diversas práticas no contemporâneo, como na própria profissão do psicólogo, por diversas vezes considerado um “guia”.

Os jovens não nos tratam com formalidades. Falam sobre tudo, fazem cobranças, brigam, parabenizam, é nítido que não nos enxergam como “superiores”, mas também não somos “iguais”. Não nos igualam a eles. Por diversas vezes brincam com a nossa idade, dizem que somos velhos, ultrapassados, mas amigos, parceiros, companheiros na constituição do jornal. Não nos temem, não precisam da nossa aprovação, se colocam como constituintes no processo com a gente, amigos...

(Diário de Campo, 20 de novembro de 2014).

Em cada encontro junto aos jovens, durante os sete meses de duração das intervenções, todas as decisões foram tomadas coletivamente. Decidimos juntos sobre viagens, passeios, sobre as matérias e os entrevistados, sobre o *layout* do jornal e cada elemento que o compunha.

Ainda assim, por muitas vezes pairava sobre nós a sensação de que os jovens não estavam interessados, pois conversavam muito e em uma velocidade quase inalcançável sobre assuntos que não compunham a pauta do dia, assuntos diferenciados, que saltavam de uma temática a outra, causando a impressão de que não estavam ‘conectados’ às atividades propostas, mesmo diante dos nossos esforços em fazê-las coletivas, compartilhadas.

Nesses momentos, parecíamos habitar o deserto, nos sentíamos produzindo um *jornal-desértico*, cuja vida alegre, teimava em se esconder de nossa visão.

Essa impressão de “desinteresse”, todavia, foi confrontada por Nara, uma das jovens que parecia não estar envolvida - sempre mexendo em seu celular - e que nos disse, certo dia, que foi abordada por outro jovem quando frequentava uma festa, para conversarem sobre uma temática disparada no grupo que havíamos criado na rede social.

Pensei então que as conexões que podem ser estabelecidas, por diversas vezes fogem das redomas do pesquisador. Lidar com essa destituição de lugar é difícil, mas extremamente importante para a análise dos deslocamentos que se dão no processo.

(Diário de Campo, 26 de março de 2015).

Um acontecimento, uma hesitação, um movimento que rodopia e virtualiza aquilo que já estava solucionado. Se por um lado, contestamos os modos cristalizados de se perceber e produzir o jovem no contemporâneo, e por outro, nos propomos a construir uma *prática-de-risco* para fissurá-los, novamente observamos os jovens

talharem uma terceira linha, linha-oásis, que abre a sede ao meio no deserto, roendo as suas duas margens e ganhando velocidade entre elas.

Nara nos coloca um problema difícil de ser resolvido, por isso tão rico em nossas experiências de trabalho, um tropeço para uma cartografia que se desenha com os desvios do caminho: Nara estava presente, mesmo que a sua presença não atendesse às nossas expectativas. Mesmo que a sua presença exigisse processos de desterritorialização.

Naqueles momentos em que Nara rapidamente desloca o rumo de nossas conversas, poderíamos considerá-la desconectada do grupo? Nos momentos em que parece “solitária” ao mexer nos botões do seu celular, Nara desliga-se de nós, ou apenas desbrava outros pedaços de outros mundos em endereços não localizáveis? As conexões produzidas pelo grupo restringem-se à sala em que nos encontramos, ao dia das reuniões, aos assuntos elegidos, à própria OSCIP?

Nara nos faz tropeçar, retira de nós a estabilidade de um corpo que ainda organiza, e instaura uma dinâmica, um acontecimento, que, vejam só, não pode ser tomado como regra, repetido, reproduzido.

Com Nara, e com tantos outros jovens que a todo o tempo nos convidaram a compor campos problemáticos incessantes, convocamos a construção de uma nova pista, talvez a mais importante para aqueles que desejam produzir as suas próprias “*práticas-de-risco*”: 8) Tomar as nossas práticas como *acontecimento-oásis*: pertencentes a uma dinâmica que acompanha e produz fluxos de ruptura e fuga, eles nascem como os oásis no deserto, imprevisíveis produzem pequenos lampejos-de-vida, que potentes e avassaladores transformam o deserto em uma outra coisa, mas que logo se dissolvem, se apagam antes que possamos capturá-los, e reaparecem, em um outro lugar, desviando a rota e inviabilizando a sua reprodução⁷.

Assim, fabricar o jornal nos permitiu analisar os movimentos de virtualização que operam sobre as nossas práticas, quando os jovens, ao se depararem com as nossas soluções para as problemáticas que apresentavam, inventavam novos

⁷ O acontecimento não pode ser reproduzido, imitado, pois se o for, deixa de ser acontecimento. O acontecimento é inédito, é uma versão imprevisível de uma problemática colocada.

movimentos enigmáticos, nos lançando novos problemas, novas questões a serem pensadas.

Os jovens, com as suas impertinências, nos ensinam que, para toda solução, sempre há um movimento de interstício, uma rachadura capaz de levar a baixo toda uma estrutura bem organizada, mesmo quando achamos abalar tais estruturas.

Os jovens fazem do processo “virtual-atual-virtual” um acontecimento (LÉVY 1996), único, inédito, inventivo. Esse deserto estranho que habitamos quando Nara incide uma ruptura, esse exato momento, ínfimo, em que não sabemos o que fazer ou como fazer, o que poderá vir a acontecer ou desabrochar, esse vácuo que vivemos quando um território começa a se desmanchar, se desterritorializar, e que mesmo assim, nos arriscamos a explorá-lo porque confiamos e acreditamos no presente em movimento - a tudo isto chamamos acontecimento.

Acontece, quando eles quebram as nossas lunetas, ansiosos para que possamos com eles embarcar em linhas de fuga que ludibriam os buracos negros, e nos lançarmos ao abandono das formas, das identidades, das representações, para a constituição de uma outra coisa que ainda não sabemos bem o quê.

5.2 Só dorme se confia! Tecendo políticas de amizade no cotidiano da pesquisa.

*“Que quer dizer ‘cativar’? É uma coisa muito esquecida, disse a raposa. Significa criar laços”.
(O Pequeno Príncipe de Antoine de Saint-Exupéry)*

Gilson costuma dormir em todos os nossos encontros do jornal. É o primeiro a chegar, colocar fones de ouvido, abaixar a cabeça e tranquilamente adormecer, até quando eu ou outro integrante do grupo avisamos que já é

hora de partir. Gilson não frequenta a OSCIP no horário do jornal, mas acorda cedo, semana após semana, apenas para compor o grupo, a seu modo. Gilson e eu temos um bom relacionamento, costumamos conversar bastante e apesar do jeito “desligado”, ele faz questão de estar sempre presente nos nossos trabalhos de intervenção.

Gilson é um dos meus parceiros, sempre embarca nas nossas propostas, a cada uma delas, de um jeito diferente, às vezes mais participativo, noutras vezes mais distante, mas sempre fazendo questão de estar lá, porque peço que ele esteja.

Certa vez, disse a Gilson (em um dos tais momentos em que ele dormia, e outros jovens implicavam) que um professor havia me confidenciado que ficava lisonjeado quando uma pessoa dormia em sua aula.

De acordo com o meu professor, um velhinho contador de histórias, uma pessoa só é capaz de dormir na sua aula, porque você faz com que ela se sinta confortável, relaxada, ou seja, porque ela confia em você.

Bom... Creio que poderíamos esperar um desfecho revelador depois dessa bonita história, certo? Mas, diferente do que poderíamos imaginar, Gilson, depois de ouvi-la, não levantou e se prontificou a ficar acordado. Não esfregou os olhos e se desculpou pelo sono profundo. Gilson, contrariando um desfecho empobrecido, entendeu exatamente o meu recado, sorriu com os olhos ainda apertados pelo sono, voltou a abaixar a cabeça e dormir tranquilo. Em todos os encontros, lá estava ele, o primeiro a chegar, o último a sair, presente à sua maneira. Talvez preferisse dormir ali, rodeado por amigos... Quem sabe...

(Diário de Campo, 29 de abril de 2015).

Os encontros com os jovens acionam hesitações, enrijecimentos, expectativas, e também dúvidas, estranhamentos, embates, por isso a necessidade de análise constante das nossas práticas e implicações.

Nessa perspectiva, o acontecimento narrado não pode direcionar-se a uma afirmativa que atribui causalidade ao comportamento de Gilson (é porque ele confia que ele dorme) e tão pouco pode generalizá-lo (todos que dormem em salas de aula se sentem confiantes).

Tomaremos o acontecimento como combustível, um ímpeto singular que produz efeitos em nós como grupo, cujos efeitos produzem deslocamentos em nossa constituição como coletivo. No caso, dormir é também movimentar, virtualizar as relações construídas, redirecionar o mapa, já que nos lança em uma emblemática agonística, um impasse longe de ser resolvido.

Estar ali, em todos os encontros, adormecido, diz de uma presença que é para nós, em muitos momentos, ininteligível. Uma presença que incita perguntas cujas respostas nos fogem pela tangente.

Gilson, naquele momento, naquele lugar, é um enigma, um estranho que mobiliza todo o coletivo a pensar, a questionar e a sair de um lugar comum. Como um estrangeiro que destoa e que parece não se conectar ao restante do grupo, o jovem promove outros tipos de vinculações, que talvez se esquivem quando buscamos territorializá-las.

Nessa perspectiva, podemos dizer que um vínculo não necessariamente exige uma presença que se constitui à nossa maneira. Dormir, nesse caso específico, nos diz de um comprometimento, que apesar de ser incompreensível, demonstra a presença de afeto, de múltiplas relações de afeto que constituem um campo de confiança.

O afeto é o que faz com que nossos corpos sejam movidos por outros corpos (DESPRET, 2004), de modo que ele é um importante aliado na construção de

dispositivos em um *pesquisar-conjunto*, que só pode se dar num campo de confiança.

Um campo de confiança se opõe à ideia de segurança, pois a segurança orienta uma prática que controla todas as situações. Por outro lado, a confiança remete à sensibilidade das intensidades do outro, na qual a generosidade para com as diferenças é a grande orientação, é aquilo que acolhe, ainda, as imprevisibilidades próprias à vida.

É interessante notar o movimento de Gilson e também dos demais jovens presentes, que apresentam aquilo que nos desassossega e desapropria de certas verdades e condutas opressoras. Por mais que o seu comportamento destoe do restante dos jovens, jamais houve qualquer tentativa de eliminá-lo ou excluí-lo da composição do grupo. Os jovens costumam chamar a sua atenção e reclamar da sua conduta considerada “inapropriada”. Ao mesmo tempo não deixam de acolhê-lo, nos procurando para relatar que ele enfrenta problemas e dificuldades, ou canalizando esforços para mantê-lo sempre presente.

(Diário de Campo, 22 de abril de 2015).

Despret (2004) nos auxilia a pensar uma diferente dimensão para o afeto, para a confiança, para a crença, e nos mostra como ambas estão ligadas por uma grande variedade de articulações que permitem que distintas entidades sejam ativadas.

De acordo com Despret (2004), uma relação se constitui quando um sujeito é afetado e afeta a outro, abrindo um campo disponível a um “vir-a-ser” em conjunto, onde ambos constroem novos modos de existência.

Quando nos relacionamos com Gilson, construímos territórios de disponibilidade afetiva que articulam fé, crença, confiança e expectativas, territórios responsáveis por nos sintonizar e nos transformar – a nós e a ele.

Porém, colocar-se disponível para a criação desses territórios não é o mesmo que “ser dócil” a eles. A docilidade nos insere em uma prática molar, onde esperamos que não haja resistência daqueles a quem nos dirigimos, mas obediência e servidão. Quando há obediência, de acordo com Despret (2004), não há espaço para a resistência, pois tentamos miná-la a qualquer custo. As práticas de docilização produzem conformidade, uma vez que são norteadas por relações coercitivas, modeladoras, que impõem uma única forma de agir.

No caso de Gilson, analisamos que dormir é resistir às nossas expectativas de psicólogos, educadores, especialistas, é nos lançar a fundo na aridez do deserto para produzir oásis, já que desobedecer é também se disponibilizar a fazer diferente.

Gilson resiste ao que dizemos sobre ele e ao que podemos esperar: que seja participativo, que seja “autônomo”, que esteja acordado, que seja “protagonista”, que “lute pelos seus direitos”, mas isso não quer dizer que ele não esteja disponível a outras expectativas mais sutis, “as expectativas de alguém que cuida, de alguém que confia, e mais, de alguém que estava interessado, alguém que interessava (*inter-esse*, estabelecer uma relação)” (DESPRET, 2004, p. 125).

O “desajuste” de Gilson, no caso, o “dormir”, nos conduz à reformulação de nossas questões e nos modifica como pesquisadores. Se antes pensávamos em constituir um jornal que pudesse fissurar as lógicas hegemônicas, no encontro com o jovem reordenamos nossas angústias e dúvidas, e nos voltamos a pensar sobre os diversos modos de acolhimento e de afeto presentes na pesquisa.

Assim, podemos dizer que o Grupo do *Jornal-com-Gilsons-com-Naras* foi um instrumento de intervenção que acolheu as resistências, não se colocando como dispositivo de docilização. Mais uma linha molecular que atravessou as formas

atualizadas de lidar com o jovem, virtualizando as respostas prontas para o que se deve fazer, pensar, sentir, quando algo ou alguém não age de acordo com *script*.

Gilsons e Naras movimentam os nossos fazeres, nos encaminham à formulação de novos problemas mais interessantes e, portanto, mais articulados, por linhas sempre múltiplas e diversas.

Não intentamos a produção de um dispositivo interventivo na pesquisa que nos faça juízes ou mestres do outro, mesmo que muitas vezes sejamos capturados por esses papéis. Com nossas *práticas-de-risco* e com o dispositivo jornal, nosso ensejo foi produzir corpos que cuidam e que se interessam pelo que podemos vir a nos transformar em nossas alianças. Por isso, importante compreender que “estar disponível” não se reduz a sentimentalismos interesseiros ou questões morais (DESPRET, 2004), mas antes de tudo, a uma virtualização, quer dizer, à abertura a um campo problemático, à constituição de questões que fabriquem respostas e modos de existência mais articulados, sempre locais, por isso provisórios e contingentes.

Confiar é, então, um novo nome para o amor (DESPRET, 2004), é inspirar o outro, é produzir oportunidades que nos façam acreditar nas inúmeras e novas dinâmicas que nos articulam diferentemente, e que produzem sempre outras maneiras de viver, experimentar, sentir, se emocionar, se afetar e ser afetado.

A crença, interligada à confiança, é o que nos torna disponíveis a novas versões da experiência, forjando um corpo que “faz-fazer” (DESPRET, 2004, p. 125) em conjunto, pois cuidar de Gilson, zelar pelo seu descanso, insistir pela sua presença, desejar, se interessar, indagar é também criar um novo corpo-pesquisador, à medida que se inventa um novo corpo-pesquisado.

Nós produzimos Gilson e tantos outros jovens, ao mesmo tempo em que somos produzidos por eles, afetamos e somos afetados, conduzimos e somos conduzidos, ativamos e somos ativados por aqueles que criamos com as nossas práticas.

Quando o deserto se metamorfoseia em oásis, nos ensina Despret (2004) que um objeto não é mais objeto, mas um sujeito que produz perguntas, um sujeito que produz paixões, um “devir-jovem”.

O próprio pesquisador ao mesmo tempo em que cria paixões, é criado por elas, pois, apaixonar-se no encontro com o outro, significa se esforçar para se tornar interessado, “para mergulhar na multidão de problemas apresentados [...] para crescer, para experimentar [...] o medo de estranhos. Significa importar-se” (DESPRET, 2004, p. 131).

Quando acreditamos que nossos encontros não podem envolver esse tipo de paixão e esse tipo de amizade, então estamos mortos, áridos. Abdicar-se do interesse pelo outro, negar a disponibilidade do nascimento do que difere, deixar de se importar, é empobrecer a vida e seus estranhos.

Ao questionarmos uma jovem sobre os motivos que faziam com que frequentasse a OSCIP, a mesma respondeu sobre os vínculos afetivos que construía ali, sobre as amizades com alguns profissionais e outros jovens.

(Diário de Campo, 27 de novembro de 2014).

A psicologia nos exige, como profissionais, o distanciamento dos sujeitos da pesquisa, dos pacientes ou clientes, inviabilizando a construção de uma amizade, pois a julga um empecilho para a relação terapêutica.

Tomando Foucault (2004) para discussão da temática, consideramos a experiência da amizade como a potência de novas formas de amor, laços e intensidades, que implicam em um trabalho de constante mudança de si, pois nos atravessa o caminho um outro diferente de nós, mas cuja diferença é compreendida como uma multiplicidade imprescindível à produção de uma ascese, isto é, uma estética da existência – o exercício da vida como uma obra de arte.

De acordo com Foucault (2004), a amizade sustenta uma ética e convoca à abertura de novas experimentações, de um relacionamento com o outro que conosco compõe um mundo heterogêneo e múltiplo. O outro com quem, às vezes, nutrimos afinidades e prazer em conviver é também o outro que provoca mudanças em nós mesmos, o outro que, quanto mais divergente nos parece, mais devasta a nossa completude, embaraça nossos desejos de semelhança, de unidade e de posse.

Confrontar-se com esse *outro-deserto* pressupõe um relacionamento desnivelado, cujos caminhos evocam o atrito e a novidade, pois o encontro com o amigo se faz através da luta, do embate, do desassossego que nos faz abandonar velhas identidades, territórios desgastados, provocando a dissolução do que somos, para a construção de outro “nós”, *outro-oásis*.

Assim, interpelados por um devir-jovem que cativa e é cativado, que se constitui por meio de políticas de amizade, confiança e parceria, não só cabíveis, como imprescindíveis à psicologia, aprendemos a acreditar, a ter fé, a confiar no deserto, a adentrar em suas mazelas, respirar o seu ar seco, tropeçar em sua areia volúvel, pois por menor e mais imprevisível que fosse, mesmo que não pudesse acontecer, ***todo o risco vale a paixão de um oásis***. Todo o risco foi preciso para o acontecimento de um oásis e de suas flores libertárias. Flores a desabrochar em nossas mesas, em nossos livros, em nossos desejos, em nossos gritos, ouvidos, bocas, rostos, olhares, apertos de mão, acenos, lágrimas, decepções, abraços, desistências, despedidas, recomeços, resistências...

A todos nós, para a metamorfose de uma vida que morre seca, violentada, silenciada, à mingua, a invenção de flores-oásis em vida. A todos os que jamais se disponibilizaram a conhecer a beleza daquilo que nos põe em fuga, nos desencontra – daquilo que no abandono de uma imagem desértica que estagna, faz florir - a vocês, a certeza de que nada é certo, tudo urge, tudo é risco, arrisquem, quem sabe?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vitória, 01 de outubro de 2015.

Querido Eduardo,

É chegada a hora de me despedir de você e deste trabalho. Em tempos de “redução da maioridade penal” e de discursos de ódio direcionados aos jovens em conflito com a lei, não paro de pensar em você e naquele desenho que fez antes de morrer.

A verdade é que desde a sua morte, não permito que a sua imagem de menino se dissipe das minhas vagantes lembranças. Não que fôssemos tão próximos, talvez tenhamos trocado uma ou duas palavras.

Acontece que recordar de você, de um jeito seu, de um sorriso seu, de um talento como o desenho, de um ato - por menor que seja - é, para mim, resistir, muito mais do que apelar para sentimentalismos baratos.

Desde que você se foi, Eduardo, não tiro da cabeça certo silêncio que produzido para amortecer afetos, torná-los frágeis e inapropriados, me tem “abarulhado” pelas madrugadas. Esse silêncio é um silêncio que cala, e que, em sua destreza em nos amordaçar, diz, com uma força tão grande, que os meus sentidos andam atordoados desde a sua partida.

Esse silêncio, Eduardo, ousa dizer que você **mereceu** a sua morte. Que você **procurou** por tal caminho. Que você teve **todas** as **chances**, mas as **jogou fora**. Que o seu **destino**, então, só poderia ser este: **padecer** da forma mais cruel. Esse silêncio tem me perseguido, junto com o cheiro de queimado que surgiu forte do seu caixão e ainda impregna as minhas narinas.

Penso se sua tia não poderia nos ter poupado, a mim, a Clara e a sua avó, as únicas pessoas presentes no seu enterro, quando, com forte indignação, pediu que abrissem o seu caixão para que pudéssemos encarar a crueza de suas cinzas.

Daquilo que havia restado de você. Daquilo que fragilmente esfarelado, nos esfregava na cara com a força de um bloco de cimento, uma imensidão de ocorridos que eu sequer consigo nomear agora. Daquilo que fora enterrado, em um buraco raso de um cemitério que disputa os urubus com um lixão logo à frente.

Nem mesmo uma cruz com a importância do seu nome. Nem mesmo ali, a evidência do seu nome.

Chamam de técnica do microondas: enrolam a pessoa em um colchão e depois a deixam queimar viva, aprisionada em pneus. Só soube depois que aconteceu com você e se menciono aqui, é porque desejo quebrar certos silêncios.

Andam dizendo por aí que garotos como você, negros, “favelados”, “de menor”, em conflito com a lei (ou os que podem vir a causar problemas, os famosos “em risco”), devem morrer. Agora também amarram e espancam até a morte, Eduardos e mais Eduardos, alvejados como escravos dos séculos passados em troncos disfarçados de postes e em bancadas congressistas evangélicas conservadoras.

Você estava certo, querido. Ordem e progresso só cabem em uma bandeira cuja nação meteu grilhões nos pés de negros escravos e agora mete algemas nas mãos de jovens negros “favelados”. Os “marginais”, os “pobretões”, os “bandidos”, os “perigosos” que “merecem” morrer – como pedem os raivosos “cidadãos de bem”.

Silenciam a sua morte, Eduardo, temo em dizer, porque você faz parte daqueles que *podem morrer*. Silenciam a sua morte, porque assim como você, virão muitos outros “tortos”, “envergados”, “desajustados”, cuja luta para “consertar” e “adaptar” se limita a uma obediência servil.

Os garotos e garotas da periferia, aqueles que conseguimos injetar a “dignidade do trabalhador-consumidor”, estes têm um passe que dá direito à vida, uma vida apequenada, ao trânsito pelas ruas da cidade sem precisar pular roleta, ainda com o

“baculejo” do senhor policial, mas sem a perseguição dos justiceiros cidadãos “de bem”. Aos que resistem aos condicionantes do poder, aos que não se enquadram nas exigências do capitalismo, aos que não andam com dinheiro na carteira nem com o RG no bolso, a morte “mais do que merecida”.

Até quando vamos continuar afirmando que de nada nos servem, garotos como você, que negam os nossos esforços para “salvá-los” e absolvê-los do “pecado” maior de nascerem negros e na periferia? Até quando prosseguiremos tomando como naturais as execuções que retiram brutalmente a vida de garotos e garotas pobres?

A você, então, que transgride, que resiste, que não cabe e não quer caber em grilhões disfarçados de “cifrões”, de “boas intenções”, “boas condutas”, “planos governamentais preventivos e inclusivos”. A você que resiste às *algemas-abrigos*. A você que “não quer nada com nada” ao abnegar nossos esforços filantrópicos e caridosos de controle da sua vida, a você então a morte, o único destino?

Digamos NÃO! Porque avistou e faz avistar ainda muitos oásis.

Uma morte instantânea, que como a notícia da tevê, é rapidamente esquecida. Como se você *merecesse* desfrutar apenas de “um lampejo de vida”. Vida que rapidamente se apaga, exatamente no momento que se torna conveniente que ninguém mais se incomode com ela.

Que possamos então causar fissuras através da lembrança viva de você.

Que essas fissuras abram pequenas frestas nos troncos de açoite, pequenas rachaduras capazes de enfraquecê-los ou quem sabe derrubá-los. Que sua morte não seja esquecida por nós, que ao seu lado vivemos as mais bonitas afetações ou as mais dolorosas decepções. Que a sua morte não seja esquecida por nós, que não deixamos de tentar, juntos, construir caminhos que desviam a essas formas

acinzentadas de viver a vida: “vida relâmpago” aspirada pela velocidade mortal do capitalismo.

Que o silêncio jamais aprisione esse grito que faz nó em nossa garganta, que jamais faça ser apagado e esquecido o grande guerreiro que você foi a vida inteira, sempre a travar batalhas em cenários injustos e desfavorecidos, mas sempre forte, mesmo quando fraco. Sempre forte mesmo silenciado. Sempre forte, nos seus deslizes e fugas. Sempre forte.

Eduardo, nós nos imaginamos completos e inabaláveis até nos defrontarmos com o outro que destoa de nós. O encontro com esse outro, o encontro como você, aciona as engrenagens dos nossos desertos, agita a sua população, as suas vozes, os seus fantasmas e arrebatam para uma exterioridade irrevogável (FERNANDES, 2008) uma identidade destruída, pois explorar o deserto que nos habita, que nos rodeia, que produzimos e que nos constitui, é arriscar dar um rasgo em tudo o que nos assegura, abrir ao meio os códigos e estratos que nos aprisionam, nos condicionam, nos disciplinam.

O oásis logo pode insurgir pelo meio, quando nos propomos despedaçar as margens e contornos áridos. Quebramos nossas lunetas, abdicamos dos lugares duros que ocupamos, dos generais delatores e fascistas que encorpamos, e encarnados na experiência do impossível (FOUCAULT, 2003), passamos a enxergar a boniteza da desobediência, da impertinência, da contestação, rebeldia, transgressão...

“Sejamos realistas, tentemos o impossível”⁸.

O que nos é impossível? A potência de um oásis? As metamorfoses de um deserto? As invenções de uma juventude que devém continuamente? A juventude é devir que atravessa o adulto molar que nos transformamos, que interpela o jovem e circula pela criança, e como devir, aciona movimentos de invenção e modificação.

⁸ Ver em RODRIGUES (2005).

Pensamos a juventude, Eduardo, como virtualização e infração aos modelos que nos constituem servis. A juventude não é servente. Como você, ela não obedece às leis e às normas - ela resiste. A juventude maquina fugas, pilota máquinas mutantes produtoras de tropeços. A juventude é a pedra no caminho, é o nômade atribulado, é Eduardo e sua irreverência, o desequilíbrio do corpo organizado para a construção do *Corpo Sem Órgãos* povoado de multiplicidades. A juventude é corpo que abre passagem, que “não é um corpo morto, mas um corpo vivo, e tão vivo e tão fervilhante que ele expulsou o organismo e sua organização” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 56), corpo que se movimenta pelo afeto que produz e que o produz a cada novo encontro experimentado.

A psicologia hegemônica, máquina abstrata de sobrecodificação, assim como a política nacional de assistência social (PNAS), ainda opera por normas, enquadramentos, docilização. Para o sujeito que estremece as bordas que nos mantêm seguros e dominantes, Eduardo, fornecemos testes psicológicos e tratamentos curativos e/ou adaptativos. Para o sujeito pobre, oferecemos o risco molar produzido pela PNAS e por nossas práticas.

O que mais podemos fazer como psicólogos, professores, pedagogos, assistentes sociais? Questiono o que mais podemos fabricar? Padeceremos nos desertos ou inventaremos oásis, Eduardo? Há que se assumir uma postura política e com ela travar um combate, mesmo que nossas batalhas exijam o abandono de territórios pelos quais fomos apaixonados, mesmo que as nossas disputas produzam novas territorialidades ainda mais apaixonantes.

O que pretendemos, pois, com este trabalho? Você me questionaria. Quais deslocamentos ele produz, quais análises ele implica? Quais mapas ele constrói?

Pensamos que não existe um caminho pronto. Precisamos ter a coragem de embarcar no risco. Arriscar a levar você para casa, quando dizem que não é possível adotar um garoto com mais de 13 anos e cheio de “vícios”. Arriscar vê-lo levar embora um objeto nosso e de valor e ter a generosidade de compreender que

as mudanças de hábito, as transformações, só podem se construir quando compartilhadas, pois elas não falam de salvação, mas de um amor que é nutrido pela diferença, pela dor, pelos problemas, pelos desassossegos e pela crença de que tudo pode ser diferente. Arriscar afirmar uma política de pesquisa transgressora, que problematiza os nós que enraízam as nossas práticas, que as endurecem, as naturalizam, e ao mesmo tempo apostar nas práticas de amizade e generosidade que não só podem como atravessam o pesquisador, o pesquisado, o campo e suas interseções, produzindo confiança nos mundos que habitamos e construímos cotidianamente e em parceria.

Querido Eduardo, esta dissertação é um risco. Uma sucessão infinita de apostas. É a mais pura e controversa confiança no outro, no diferente, no assimétrico, no estranho que nos interpelam e que nos produzem mais potência para as metamorfoses no deserto e os encontros alegres com os oásis.

Esta dissertação é um convite a nos desnudarmos de nossas certezas, um convite a retirarmos as fardas, a embaçarmos as lunetas, os microscópios e destituirmos os postos de vigias da vida, para, então, despídos, nos lançarmos à imprevisibilidade e a todos os milhares de acontecimentos impossíveis que somos capazes de inventar.

Gratidão pela multidão de Eduardos que ainda nos habitam, que ainda nos agitam, que ainda nos “gritam”, nos estremecem, nos “abarulham” e nos convocam a jamais desatar os laços, mas sempre quebrar as correntes e as algemas...

Um abraço, amigo.



Mapa X: Ordem e Progresso por algemas e grilhões.

Os miseráveis

Vítor nasceu
No jardim das margaridas
Erva daninha, nunca teve
primavera.

Cresceu sem pai, sem mãe,
Sem norte, sem seta.
Pés no chão,
Nunca teve bicicleta

Já Hugo,
Não nasceu, estreou.
Pele branquinha,
Nunca teve inverno.

Tinha pai, tinha mãe,
Caderno e fada madrinha.

Vítor virou ladrão,
Hugo salafrário.
Um roubava pro pão,
O outro pra reforçar o
salário.

Um usava capuz,
O outro gravata.
Um roubava na luz
O outro, em noite de
serenata

Um vivia de cativoiro,
O outro, de negócio.

Um não tinha amigo:
parceiro.
O outro, tinha sócio.

Retrato falado,
Vítor tinha a cara na notícia,
Enquanto Hugo fazia pose
pra revista.

O da pólvora apodrece
penitente,
O da caneta enriquece
impunemente.
A um, só resta virar crente,
O outro, é candidato a
presidente.

(Sérgio Vaz)

7 REFERÊNCIAS

- ABREU, C. F. Oásis. In: BRESSA, M. S. (Org). **Melhores contos**: Caio Fernando Abreu. São Paulo: Global, 2006.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2004.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, H. A evolução criadora. In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril, 1979, p. 153-205.
- BOCCO, F. **Cartografias da infração juvenil**. Agosto de 2006. 174p. Dissertação (Mestre em Psicologia, na área de concentração **Subjetividade**, Política e Exclusão Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Editora Escuta, 2002.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. V.1. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V.2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V.3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V.4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Lisboa: Editora Relógio D'água, 2004.

DESPRET, V. **Ces émotions que nous fabriquent**. Paris: Lês empecheurs de penser en rond, 1999.

DESPRET, V. The Body We Care for: Figures of Anthro-zoo-genesis. **Body & Society**, London, v. 10, 2004, p. 111-134.

DIÓGENES, G. Enigmas do medo – juventude, afetos e violência. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, I.C.; STENGEL, M. (Orgs). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011, p. 209-228.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: editora Graal, 1986.

FERNANDES, S. A experiência da amizade. In: ALBUQUERQUE, D.D de; VEIGANETO, A.; SOUZA FILHO, A, de. (Orgs). **Cartografia de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008, p. 377-391.

FERREIRA, M.S. Sobre escrever cartas. In: TAVARES, G.M; MORAES, M; BERNARDES, A.G (Orgs). **Cartas para pensar: Políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014, p. 15-21.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 288-293, 2004.

FOUCAULT, M. **Nascimento Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.L; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma estratégia filosófica – além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Os intelectuais e o poder** – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GUATARRI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

GUATARRI, F. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

HECKERT, A. Xeretar. In: **Pesquisar na diferença: um abecedário**. FONSECA, T. M.G; NASCIMENTO, M.L do; MARASCHIN, C. (Orgs). Porto Alegre: Sulina, 2015.

HUNING, S. M. Psicologia: Da (a)normalidade ao risco. In N. M. F. Guareschi & S. M. Hüning (Eds.), **Implicações da Psicologia no Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007, p. 135-158.

KASTRUP, V. O devir-criança e a cognição contemporânea. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2000, v. 13, n.3, p. 373-382.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓCIA, L. da. (Orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulinas, 2009, p. 31-51.

LEVY, T.S. **A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LOURAU, R. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOURAU, R. Uma apresentação da Análise Institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 128-139.

MEDEIROS, L. G; LEMOS, F.C.S. A produção da “circulação de crianças”: entre capturas e nomadismos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p. 933-947, 2011.

MORAES, T.D; NASCIMENTO, M.L do. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 91-102, 2002.

MORAES, M; BERNARDES, A.G. Apresentação. In: TAVARES, G.M; MORAES, M; BERNARDES, A.G. (Orgs). **Cartas para pensar**: Políticas de pesquisa em psicologia. Vitória: EDUFES, 2014, p. 7-13.

OPIPARI, C; TIMBERT, S. Cartografia imaginada da mangueira. **Fractal Rev. Psicol.**, v. 25, n. 2, p. 247-262, 2013

PASSOS, E; BARROS R. B. de. A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓCIA, L. da (Orgs). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulinas, 2009, p. 17-31.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, I.; PILLOTI, F. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, H.B.C. Sejam os realistas, tentemos o impossível. In: JACÓ-VILELA, A.M; FERREIRA, A.A.L; PORTUGAL, F.T. (Orgs). **História da Psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2005, p. 515-563.

RODRIGUES, R.C. Juventude como capital: A questão criminal e os projetos sociais frente às políticas para os jovens vulneráveis. Curitiba: Juruá, 2014.

SCHOPKE, R. **Por uma filosofia da diferença**: Gilles Deleuze, o pensador nômade. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edusp, 2004.

TAVARES, G. M. Carta à infância. In: TAVARES, G.M; MORAES, M; BERNARDES, A.G. (Orgs). **Cartas para pensar**: Políticas de pesquisa em psicologia. Vitória: EDUFES, 2014, p. 61-68.